



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 10

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de fevereiro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à sessão com a Agenda da Reunião, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- [Interpeação ao Governo Regional sobre “Sistema Educativo Regional”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Tendo dado início ao debate o Deputado Paulo Estêvão, proferiram, de seguida, intervenções as Deputadas Sónia Nicolau (*PS*), Graça Silveira (*CDS/PP*) e Maria João Carreiro (*PSD*), os Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), André Bradford (*PS*) e Paulo Corvelo (*PCP*), as Deputadas Isabel Quinto (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Fátima Ferreira (*PS*), bem como o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Ainda, e para um protesto, usou da palavra o Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

- [Proposta de Resolução n.º 1/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA.

Intervieram no debate a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Garcia (*PSD*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado.

Ainda no âmbito deste ponto, proferiu uma declaração de voto o Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

- [Petição n.º 44/X – “A Saúde nos Açores. Um direito!”](#), apresentada por Octávio Manuel de Oliveira Rego, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pelo Deputado João Paulo Ávila (*PS*), participaram no debate os Deputados Luís Maurício (*PSD*), Dionísio Maia (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), a Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*) e o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Petição n.º 45/X – “Para a construção de novas instalações da EBI de Capelas”](#), apresentada por Noémia Lima Ventura, na qualidade de primeira subscritora.

Lido o relatório pelo Deputado João Paulo Ávila (*PS*), proferiu uma intervenção a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- [Petição n.º 49/X – “Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente”](#), apresentada por Ivo Gonçalo Madeira Fontes, na qualidade de primeiro subscritor.

Apresentado o relatório pelo Deputado João Paulo Ávila (*PS*), intervieram no debate as Deputadas Fátima Ferreira (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*) e Graça Silveira (*CDS/PP*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Regime dos requerimentos parlamentares”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação do projeto em apreço pelo Deputado Paulo Estêvão, proferiram intervenções os Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), João Corvelo (*PCP*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 29 minutos.

Presidente: ... [*Corte na gravação*] ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Augusto Batista Soares Marinho

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da Reunião. O ponto número 1 é a Interpelação ao Governo Regional sobre “Sistema Educativo Regional”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria os artigos 183 e 184 do nosso Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o artigo 132 do

Regimento, e estão assim distribuídos: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos; o CDS tem 15 minutos; o Bloco de Esquerda tem 12 minutos; o PCP tem 10 minutos.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

O sucesso do nosso desempenho no âmbito do sistema educativo é fundamental para o futuro dos nossos jovens, da nossa sociedade e da nossa Autonomia Política, que gere o sector educativo desde 1976. Temos de apresentar resultados. Temos de conseguir superar atrasos e colocar os Açores na fila da frente.

Decidi, por isso, interpelar o Governo Regional nesta matéria. Procuo respostas, procuro um espírito reformista, procuro ambição, procuro sensibilidade social, procuro capacidade de autocrítica, procuro, enfim, uma estratégia governamental capaz de superar as atuais dificuldades. É este o sentido da interpelação que aqui promovo.

Esta é uma verdadeira interpelação no sentido literal e também regimental da palavra. Estou aqui para interpelar o Governo Regional. Para lhe colocar questões concretas. Não espero outra coisa que não respostas concretas e honestas.

Para já, coloco-lhe dez questões que me foram sugeridas por um grupo heterogéneo de alunos, pais, docentes e não docentes.

1. Existem um conjunto de relatórios que apontam para um alto nível de consumo de drogas duras nos Açores e para a existência de níveis de consumo elevados entre os jovens em idade escolar. Consumo que é muitas vezes realizado dentro das próprias escolas e nas suas imediações. Pergunto: A gravidade desta situação foi assumida politicamente pela tutela perante as unidades orgânicas que compõem a rede escolar regional? Que orientações

escritas foram transmitidas às escolas no sentido das mesmas reforçarem as medidas de prevenção, nomeadamente ao nível do incremento das sessões de esclarecimento, do incremento das atividades extracurriculares, do apoio aos alunos captados e integrados na rede de consumo, da vigilância do espaço escolar e da proteção dos alunos mais vulneráveis? O que é que falhou? Tem o Sr. Regional da Educação e Cultura relatórios internos sobre esta matéria? O que é que pode e não está a ser feito no âmbito das capacidades e meios do nosso sistema educativo?

2. Refeições escolares.

Deputado André Bradford (PS): Julguei que o senhor era universal!

O Orador: As queixas em relação à má qualidade das refeições escolares estão a incrementar-se em toda a Região. O que é que se passa neste sector? Que levantamento mandou fazer? Os meios de fiscalização da tutela em relação aos refeitórios escolares são os adequados? O controlo e verificação das próprias escolas em relação aos contratos realizados com entidades privadas é eficaz? Concebe uma mudança no paradigma no âmbito da oferta de refeições escolares, regressando, por exemplo, a um modelo em que as escolas readquirem capacidade para confeccionar as suas próprias refeições? Que diagnóstico faz da situação? Que respostas concretas concebeu.

3. Está em curso um debate nacional sobre o peso excessivo das mochilas dos alunos e as graves consequências que esta situação pode originar nas crianças e jovens em idade escolar. Para além desta matéria, os pais açorianos colocaram outras questões neste mesmo âmbito. Existe atenção nas nossas escolas em relação ao mobiliário, em especial em relação às cadeiras e às mesas e à sua adequação à faixa etária e à altura dos alunos? A não valorização deste assunto pode originar graves problemas de saúde aos nossos alunos. Que informação solicitou ou dispõe em relação a esta situação? Tomou algum

género de medida neste âmbito? Qual é a situação? Reconhece algum problema a este nível?

4. Chegam-nos cada vez mais relatos e descrições que comprovam o aumento da indisciplina nas salas de aula. Qual é a perceção do Governo Regional em relação a esta matéria? Tem dados em relação a este assunto? Que diligências desenvolveu em relação a este assunto? Que medidas pensa implementar nesta temática?

5. Manuais escolares. O Governo Regional está disponível para aplicar o programa de distribuição de manuais escolares gratuitos que o Governo PS está a aplicar a nível nacional? Qual é então o problema? Ideológico não será, uma vez que estamos a falar do mesmo partido e até, em alguns casos muito relevantes, dos mesmos dirigentes. Este é um caso – não aceitável – em que a gestão autonómica está a criar uma situação de desigualdade entre os alunos açorianos e os alunos do território continental do país. Acha esta situação aceitável?

6. O PISA 2015 – o maior e mais representativo estudo internacional jamais realizado na Região – revelou que os Açores estão a afastar-se da média nacional em relação aos resultados obtidos nas áreas de ciências, matemática e de leitura. Na sequência destes dados, que medidas decidiu implementar o Governo Regional? O que é que decidiu fazer? É possível detalhar as medidas que pretende implementar? Ou, pelo contrário, decidiu não fazer nada?

7. A melhoria e incremento de meios do sistema de formação de professores constitui uma área de melhoria que o próprio Governo Regional contemplou no Programa de Governo. Peço-lhe, Sr. Secretário da Educação e Cultura, que detalhe as melhorias que preconiza nesta área. Qual é o seu compromisso nesta matéria?

8. Os sistemas e programas informáticos que servem os sistemas de gestão e administração escolar das unidades orgânicas e a Direção Regional de

Educação estão, com grande frequência, desativados ou de tal forma comprometidos do ponto de vista operacional que não é recomendável utilizá-los. Esta situação está a causar graves constrangimentos às escolas. O que é que se passa? Quais são as razões que explicam estes problemas? Que medidas de melhoria implementou o Sr. Secretário da Educação e Cultura neste âmbito? Que garantias pode dar a esta Câmara e às escolas nesta matéria?

9. O Governo Regional está disponível para promover uma grande avaliação externa independente ao sistema educativo regional? Uma avaliação que identifique os pontos fortes e também as fragilidades e áreas de melhoria significativa do nosso sistema educativo? Considero que essa avaliação é fundamental para imprimir um sentido reformista ao nosso sistema educativo.

10. Finalmente, uma temática que valorizo muito. Que passos concretos foram efetivamente dados para melhorar a integração e a colaboração entre as escolas e os centros de desenvolvimento e inclusão social?

Tenho, obviamente, mais questões para colocar ao Governo Regional. É precisamente isso que irei fazer nas próximas intervenções que me proponho realizar ao longo deste debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sensivelmente, no último meio século, a formação de muitos mais professores e a construção de muitas mais escolas originaram progressos educativos substanciais.

Em Portugal, tudo derivou da reforma de Veiga Simão, ocorrida no crepúsculo da Primavera Marcelista,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A última reforma! A partir daí não houve mais!

O Orador: ... mas, sobretudo, dos efeitos da revolução portuguesa, ocorrida em abril de 1974.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A única reforma do Partido Socialista!

O Orador: Nos Açores, tudo derivou das incidências do ano admirável de 1976, que nos legou a criação da universidade e a institucionalização da autonomia.

Nos Açores, esta história de progressos em educação não coincide, entretanto, com a concretização de todos os nossos objetivos, e porquê? Porque partimos do mais baixo dos patamares, fruto de um abandono de décadas, quiçá de séculos, porque fomos vítimas da instabilidade do sistema educativo português, que raramente condescendeu com a oportunidade da transformação de um bom enunciado teórico numa boa prática pedagógica.

Nesta conjuntura de muito progresso na comparação com o passado e de algum atraso na construção do futuro, a resolução do problema escolar dos Açores deriva da observância de uma receita simples, isto é, da transformação da educação numa inequívoca prioridade, numa inequívoca prioridade para todos: estudantes, professores e famílias. E porquê? Porque na revolução industrial do nosso tempo a informação e o conhecimento são os melhores meios de superação do subdesenvolvimento.

Por isso, com esforço, com ambição e também com utopia, encontramos-nos empenhados na construção da escola do desenvolvimento, via única da criação de maior justiça, da obtenção de maior progresso, objetivos prioritários da sociedade de hoje. Diria que uma escola que para incluir não abdique da exigência, uma escola que para exigir não abdique da inclusão, uma escola que pratica solidariedade, que é o instrumento da justiça, uma escola que estimula competitividade, que é o instrumento do progresso, afinal, uma escola que faça da formação dos cidadãos um consórcio entre a melhoria da sociedade e o crescimento da economia.

Quer tudo isto dizer que a escola do presente modela a sociedade do futuro, por isso, a educação é a arma mais decisiva na transformação para melhor da face do mundo, na transformação para melhor, sobretudo, da face do nosso mundo, que é muito deficitário de recursos, mas muito mais de qualificações.

Através da formação de profissionais, eventualmente de cientistas, acima de tudo, de cidadãos, as escolas abrem aos estudantes as melhores oportunidades, contrariando o determinismo socioeconómico propenso à reprodução de modelos de organização comunitária e, por consequência, desigualdades.

Para que desta relevante função social da escola se retirem todos os dividendos atinentes à construção de uma sociedade mais perfeita, urge a busca e obtenção de algum consenso em redor do planeamento da educação, quer a montante, na fase da fixação de metas, quer a jusante, na fase da avaliação de resultados. Só assim disporemos também do tempo necessário à experimentação dos programas, dos manuais e dos métodos de avaliação, caso contrário, continuaremos enredados na discussão estéril, artificialmente divididos entre o público e o privado, os exames e as aferições,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às perguntas do Sr. Deputado! Isto é uma interpelação ao Governo!

O Orador: ... a pugnar por uma escola ora exigente ora permissiva ora responsabilizadora ora assistencialista.

A prioridade da educação exige, portanto, a consumação de um entendimento que implica o comprometimento da política e dos políticos e que empresta dignidade ao exercício da democracia, para que ela se não transforme no mais previsível dos embustes, com o Governo sempre de um lado, com a oposição sempre do outro lado, com o Governo sempre a relevar todos os progressos, por mais vulgares que eles sejam, e com a oposição sempre a renegar todos os progressos, por mais evidentes que eles sejam.

De facto, perante o espetáculo muito comum do faz de conta, o povo merece mais, muito mais. Porém, bem vistas as coisas, o povo não exige muito, exige, simplesmente, aquilo a que tem direito: trabalho do Governo com dedicação, vigilância da oposição com responsabilidade. Quer isto significar que importa colocar o sistema educativo a coberto da investida das ideologias coletivas e dos preconceitos e das quezílias pessoais. Só assim conseguiremos distinguir entre as matérias triviais que admitem o ajustamento permanente e as matérias substanciais que exigem um entendimento muito mais global a requerer uma maior estabilidade. Caso contrário, as políticas educativas, mais do que primarem pela inovação indispensável, distinguem-se pelas ruturas artificiais, mesmo pela reversão de medidas avulso destituídas de sentido.

Por entre palavras mil, há que destacar o óbvio e o essencial. Antes de mais, dizer que os estudantes são a nossa única prioridade, porque são o centro do sistema educativo, porque são a razão de ser de tudo o resto.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, o Governo não pode fazer tudo sozinho. Os professores são os nossos principais parceiros no propósito de que cada jovem leva o seu futuro da escola, jamais deixa o seu futuro na escola.

As famílias também são nossas aliadas. Claro que há tarefas que, no passado, as famílias podiam cumprir, claro que há tarefas, até, eventualmente, as mesmas, que, no presente, as famílias já não podem cumprir. Mesmo assim, os pais desempenham um papel insubstituível na educação dos filhos.

Se os estudantes são o centro do sistema educativo, há que levantar uma tenaz oposição aos obstáculos que impedem a sua progressão regular. Neste capítulo, o insucesso escolar é a nossa principal contrariedade.

Perante o insucesso escolar não há lugar à resignação, por isso, investimos, primeiro, na preparação e, agora, na execução de um plano integrado de promoção do sucesso escolar, o ProSucesso, Açores pela educação, quiçá o

mais importante desafio para o futuro das ilhas, porque em todas as democracias, para além do pilar do progresso, a educação é o esteio da própria liberdade.

A publicação, em Diário da República, de 11 de abril de 2016, do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar demonstra o acerto da nossa opção tomada por antecipação. Aliás, o ProSucesso já ganhou visibilidade e reconhecimento nacionais, excluindo uma longa reportagem no *Jornal de Letras*, de 27 de abril de 2016, releve-se, entretanto, uma referência mais circunstanciada no Parecer 5/2006, do Conselho Nacional da Educação, publicado em Diário da República, de 18 de novembro de 2016, relatado por Joaquim de Azevedo, um relator acima de todas as suspeitas, científicas, técnicas e, inclusivamente, políticas, um parecer acerca da organização da escola e da promoção do sucesso escolar. Na parte 3, no ponto 17, o parecer destaca o ProSucesso em execução nos Açores, no combate ao abandono e ao insucesso. A propósito, o relator conclui, e passo a citar, “Trata-se o ProSucesso de uma intervenção socialmente bastante abrangente, como o problema em causa merece, e que dá especial destaque a uma aproximação multidimensional, onde os atores de cada escola e a qualidade das aprendizagens constituem os pontos fulcrais”.

O objetivo do ProSucesso é simplesmente que todos os alunos obtenham sucesso escolar à luz do cumprimento das metas da Estratégia 20/20, ainda demasiado exigentes para os Açores, que obrigam ao decréscimo do abandono escolar precoce, que obrigam à contenção do insucesso escolar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é que é responder à oposição!

O Orador: No domínio da intervenção, a prioridade reside no pré-escolar e no primeiro ciclo, para evitar atrasos precoces que se tornem irrecuperáveis, necessariamente com acompanhamento, acompanhamento, mais acompanhamento. Reside também na ponta final, nos anos terminais do básico

e, seguramente, no secundário, requerendo aqui maior atenção em dispensabilidade do alargamento das vias pedagógicas.

Na educação, se bem que seguras, as mudanças são necessariamente lentas, por isso, o ProSucesso foi pensado para um prazo de dez anos, com uma avaliação intermédia, no ano letivo de 2020/21. Todavia, a invocação desta longa duração não constitui desculpa para a não apresentação pública de contas, até porque são evidentes os indícios de muitos progressos, progressos que nos orgulham, talvez, mas, sobretudo, progressos que demandam prudência, mais do que isso, muito e muito trabalho. Ei-los, para que não subsistam dúvidas nos mais descrentes e principalmente naqueles que se comprazem com o mal, invertendo mesmo o sentido da democracia, que é o governo dos homens na procura do bem.

No ensino básico, registámos, no primeiro ciclo, já em 2015/2016, uma taxa de transição de 91%, quando na calendarização do ProSucesso só admitíamos alcançar mais de 90% em 2020/21.

No ensino básico, registamos, no segundo ciclo, já em 2015/2016, uma taxa de transição de 90%, quando na calendarização do ProSucesso só admitíamos alcançar mais de 87% em 2020/21.

No ensino básico, registamos, no terceiro ciclo, já em 2015/2016, uma taxa de transição de 82%, quando na calendarização do ProSucesso só admitíamos alcançar mais de 80% em 2020/21.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

E no ensino secundário, registamos, em 2015/2016, uma taxa de transição de 77%, quando na calendarização do ProSucesso só admitíamos alcançar mais de 75% em 2020/21.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: No desenvolvimento do ProSucesso, de uma ponta à outra do arquipélago, decorre o projeto Prof. DA, com professores especializados na deteção de dificuldades de aprendizagem, um projeto centrado no ensino da matemática pelo Método de Singapura, no primeiro ciclo do ensino básico e dirigido por um professor da Universidade dos Açores.

No primeiro ano de escolaridade, entre os anos letivos 2014/15 e 2016/17, se consideradas as avaliações do primeiro período, verifica-se um decréscimo das menções de insuficientes de 11 para 8 e para 6, e de suficiente de 29 para 25 e para 23, e um acréscimo das menções de bom de 36 para 37 e de muito bom de 23 para 31 e para 33.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E agora, com a extensão do projeto Prof. DA ao segundo ano de escolaridade, entre os anos letivos 2015/16 e 2016/17,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se não responde às perguntas! Não é preciso interpelações ao Governo para isto!

O Orador: ... se consideradas as avaliações do primeiro período, verifica-se um decréscimo das menções de insuficiente e de suficiente de 23 para 14, de 33 para 26 e um acréscimo das menções de bom de 29 para 35%, de muito bom de 15 para 26%.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Amen!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas há mais.

À conta disto, no presente ano letivo, 69 das nossas 140 escolas do primeiro ciclo dispensaram a adoção do manual de matemática, substituindo-o por um guia de apoio *online* com instruções e recursos preparados pela coordenação e

pelos coordenadores de projeto. Afinal, substituíram a replicação passiva dos programas e o uso acrítico dos manuais pelo gosto do saber fazer.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É, sim, senhor!

O Orador: Ainda no âmbito do ProSucesso, neste ano letivo, no Concelho da Lagoa, um consórcio entre as Secretarias Regionais da Solidariedade Social e Educação e Cultura com a Câmara Municipal deu vida ao projeto Sucesso Educativo, Escola, Comunidade, Família, dirigido por um professor do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Secretário, não se esqueça de deixar alguns minutos para responder às questões da oposição!

O Orador: Nos Açores, é quiçá a primeira tentativa consequente de levar o combate ao insucesso para além dos muros da escola, mesmo até às bolsas de maior degradação humana e social. A meio do processo, que há de culminar com a produção de um manual de boas práticas como dádiva para o futuro, são encorajadores os indícios de decréscimo das taxas de retenção e dos casos de indisciplina.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Amen!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas os indicadores do progresso vêm de longe, vêm de muito longe, pelo que não decorrem exclusivamente da implementação do ProSucesso, que ainda há de produzir melhores efeitos num futuro mais longínquo. Recordemos, por exemplo, a redução da taxa de abandono escolar precoce em 33%, entre 1998 e 2016, a maior descida absoluta e relativa de todo o país. Recordemos, por exemplo, a redução da taxa de abandono simples em 15%, entre 1991 e 2011, de novo a maior descida de todo o país, que nos coloca praticamente a par da Madeira e do continente. Recordemos, por exemplo, a

irrelevante taxa de desistência, hoje, nula no primeiro e segundo ciclos, residual no terceiro ciclo e baixa no secundário, na ordem dos 3%.

Se a tudo isto somarmos o aumento da taxa de conclusão que, nos últimos quatro anos, cresceu de 70 para 86%, mais 16% no ensino básico, e de 61 para 67%, mais 6% no ensino secundário, a mais positiva de toda a nossa história, concluiremos pelo acerto da nossa ação, porque a permanência nas escolas por mais tempo, de muitos alunos com dificuldades socioeducativas, quando ocorre a par da sua transição de ano e de ciclo, só testemunha o reforço e o sucesso das aprendizagens e o empenho e a competência dos professores.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ámen!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É, sim, senhor!

O Orador: O êxito do sistema educativo, nos Açores ou em qualquer outra parte, depende da disponibilidade de meios e de condições. Nos meios, sobressai o acréscimo do número de professores, entre 2011 e 2016, mais umas escassas dezenas. Somente, dirão os mais incautos, é certo, mas no mesmo arco cronológico o número de estudantes registou um decréscimo de mais de 7500. Aliás, na região da Madeira, no mesmo período, sensivelmente com a mesma diminuição do número de alunos, o número de professores registou uma redução de mais de 600.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sr. Secretário da Presidência, depois não há tempo para responder à oposição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como se isso não estivesse tudo pensado!

O Orador: Com mais professores haverá mais apoio e, por consequência, melhor trabalho.

Nas condições sobressai o adequado número de estudantes por turma, muito inferior à realidade nacional e com médias de alunos por turma muitíssimo

inferiores à realidade nacional, por isso, nos Açores, são deveras excepcionais as condições de trabalho no sistema educativo.

Na melhoria do desempenho do Sistema Educativo Regional, a avaliação dos resultados, que estimula a prática da exigência, é fundamental. Aliás, se justas e adequadas, as avaliações podem ser mesmo revolucionárias, para tanto, devem premiar o trabalho e a exigência, alheios às proveniências sociais e geográficas dos estudantes, contribuindo para a introdução de maior igualdade no universo da desigualdade.

Como aqui disse, o mês passado, é também por isso que apesar de todas as críticas, muitas delas justas, as avaliações resistem a tudo e a todos, até à romântica, mas não menos lúcida, contestação de Maio de 68, nas ruas de Paris.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Onde já vamos!

O Orador: Uma tradição inquestionável e a falta de dimensão desaconselham a invenção de um modelo de avaliação externa próprio de cariz regional. Por isso, os Açores ficarão sempre próximos do modelo de avaliação externa de Portugal, porque em épocas cruciais de prestação de contas impera a paridade com o padrão nacional. Além disso, ficaremos também sempre atentos à inserção nos modelos de avaliação internacional para a credibilização da nossa ação.

No termo de 2016, foram conhecidos os resultados obtidos pelo Sistema Educativo Regional em três avaliações internacionais com alguma credibilidade: o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advance.

Acerca do PISA, foi aqui longo debate, no mês passado; recordo somente que acima dos níveis de baixo desempenho, os Açores se situaram no nível de proficiência dois, um nível abaixo da média nacional, mas, mesmo assim, considerado elementar e desejável se alcançado pela generalidade dos estudantes.

Já no TIMSS e no TIMSS Advance, os resultados foram muito mais inovadores, muito mais animadores, a evidenciar um progresso indesmentível.

No TIMSS, que avalia o conhecimento e as competências em matemática e ciências de alunos do quarto ano do primeiro ciclo do ensino básico, com uma participação de 170 estudantes, de oito unidades orgânicas, sete públicas e uma privada, os Açores obtiveram uma pontuação acima do ponto central da escala, que é 500, acima da média internacional e em alinhamento com a média de Portugal. Sintomaticamente, em matemática, ficamos a um só ponto da mítica Finlândia e à frente, por exemplo, da Alemanha, da Espanha, da Itália e do Canadá.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ámen!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É, sim, senhor!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos muito melhores do que esses países!

O Orador: No TIMSS Advance, que avalia o conhecimento e as competências em matemática A e física de alunos do 12.º ano do ensino secundário, antes do ingresso na universidade ou no mercado de trabalho, com uma participação de 180 estudantes, 141 a matemática, 39 a física, de oito unidades orgânicas públicas, de São Miguel, Terceira, Faial, Pico e São Jorge, os Açores obtiveram uma pontuação acima da média de Portugal, com mais 14 pontos a matemática, 482 para Portugal, 496 para os Açores, com mais 45 pontos a física, 467 para Portugal, 512 para os Açores.

Mais. Os alunos dos Açores alcançaram também as pontuações mais elevadas: 641 pontos a matemática, 40 pontos acima da média nacional, 681 pontos a física, 79 pontos acima da média nacional.

Mas ainda há mais. No continente, os melhores resultados foram obtidos por alunos do ensino particular; nos Açores, todos os resultados foram obtidos por alunos do ensino público.

Em física, os Açores posicionaram-se no nível intermédio, Portugal no nível baixo. Ainda em física, se os Açores tivessem participado isoladamente, teriam alcançado o segundo lugar da escala internacional.

Isto não é progresso? É, sim, senhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ámen!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É, sim, senhor!

O Orador: Contra o discurso do bota abaixo, não pretendemos erguer o discurso do tudo bem, longe disso, até porque, perante necessidades mil, alcançaremos os nossos objetivos, etapa a etapa, no prosseguimento de uma missão sempre inacabada, dado que em cada tempo são diversos os homens e o mundo a exigir constantemente novas formas de ensinar e de aprender.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A forma como o Governo se está a comportar neste debate...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inadmissível!

O Orador: ...demonstra perfeitamente a degradação a que chegou...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... a vertente democrática parlamentar da maioria que nos governa, porque é um desrespeito absoluto pelo Parlamento e pelos deputados. O que aqui aconteceu é algo que é inaceitável em qualquer Parlamento do mundo.

Eu cheguei aqui, no âmbito de uma interpelação...

O que se faz numa interpelação é interpelar o Governo, e, portanto, coloquei dez questões, sobre o consumo de droga, sobre refeições escolares, sobre o material escolar, sobre a indisciplina nas salas de aula, sobre os manuais escolares, sobre os sistemas informáticos, sobre a avaliação externa, um conjunto enorme de questões, dez questões em que pedi respostas ao Governo. Pois, o que é que o Governo faz? O que o Governo decidiu fazer foi, pura e simplesmente, não ligou nenhuma, não responde a nenhuma questão, tinha um discurso previamente preparado, uma comunicação previamente preparada, era-lhe indiferente se eu tivesse perguntado isto ou aquilo, era absolutamente indiferente, fosse qual fosse a pergunta,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... o discurso estava preparado e não iria responder a nada daquilo que eu lhe pretendia perguntar e os açorianos lhe pretendem perguntar, tal como irá suceder com as outras forças políticas. Ora, isto não é aceitável, isto mostra que o Governo está numa fase de monólogo. Não interessam as perguntas do Parlamento e acho que já não interessam as perguntas do povo açoriano. Não querem responder.

Portanto, isto é absolutamente inaceitável e vejam que é algo inusitado. Eu nunca vi nada disto num Parlamento democrático. Eu faço dez perguntas, o Sr. Secretário traz um discurso feito, não responde a nenhuma questão e para ele é normal e a bancada do Partido Socialista aplaude e o Governo fica todo contente a dizer, “Muito bem! Muito bem!”. Não preciso de dizer mais nada para descrever este tipo de situação.

(Apartes inaudíveis dos Deputados André Bradford e Francisco César)

O Orador: Vou utilizar um adjetivo forte, que é aquilo que sinto neste momento, isto é uma vergonha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O debate que agora iniciamos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é um debate, é uma interpelação!

A Oradora: ... sobre um tema de importante referência do desenvolvimento sustentável dos Açores, a educação, tem na sua base um histórico de dois incumprimentos por parte do interpelante e, desta forma, no nosso entendimento, não é saudável, no plano da cidadania parlamentar, num debate que se quer construtivo.

O primeiro incumprimento. No debate de 12 de fevereiro de 2014, o interpelante assegurou que “não utilizaria os dados do PISA como arma de arremesso contra o Governo”. O que aconteceu? Dedicou 3 horas a utilizar os dados do PISA como arma de arremesso contra o Governo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem lembrado, Sra. Deputada!

A Oradora: O segundo incumprimento. Na sessão de 17 de janeiro de 2017, referiu o interpelante dirigindo-se ao secretário da Educação, “Já lhe disse que vou fazer uma interpelação em fevereiro para discutir o TIMSS”, diria até, pelo timbre da sua voz, que estava aborrecido com o facto de os alunos terem tido bons resultados e, desta feita, ter que elogiá-los.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Hoje, estamos perante uma interpelação e perguntas, de dez perguntas ao TIMSS? Não. A interpelação é relativa ao “Sistema Educativo Regional”. Porquê? Porque o PPM não é capaz de assumir um único elogio a um dado do Sistema Educativo Regional. Não o faça por nós, Sr. Deputado, faça-o pelos alunos, pelos professores e pelos pais.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

A Oradora: O PS diz presente neste e em qualquer debate. E, com orgulho, assumimos os resultados obtidos e com olhos postos no futuro.

Vamos assim debater o sistema educativo regional, não em casos de espuma do dia, mas no todo dos indicadores do sistema, olhando, desde logo, para os princípios basilares que norteiam os Governos socialistas desde 1996.

Valorizamos e defendemos a coesão educacional.

Valorizamos e defendemos a escola como um espaço de integração, de aquisição de competências e crescimento pessoal e emocional dos alunos, docentes, não docentes e pais.

O discurso da oposição anos e milhões de euros depois é o mesmo. O da desgraça. Como se nenhum aluno açoriano fosse capaz de concluir qualquer ciclo, como se nenhum aluno açoriano fosse capaz de frequentar nenhuma universidade, como se nenhum aluno açoriano fosse capaz de iniciar uma carreira profissional.

Num esforço de puxar os Açores para abaixo, os números traem o discurso da oposição. E traem porque a esmagadora maioria dos indicadores do sistema educativo são de melhoria. E a oposição opta por os esconder do discurso

político, ficando presos ao indicador do abandono escolar precoce. Porquê? Porque este é o único que satisfaz a oposição,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... por ser o dobro do nacional.

A nós, satisfaz-nos a diminuição deste indicador, sabendo que há muito a fazer para atingir a média europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores são muito tolerantes!

A Oradora: Sra. Deputada, oiça! Oiça, Sra. Deputada.

E satisfaz-vos o aumento de outros indicadores igualmente caracterizadores do Sistema Educativo Regional.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Daí eu não o ouço!

A Oradora: Posso, Sra. Presidente? Muito obrigada.

E vou repetir: a oposição opta por os esconder do discurso político, ficando presos ao indicador do abandono escolar precoce, porque este é o único que satisfaz a oposição (porque este é o único que satisfaz a oposição por ser o dobro do nacional!). A nós, satisfaz-nos a diminuição deste indicador, sabendo que há muito a fazer para o reduzir, atingindo a média europeia. E satisfaz-vos o aumento de outros indicadores igualmente caracterizadores do Sistema Educativo Regional.

A maior prova que o PS criou nos Açores uma escola inclusiva e democrática é o valor da taxa de desistência.

O que diz a oposição? Que os Governos Socialistas falharam.

Atente-se que no 1º e 2º ciclo, a taxa de desistência é de 0%. Esta é a prova das políticas de promoção e proteção dos direitos das crianças dentro e fora do sistema educativo.

Estas taxas de contínuas reduções vincam bem,...

(Pausa)

... que apesar do difícil desafio do alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos estamos a vencer o desafio de pertença à escola.

O que diz o PS? Obrigada aos alunos, professores e pais e a toda a comunidade pelo sucesso dos Açores.

Incluímos na escola os que estavam fora dela e que se sentiam estranhos a ela.

Veja-se a taxa de abandono escolar.

Em 1991 era de 17,15%, nos últimos censos, em 2011, a taxa registada foi de 2,51%.

O que diz a oposição quanto ao abandono escolar? Que os Governos Socialistas falharam.

Ou seja, em 1991, em cada 100 crianças,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem de aprender a falar sem ler, senão depois vai falar de coisas que não entende!

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor manda nas suas declarações, ou não percebe isso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor manda nas suas declarações!

Presidente: Sra. Deputada, pode continuar.

A Oradora: Muito obrigada.

... 17 crianças saiam do sistema educativo antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. Em 2011, em cada 100

crianças ainda tínhamos 3 crianças fora da escola e, paralelamente, enfrentamos o aumento para os 12 anos de escolaridade. Progredimos, Srs. Deputados. Trouxemos crianças à escola e formamo-las. Não nos esqueçamos que as crianças de 1991 são hoje pais e trabalhadores, maioritariamente sem a escolaridade obrigatória e não se pode desvalorizar este impacto na sociedade e na família.

Por uma escola que todos os dias se constrói, no desafio constante de melhores condições, sabemos o muito que há a fazer e que por via do investimento assente nas estruturas físicas, humanas e legislativas do sistema educativo, estamos com maior acuidade a percorrer o caminho da chegada à meta do sucesso educativo que, sendo a mais difícil, nós não desistimos.

Vejam os então: por uma escola de pertença e de qualidade, garantimos que mesmo com menos alunos temos mais docentes e não docentes.

No ano lectivo 1995/1996, o sistema educativo integrava 52.620 alunos e 4145 professores. No ano lectivo 2014/2015, contemplava-se 35 430 alunos e 4444 professores.

Se fizermos como alguma oposição e olharmos friamente para os números, como se de um ranking de alunos versus professores se tratasse, conclui-se que em 1995 tínhamos um rácio de 13 alunos e em 2014/2015 o rácio é de 8 alunos, e com menos 17.190 alunos temos mais 299 professores. Variamos -48% em número de alunos e +7% dos professores.

Deputado André Bradford (PS): Isso é que é uma análise de profundidade!

A Oradora: Em suma, com uma taxa decrescente de alunos, estamos na presença de uma taxa crescente de professores.

Mas não o fazemos, porque sabemos bem que a fita métrica ou dos rankings não se aplica a um sistema educativo inclusivo e democrático.

Por outro lado, o regulamento de concurso de professores será alterado. Vamos desta forma cumprir a palavra dada aos Açorianos: os concursos serão anuais e a obrigatoriedade de permanência durante três anos será suprimida.

Instituímos a escola de pertença e de qualidade, em que cada protagonista assume as suas responsabilidades. Para as cumprir as escolas possuem, desde 2005, autonomia nos domínios estratégico, organizacional, cultural, pedagógico, administrativo, patrimonial e financeiro.

O mais difícil e mais lento, mas que não prescinde da construção das infraestruturas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gosto mais desta análise! “Professores rascas”!

(O Deputado Paulo Estêvão mostra um documento à Câmara)

Deputado André Bradford (PS): Daqui não dá para perceber!

A Oradora: ... e da contratação de recursos humanos a montante, é a cultura de inovação da prática pedagógica e valorização da escola e a prática da inclusão.

O ProSucesso tem ponto de partida na ambição do sucesso educativo alicerçado na autonomia das escolas, em particular a estratégica, a cultural e pedagógica, que definem os seus projetos específicos e que têm na sua base a resposta a questões, por exemplo, como a indisciplina e os comportamentos emocionais e sociais.

São também os projetos gerais e específicos do ProSucesso que contribuíram para o aumento da taxa de transição, que também se assume como uma estratégia do Governo Regional para a educação.

A saúde escolar assume-se como resposta às necessidades aos alunos no sistema educativo e no sistema de saúde.

O que diz a oposição perante estes dados? Que os Governos Socialistas falharam.

Atente-se aos dados, desde 1996 a taxa de transição no ensino básico aumentou 10,37 pp e no secundário 12,4 pp, mesmo na presença do difícil combate que foi o aumento de escolaridade para os 12 anos, integrando na escola quem se sentia elemento estranho a esta.

Fazemos da escola inclusiva uma prática de inclusão e não uma retórica de inclusão.

Instituímos de forma pioneira o regime especial, em 2006, fazendo com que este se assumisse como uma modalidade de educação transversal a todo o sistema educativo. Trouxemos à escola, a diversidade, crianças excluídas e, não menos vezes, as que estavam em casa. Antecipamos na nossa prática as recomendações do relatório do Conselho Nacional de Educação de 2014.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sra. Deputada, isso nunca mais acaba!

Deputado Bruno Belo (PSD): Gosta muito de se ouvir!

Deputado João Costa (PS): Preocupe-se com o seu tempo!

A Oradora: Como se nega o reforço do número de docentes afetos à educação especial e o número de técnicos especializados em educação especial.

Conscientes pelo estado de maior atenção, proteção e cuidado que a sociedade se permite às nossas crianças, o diagnóstico de patologias diferenciadas são, e bem, precocemente identificadas, quer pelo sistema educativo ou pelo sistema de saúde, o que tem aumentado o número de crianças com necessidades educativas especiais ou de saúde especiais. A estas crianças deve existir uma resposta, dentro ou fora do sistema educativo, porque só assim se cumpre a Escola Inclusiva e Democrática.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essas a senhora sabe por que é!

A Oradora: Estes dados são uma pequena parte do sistema educativo regional e assumem-se como uma conquista do “ninguém pode ficar para trás”.

Nesta interpelação sobre o TIMSS, perdão sobre o Sistema Educativo regional, vejam-se os nossos resultados a nível nacional e internacional. Sabemos que estamos a melhorar. Temos mais escolas com percurso crescente.

Nos testes internacionais do PISA em 2012 ficamos em último lugar. Nos testes internacionais do PISA em 2015 ficamos, no conjunto das 25 regiões, no 22º lugar.

Em ambos os casos o que disse a oposição? Que os Governos Socialistas falharam.

Conquiste-se três lugares ou esteja-se no último a resposta da oposição é sempre a mesma.

Na declaração política de 12 de dezembro de 2013, o interpelante afirmou, “Eu não aceito o último lugar dos resultados nacionais dos exames!”.

Nos exames nacionais em 2015 ocupamos o último lugar. Nos exames nacionais de 2016 os Açores já não ocuparam o último lugar, subimos cinco posições. Qual foi a posição do PPM?

Deputado André Bradford (PS): Nenhuma!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Uma declaração a salutar esta subida? Não, silêncio absoluto.

Em suma, conquiste-se cinco lugares ou esteja-se no último, a resposta da oposição é sempre a mesma: quanto pior melhor.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

A Oradora: A nossa resposta é de agradecimento aos alunos, professores e pais.

Tenhamos os resultados que tivermos, já sabemos que a oposição terá sempre uma leitura na procura da minimização dos Açorianos.

Sabemos do caminho a percorrer, mas não menorizamos as conquistas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais,

Nesta interpelação sobre o TIMSS, vamos finalmente analisar o teste internacional TIMSS.

O TIMSS, o tema da prometida e não cumprida interpelação, onde os Açores obtiveram um bom desempenho no 4º ano, em matemática e ciências, e um excelente resultado no 12º ano, a matemática e a física.

O que disse a oposição sobre o TIMSS? Silêncio.

O que diz o PS? Obrigada a todos aqueles que se esforçaram para colocar os Açores em bons resultados a nível internacional.

Sras. e Srs. Deputados da oposição, não se silenciem. Não o façam. Fazê-lo é negar o sucesso de cada aluno. Fazê-lo é negar o empenho dos professores. Fazê-lo é negar a valorização da escola pelas famílias.

Para quando a oposição dirá presente à Educação nos Açores?

Para quando a oposição dará resposta ao desafio, do pacto para a educação, lançado há precisamente 11 meses pelo PS?

Nós dizemos presente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A interpelação é ao Governo! É para ali, não é para aqui!

A Oradora: Temos orgulho nos indicadores já conquistados.

E em cada resultado veremos um desafio conquistado e uma ambição de futuro.

Sr. Secretário, gostaria de perguntar-lhe,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Vá lá!

A Oradora: ... face aos resultados do PISA abordados e ao TIMSS, qual tem sido a postura da Secretaria da Educação na ligação com os conselhos executivos para melhor aferir os resultados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vinte minutos para fazer uma pergunta!

A Oradora: Por fim, motivamo-nos o futuro, com um passado bem alicerçado. Motivamo-nos garantir melhores cidadãos a partir da escola para que “ninguém fique para trás”.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pela intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau podemos verificar o perigo de vir para uma intervenção escrita antes de ouvir o debate, porque o problema é que depois a senhora andou aqui no Plenário à procura do Fantasma da Ópera. Portanto, quem é que disse aquilo? Ninguém disse, mas a senhora, como tinha escrito, leu. Leu um argumento que não existiu.

A Sra. Deputada tem que, no âmbito de um debate, e quando se quer interpelar o adversário político, deve-se fazer referência ao que ele disse, efetivamente, e para isso não é possível andar tipo Zandinga a tentar adivinhar o que é que ele vai dizer. Em algumas situações poderá adivinhar, mas o adversário político também tem a inteligência de tentar que a senhora não...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inegável!

O Orador: ... acerte nas suas previsões.

Portanto, a senhora andou aqui à procura e a contra-argumentar argumentos que não foram apresentados. Por isso, o seu discurso foi o que foi. Ainda por cima, com incorreções graves, como, por exemplo, a dizer que eu não vou falar no

TIMSS. Eu vou falar, agora, Sra. Presidente, eu posso gerir o meu tempo ou a Sra. Deputada é que vai gerir o momento em que eu apresento os meus argumentos e trato dos assuntos? Eu acho que a Sr. Deputada, apesar de pertencer à maioria governamental, não manda na minha intervenção, não é? Portanto, ainda não chegámos aí.

Deputado André Bradford (PS): Nem vice-versa!

O Orador: Portanto, em relação a esse assunto, já vamos ter oportunidade de o analisar de forma pormenorizada.

Eu devo dizer que o problema deste debate é que a Sra. Deputada não fez nenhuma interpelação. O que a senhora disse foi, “Nós estamos aqui presentes, apresento-me à formatura, estou aqui para aplaudir e para votar!”. Esta atitude não leva a sítio nenhum, Sra. Deputada, porque o que é evidente é que, no âmbito da educação, como nas outras áreas todas, é preciso é ter espírito crítico. Diz a Sra. Deputada, “Em 2016, no âmbito dos exames nacionais, nós já não tivemos os piores resultados nacionais!”. Eu digo-lhe que isso é mentira, Sra. Deputada, é mentira. Basta ler o jornal *Público* e todos os outros jornais, eu posso trazer-lhe cópia, a seguir, e que, em termos de distritos e em termos de regiões autónomas, colocam os Açores em último lugar no âmbito dos exames do ensino secundário.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a guardar o melhor para o fim!

O Orador: Provas do terceiro ciclo? Como é que a senhora se atreve a falar nisto, quando o Sr. Secretário da Educação veio dizer que ficou contente porque 22 alunos das Flores subiram muito no *ranking* das escolas? E as outras todas onde os alunos dos Açores tiveram média negativa, Sra. Deputada? Acha isto aceitável?

Ou no PISA, a Sra. Deputada vem dizer, “Bom, no PISA estamos muito bem”, quando sabe perfeitamente que a diferença em relação à realidade nacional se acentuou e é agora de 31 pontos, por exemplo, a ciências, que são os dois testes

que são comparáveis, entre 2009 e 2015, que nos estamos a afastar da média nacional.

É evidente que este é o debate que os senhores querem ter, porque vêm para aqui com outros assuntos e tentar criar aqui factos e com outros dados e criar a complicação junto das pessoas e de quem nos está a ouvir, porque a questão é esta: eu fiz dez questões ao Sr. Secretário, o Sr. Secretário não me respondeu a nenhuma questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vergonha!

O Orador: Acha isto democrático? Acha isto esclarecedor no âmbito de um debate?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inaceitável!

O Orador: Eu tenho este conjunto de questões para colocar e, a seguir, tenho outras dez questões para colocar, mas antes dessas dez questões serem colocadas, o Sr. Secretário tinha a obrigação, e eu não saio deste debate enquanto o Sr. Secretário não responder às dez questões que lhe coloquei. E sabe a quantas é que respondeu? Neste momento, já gastou 20 minutos do debate e ainda não respondeu a nenhuma questão, nenhuma, zero!

Portanto, acha isto normal? Acha isto um debate esclarecedor? Acha isto um debate democrático? Então, para que é que eu marco interpelações? Sabe o que é uma interpelação, Sra. Deputada? Uma interpelação ao Governo é para colocar questões ao Governo! Está aqui há pouco tempo, ainda não percebe, mas é para colocar questões ao Governo. Foi isso que eu fiz; coloquei dez questões ao Governo e o Governo não respondeu a nenhuma questão.

Deputado André Bradford (PS): Tenha calma!

O Orador: Portanto...

Eu, para si, tenho aqui um artigo que se chama “Os professores rascas”, que o senhor escreveu. Portanto, posso fazer referência, dentro de pouco tempo! Mas o que é fundamental, e torno a apelar ao Sr. Secretário, é que responda às

questões, às dez questões que eu lhe coloquei, isso é que é democrático. Responda às dez questões que eu lhe coloquei.

Deputado José Contente (PS): O Sr. Deputado está a precisar de dar aulas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só uma pequena referência à intervenção direta do Sr. Deputado Paulo Estêvão à minha pessoa. Dizer, Sr. Deputado, que eu não sei o que é que o incomoda mais, se foi a minha intervenção ou se foram as suas contrariedades, porque, efetivamente, foi aquilo que o Sr. Deputado fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Contradições!

A Oradora: Contradições! Perdão!

O Sr. Deputado, a dada altura, remeteu o PISA e fez uma determinada avaliação. Os resultados que foram conhecidos deram outra informação.

Relativamente aos...

Sim, Sr. Deputado. O Sr. Deputado tem passado; se calhar tem que se acostumar a ir ver o seu passado nesta Casa.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PS)

A Oradora: Aí é que está! É preciso não se esquecer disso!

Relativamente aos exames, Sr. Deputado, só para terminar, as suas contradições,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho muito orgulho no meu passado!

A Oradora: ... efetivamente, não...

Sr. Deputado, eu sei que o incomodam as suas contradições, mas eu irei trazê-las aqui quantas vezes forem necessárias.

Relativamente ao TIMSS, acho interessante se a interpelação era relativamente ao TIMSS, o Sr. Deputado fez dez questões e nenhuma sobre o TIMSS. Sr. Deputado, eu não tenho a pretensão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leu a agenda?

A Oradora: ... de orientar a sua intervenção e peço-lhe democraticamente que também não faça o mesmo à minha.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para contrariar aquilo que a oposição é sempre acusada de que só dá as más notícias, eu vou começar pelas boas notícias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Efetivamente, no resultado do TIMSS demonstrou-se que afinal temos alunos de excelência, ou seja, que temos alunos brilhantes. Mas o Sr. Secretário sabe e toda a comunidade pedagógica o defende que os alunos que já nasceram mais inteligentes e com mais capacidades...

(Burburinho geral)

A Oradora: ... aprendem...

Calma, Srs. Deputados! Calma! Porque há pessoas que nascem mais inteligentes do que outras ou o PS também agora quer nivelar a inteligência de todos os nascidos?! Ah! Bem! Muito bem!

Portanto, os alunos que nascem mais inteligentes e com mais capacidade aprendem em qualquer sistema educativo. Isso está provado cientificamente.

Seja o sistema educativo bom ou mau, os alunos mais capacitados acabam sempre sendo alunos brilhantes.

E se formos ver os resultados do TIMSS, interessantemente, os alunos que se destacam nos Açores são em matemática e em física, aqueles onde as capacidades do aluno são muito determinantes relativamente ao sistema de educação. Todos nós dizemos, “Ah, tem jeito para a matemática, tem jeito para a física” ou “Infelizmente, não tem jeito para a matemática, não tem jeito para a física”, ou seja, existem capacidades inerentes ao aluno...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O CDS no seu melhor!

A Oradora: ... que são determinantes neste tipo de desempenho.

A má notícia é que isto, afinal, vem provar que os Srs. Secretários da Educação estavam enganados. Andaram a informar-nos que, afinal, a incapacidade ou a burrice ou o analfabetismo nos Açores era genético, que, afinal, os nossos avós eram analfabetos e por isso os nossos netos também eram. Afinal, a genética dos açorianos demonstra exatamente o contrário. Nos Açores, temos alunos brilhantes, temos alunos altamente inteligentes, mas esses não precisam do sistema educativo, ao contrário, todos os outros alunos que não são brilhantes, esses, sim, o seu desempenho é altamente determinado pelas políticas educativas implementadas, em que, se as políticas são boas, a média dos alunos, tendencialmente, aproxima-se da excelência, ao contrário do que se tem verificado na região, em que temos uns quantos alunos brilhantes, mas a média dos alunos continua colada à mediocridade. E isto é que prova que o nosso sistema educativo não está a funcionar. E, Sra. Deputada Sónia Nicolau, continuamos com um elevado absentismo inadmissível. Temos um em cada três estudantes que abandonam a escola; se isto é motivo do PS se sentir satisfeito com uma enorme evolução, os resultados do PISA são lamentáveis e desastrosos, mas aquilo que é mais importante aqui, e é por isso que os deputados trazem a esta Casa este debate, é para nós percebermos os Açores,

que tinham tudo para serem os melhores na educação, afinal, são os piores e porquê. Nós queremos perceber, afinal, de que é que nos serviu a nossa autonomia. Em termos de políticas educativas, o que é que não está claramente a funcionar.

Mas estas perguntas, nós nem sequer conseguimos colocar ao Governo, porque aquilo que era esperado do Sr. Secretário da Educação é que viesse aqui disponível para dar respostas às questões que se colocam sobre o que é que não está a funcionar no Sistema Educativo Regional, para dar respostas aos problemas que acontecem, neste momento, na região e o senhor prefere, sistematicamente, vir aqui proferir discursos faustosos, meramente retóricos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: ... para se esconder atrás de uma questão que lhe impede de responder aos açorianos. Ou seja, como mera estratégia de queimar o tempo do Governo, para se escusar a dar as respostas que os açorianos esperam do senhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sra. Deputada! Muito bem!

A Oradora: E, neste momento, se eu lhe fizer dez perguntas, Sr. Secretário, tem tempo para me responder?

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! A isso chama-se arrogância!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por mais que o governo se recuse a aceitar a realidade, os resultados do sistema educativo nos Açores não são animadores.

No último ano letivo, a **taxa de retenção e desistência no 1º Ciclo do Ensino Básico na rede pública na Região quase duplicou face ao ano anterior**. Precisamente no primeiro ano, após a implementação do programa ProSucesso. **A taxa de abandono escolar precoce nos Açores continua a ser o dobro da média nacional**. Dados divulgados INE.

Os **resultados dos testes PISA 2015 colocam os Açores no fundo da tabela**. A nossa Região, tal como já foi dito, está nos últimos lugares e afasta-se cada vez mais da média nacional.

O **reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar, afirmou que o número de alunos no ensino superior na região está “muito aquém do desejável”**. Aponta como causas **o insucesso e abandono escolares**.

Deputado José Contente (PS): Isso é uma opinião!

A Oradora: Senhor Secretário,

Os **resultados nada animadores da Educação nos Açores são o reflexo das políticas educativas da governação socialista**.

Pelos vistos, a voz está a incomodar-vos, mas...

Perante tais indicadores, **o governo regional deveria refletir seriamente sobre a política de Educação que escolher para os Açores. Mas não o faz**.

Pelo contrário, o governo culpa os outros pelos seus insucessos.

É inaceitável que o senhor presidente do governo regional tenha afirmado recentemente, numa entrevista, e passo a citar, **“esta questão do insucesso escolar não é questão da responsabilidade do Governo, não é da responsabilidade da escola”**.

Ou seja, para o senhor presidente do governo, a culpa dos maus resultados é dos pais dos alunos.

Ao senhor presidente do governo regional não falta atrevimento para responsabilizar as famílias açorianas pelos maus resultados na Educação.

O que falta ao senhor presidente do governo é humildade e ousadia.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

A Oradora: Falta-lhe humildade para assumir que é preciso um novo rumo no sistema educativo regional.

Falta-lhe ousadia para apresentar medidas concretas que promovam o envolvimento dos pais e encarregados de educação no acompanhamento da vida escolar.

Senhor Secretário,

O senhor bem sabe que aos pais e às famílias exige-se cada vez mais um envolvimento individual no acompanhamento da vida escolar dos filhos, nos processos de tomada de decisão, na participação coletiva, no esforço e na organização, funcionamento do quotidiano das escolas.

Assim sendo, senhor Secretário, **como podem eles contribuir para um equilíbrio de poderes necessário à defesa do interesse público da decisão, se muitos dos pais destas crianças e jovens têm um nível de literacia muito baixo?**

Que medidas estão a ser implementadas pelo Governo Regional com vista a promover a formação e qualificação para os pais com baixo nível de escolaridade,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para que estes sejam capazes de influir no processo ensino/aprendizagem?

Como pode o Governo Regional apregoar que o ProSucesso é a resposta para melhorar resultados, quando logo após o seu primeiro ano de implantação assistimos a um aumento de quase o dobro da taxa de retenção no primeiro ciclo do ensino básico na rede pública?

Senhor Secretário, **o sucesso educativo só se concretizará mediante o reconhecimento, de uma vez por todas, que é necessário um novo rumo no setor da Educação.**

Tal como o Sr. Secretário disse na sua intervenção, e citando, até, Nelson Mandela, “A educação é a mais poderosa arma pela qual se deve e pode mudar o mundo”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Assim sendo, o sucesso educativo só se realizará quando **se apostar alargamento da autonomia das escolas**, celebrando contratos de autonomia com cada estabelecimento de ensino, com objetivos e metas quantificáveis, dando assim mais poder de decisão às escolas.

O sucesso educativo só se realizará quando **se aprofundar as orientações regionais para o ensino pré-escolar, privilegiando as primeiras fases da educação**. Combate-se assim o insucesso escolar e promove-se maior igualdade de oportunidades, principalmente junto dos maíus desfavorecidos. A taxa de pré-escolarização de 100% a partir dos 3 anos já devia ser uma realidade.

O sucesso educativo só se realizará **quando se apostar na formação do pessoal docente e não docente**, nomeadamente através de ações que promova, atualize e renove práticas e competências pedagógicas.

Senhor Secretário,

Termino a minha intervenção com uma questão que tem de ser definitivamente esclarecida.

No plenário de janeiro, o senhor Secretário afirmou que as taxas de pré-escolarização no ano letivo de 2015/2016 atingiram os 100% nos 4 e 5 anos e tinha chegado aos 78% nos 3 anos.

Acontece que depois disso, em resposta ao requerimento apresentado ao Grupo Parlamentar do PSD/Açores, o senhor Secretário disse que, e passo a citar, “os dados para a taxa de pré-escolarização neste momento estão a ser tratados para o ano letivo 2015/2016 e por esse motivo não estão disponíveis”.

Onde está verdade, senhor Secretário?

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Sr. Presidente do Governo, tinha pedido a palavra? Peço desculpa, pensei que era para intervenção no debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quais declarações!?

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, sendo assim, terei que dar a palavra ao Sr. Presidente, uma vez que o protesto deverá seguir-se imediatamente a seguir às intervenções.

Sr. Presidente, apenas lhe perguntava: um protesto à intervenção da Sra. Deputada? Tem a palavra, Sr. Presidente. Dispõe de três minutos.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É sempre a mesma coisa!

O Orador: A minha intervenção é de um protesto, não em relação...

(Eu explico, Sr. Deputado Paulo Estêvão!)

... à intervenção da Sra. Deputada Maria João Carreiro, que tem, na parte que se me referiu, o valor de uma citação malfeita e, consciente ou inconsciente, pouco cuidada. Não foi isso que eu disse,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Foi, foi!

O Orador: ... convido-a a rever a entrevista e verá que não foi isso que eu disse.

Deputada Maria Carreiro (PSD): Eu li! Eu vi e revi!

O Orador: Mas o meu protesto tem a ver com a intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não pode! Tem de ser a seguir!

O Orador: ... e com o facto do silêncio e do protesto com o silêncio que se seguiu à intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto chegou ao pior! Isto é a casa do Sr. Presidente!

O Orador: Aquilo que me parece absolutamente vergonhoso é a forma como a Sra. Deputada colocou a questão, em que há uns mais inteligentes, outros menos inteligentes e que desse ponto de vista presta um mau serviço àquela que é a luta em que todos nós...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é inaceitável!

O Orador: ... envolvidos e que é a luta do sucesso escolar. E, desse ponto de vista,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a dizer o que quer!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Os protestos são a seguir às intervenções!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode falar!

Presidente: Calma!

O Orador: ... a Sra. Deputada tem a oportunidade de um contraprotesto; e, desse ponto de vista, pode, efetivamente,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Os protestos são imediatamente a seguir às intervenções!

O Orador: ... responder a este protesto. Mas eu não poderia era ficar, eu não posso é ficar calado, neste Plenário,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Pode ficar porque não se inscreveu a tempo!

O Orador: ... não apenas em relação à intervenção da Sra. Deputada, como ao silêncio que se lhe seguiu.

É isto que eu tinha a dizer neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Presidente do Governo, naturalmente, quando lhe dei a palavra pensei que seria às declarações da Sra. Deputada Maria João Carreiro quando fez menção à sua pessoa; naturalmente e para cumprir as regras da nossa Casa, eu não poderei deixar de dar a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira, porque se permiti ao Sr. Presidente do Governo fazer o protesto,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então interrompesse!

Presidente: ... terei que dar a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não quer!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Eu pergunto à Sra. Deputada Graça Silveira se quer usar da palavra para um contraprotesto.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, eu tomo a palavra só para lhe dizer que eu não vou responder ao Sr. Presidente do Governo porque, nesta Casa, o Regimento diz que os protestos têm de ser feitos imediatamente a seguir à intervenção; o Sr. Presidente do Governo não fez o seu protesto imediatamente a seguir à minha intervenção e, portanto, eu aceitar o contraprotesto era aceitar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... os trabalhos muito malconduzidos nesta Casa. O Regimento tem de ser para todos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS, PPM e PSD)

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, fica registado o seu protesto.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem vai protestar sou eu!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para um protesto a?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): À condução dos trabalhos!

Presidente: Então, terá que ser uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Lamento profundamente, Sra. Presidente, que tenha deixado a intervenção do Sr. Presidente do Governo decorrer e quando era aceitável que o tivesse feito, se só no fim tivesse percebido que o Sr. Presidente do Governo se referia à intervenção da Deputada Graça Silveira, mas a meio do discurso do Sr. Presidente do Governo a Sra. Presidente percebeu que ele se referia à Sra. Deputada Graça Silveira, portanto, devia, imediatamente, ter retirado a palavra ao Sr. Presidente do Governo,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... porque quem é presidente desta Casa: ou é a senhora ou é o Sr. Presidente do Governo. Fica a dúvida.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, fica registada a sua interpelação.

Não é a primeira vez que a Mesa confere a palavra a um protesto não imediatamente a seguir às declarações proferidas. A história da nossa Casa está registada nos Diários da nossa Assembleia. Agora, o que tem que ficar claro é que, tendo dado a palavra, nas condições em que dei, injusto seria não permitir que o visado não se pudesse pronunciar, o que fiz. Portanto, neste sentido, parece-me que fiz cumprir o Regimento nas condições em que se deu o episódio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito mal conduzido!

Presidente: Portanto, fica registada, no entanto, Sr. Deputado Artur Lima, a sua interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, eu devo dizer-lhe, eu tenho sempre muito gosto em ouvir o Sr. Presidente do Governo, valoriza sempre o debate parlamentar. A questão aqui não é essa, a questão aqui tem a ver com o cumprimento do Regimento e a igualdade e o estatuto de igualdade que todos os deputados têm aqui e também o estatuto que aqui tem o Governo. E a questão é a seguinte.

A Sra. Presidente pergunta a outras pessoas, a outros deputados que querem realizar protestos porquê, quer realizar o protesto porquê; ao Sr. Presidente deixou iniciar a intervenção sem lhe perguntar e sem o questionar absolutamente em nada, não teve que justificar o protesto. A verdade é esta, está gravado. Não teve que justificar o protesto, portanto, isto é um comportamento que afeta a sua neutralidade e a qualidade da forma como está a conduzir os trabalhos.

Depois, a partir daí, percebeu-se logo, na segunda frase, que o Sr. Presidente do Governo Regional não se estava a referir à última intervenção, mas, sim, a intervenções anteriores e a Sra. Presidente deveria ter alertado e não alertou o Sr. Presidente do Governo para esse facto. Portanto, é uma condução arbitrária dos trabalhos parlamentares. Desculpe que lhe diga, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua intervenção.

Sr. Deputado André Bradford, julgo que é para uma interpelação à Mesa. Dou-lhe a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a este pequeno incidente parlamentar,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não foi assim tão pequeno!

O Orador: ... que me parece que alguma oposição pretende gerar, e em relação à condução dos trabalhos, parece-me que ficou bastante claro que o protesto não começou na segunda frase, Sr. Deputado Paulo Estêvão, começou na primeira. E a primeira frase do Sr. Presidente foi de justificação do facto de fazer o protesto e era dirigida diretamente à intervenção anterior, da Sra. Deputada Maria João Carreiro, que teria citado de forma...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é para si!

Deputado Luís Maurício (PSD): Oh, Sr. Deputado, reconheço-lhe mais inteligência do que isso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... incorreta uma afirmação do Sr. Presidente.

Mas mais. De seguida, a argumentação do Sr. Presidente transferiu-se para o silêncio que se seguiu à intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira. Portanto, do nosso ponto de vista, essa justificação é suficiente para o protesto, bem como a forma como as coisas se passaram.

Mas este incidente também deixa claro outra coisa. Ficou mais visível do que era antes quem é que pretende calar quem dentro desta Assembleia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu ainda tenho inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares. Também faço o registo, não quero, naturalmente, que o debate se desenvolva acerca desta matéria. Eu acho que não há caso nenhum, não há episódio nenhum.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há, há!

Presidente: A cada momento e a cada tempo as coisas acontecem na nossa Casa, é preciso ter memória, é preciso ter presente os factos e é preciso, acima de tudo, ser coerente com as suas decisões e saber agir em determinado tempo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso! A começar por si!

Presidente: ... e oportunidade.

Portanto, não quero, de forma alguma, que isto seja, mais uma vez, transformado num episódio que em nada nos vem favorecer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora é que faz sempre!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas 07 minutos.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que anuncie os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: o Governo Regional dos Açores tem cerca de nove minutos; o Partido Socialista aproximadamente 17 minutos; o PSD aproximadamente 24 minutos; o CDS/PP aproximadamente

(Eu peço desculpa! O tempo do CDS não está correto, eu já vou dar o tempo correto.) dez minutos; o Bloco de Esquerda 12 minutos; o PCP dez minutos; o PPM aproximadamente 17 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem então, agora, a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Uma parte importante dos problemas do nosso sistema educativo regional pode ser medida pela taxa de abandono escolar precoce. E, ao contrário do que o Senhor Secretário Regional, que perante os números recentemente divulgados, destaca a sua auto-satisfação com o facto dos Açores serem a Região onde esse indicador mais desceu, nós preferimos não ignorar que continuamos a ser a Região do País com a maior taxa de abandono escolar precoce, de 27%, quase o dobro da média nacional.

Perante isto, não podemos fingir que o problema não existe. E achamos muito preocupante que o foco da atenção do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura não esteja nesse problema, mas sim na lamentável e serôdia tentativa de transformar falhanços em sucessos. Não será com essa atitude que encontraremos as soluções necessárias, Senhor Secretário.

Como já aqui afirmámos, as raízes do insucesso e do abandono escolar são muito vastas e relacionam-se também com questões sociais que vão muito para lá da porta da escola. As dificuldades das famílias, o elevado desemprego, os baixos rendimentos, a impossibilidade de conciliar a vida familiar com a profissional por horários de trabalho desregulados e instáveis, são factores que claramente contribuem para um menor sucesso escolar nos Açores.

Mas existem outras questões reais e concretas, que se relacionam directamente com a comunidade educativa, a que precisamos dar outras respostas, e quero aqui colocar algumas delas.

Um dos princípios de que o PCP não abdica é o de que as crianças açorianas usufruam dos mesmos direitos e das mesmas regalias que as restantes crianças portuguesas. E por isso insistimos que a recusa da atribuição gratuita dos manuais escolares por parte do Governo Regional do PS é inaceitável, é discriminatória em relação às crianças e às famílias dos Açores e, pensamos, que é mesmo uma violação do Estatuto Político-Administrativo, que inscreve como um dos objectivos fundamentais da Autonomia “*O acesso universal, em condições de igualdade e qualidade, aos sistemas educativo, de saúde e de protecção social*”. Condições de igualdade, sublinho.

Uma igualdade que o Senhor Secretário recusa porque acha que isso seria “*engordar os gordos*” da Região, nas suas próprias palavras. Para si, as crianças e as famílias açorianas são “*gordos*”, a quem o Senhor Secretário e o seu governo aplicam um regime de boa e velha austeridade para ver se os emagrecem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Para o PCP, a Coesão nacional, a igualdade de direitos e condições dos açorianos em relação aos restantes portugueses não é um privilégio. É uma exigência que está na raiz mais profunda da nossa Autonomia.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Outra questão que quero colocar relaciona-se com a precariedade que grassa nas nossas escolas.

Desde logo a precariedade docente, que está longe de ser resolvida. Esperamos que existam progressos nesta matéria em resultado de um processo negocial, que saudamos e que pensamos que só pecou por tardio, com os sindicatos. Mas queremos também sublinhar a necessidade de que sejam contempladas medidas de excepção que consigam garantir a estabilidade do corpo docente nas ilhas de menor dimensão, como as Flores, o Corvo ou a Graciosa. Cremos que essa

estabilidade, sendo um direito dos trabalhadores, é também uma condição de um projecto educativo de sucesso.

Mas a precariedade que referi está também presente, de forma clara, entre o pessoal não-docente. São infelizmente abundantes, tal como noutras áreas da administração pública, o abuso dos trabalhadores em programas ocupacionais, que se prolongam por anos, lançando muitos trabalhadores no ciclo infeliz de viver de programa em programa, trabalhando sempre, mas nunca sendo devidamente compensado em salário e direitos, ou sequer reconhecido como trabalhador.

Quando o Senhor Presidente do Governo Regional anunciou a passagem dos trabalhadores precários da administração regional para contratos de trabalho permanentes, terá de estar a incluir também estes trabalhadores dos programas ocupacionais, pois como se sabe desempenham, há anos nalguns casos, funções absolutamente essenciais e permanentes. Ocupam postos de trabalho efectivos, aos quais tem de corresponder um vínculo efectivo. Sem isso, estaremos perante apenas mais uma promessa eleitoral vazia, que não cumpre o que promete e que não traz as mudanças que os Açores precisam.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Queremos aqui mais uma vez sublinhar a importância do apoio educativo para os muitos alunos que encontram dificuldades no seu percurso escolar. Como antes dissemos, esta pode ser uma das melhores ferramentas do sistema educativo regional para detectar, intervir e ajudar os alunos.

Infelizmente, o seu alcance é limitado muitas vezes pelos meios reduzidos que lhe são destinados, tornando este apoio irregular e episódico, bom para obstáculos pontuais, mas claramente insuficiente para superar dificuldades e carências pedagógicas de fundo, que se agravam com o passar do tempo e que

acabam por se tornar uma barreira quase intransponível no caminho para o sucesso escolar.

Num momento em que se preparam e negociam alterações profundas ao nosso sistema educativo, ao nível do regime laboral dos professores, mas não só, consideramos de grande importância que as horas necessárias para um apoio educativo de carácter sistemático, com docentes afetos, seja considerado uma necessidade permanente – e prioritária – do Sistema Educativo Regional.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

O sucesso e o futuro da Escola Pública nos Açores dependem também das medidas que atrás referi. O PCP cá estará para lutar por elas. Perguntamos ao Governo se está disponível para as apoiar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Se durante muitos anos se pensava que a passagem pelo pré-escolar era uma possibilidade apenas acessível a uma certa classe média informada, hoje assume-se que o direito a uma educação pré-escolar é para todas as crianças.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Está a ouvir?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Reconhece-se o seu papel determinante para o início de um processo de educação que se desenvolverá ao longo da vida.

Se quisermos consultar algumas investigações ficamos a saber que uma boa experiência de educação pré-escolar, para além das vantagens na transição para a escolaridade básica e nos processos de socialização...

Presidente: Eu peço à Sra. Deputada que utilize o outro microfone. Peço desculpa.

A Oradora: ... da criança tem, a longo prazo, efeitos positivos na prevenção do abandono escolar, na exclusão social, na prevenção de delitos na juventude ou idade adulta.

A educação pré-escolar é o instrumento mais eficaz para atenuar as assimetrias sociais e culturais, permitindo às crianças de agregados familiares mais vulneráveis desenvolver uma literacia emergente.

Uma das medidas apresentadas no programa do governo foi, até ao fim desta legislatura, integrar todas as crianças na rede de educação pré-escolar. A Região está no bom caminho uma vez que em 2015 a taxa de frequência do pré-escolar era de 100% nos cinco anos e de 93% nos quatro anos. Na altura, estas duas taxas, a dos quatro e a dos cinco anos, eram as taxas mais elevadas do contexto nacional. E com uma taxa de pré-escolarização aos três anos na ordem dos 63%, efetivamente tem que haver uma maior aposta nesta faixa etária, mas os números de 2016 testemunham o trabalho que tem sido realizado uma vez que essa subida já se verificou em 2016 e a pré-escolarização dos alunos de três anos já se cifrou nos 78%.

Até porque em 2016 com os 100% nos cinco anos, 98% nos quatro anos, 78% nos três anos, com estes números, foram ultrapassadas as metas que há um ano tinham sido definidas no âmbito da implementação do ProSucesso para 2020/2021.

Não podemos deixar de referir que no relatório do PISA este refere que a pré-escolarização é determinante na obtenção de bons resultados escolares no período subsequente.

Todos nós sabemos que um dos objetivos deste governo é a revisão das orientações curriculares para a educação pré-escolar, que foram aprovadas pela Portaria nº1/2002 de 3 de janeiro, e que visam a organização da componente

letiva num processo de articulação com o currículo regional para o ensino básico.

Mas, temos que ter o cuidado de não escolarizar o pré-escolar, uma vez que importa não esquecer que o jardim de infância deve ser um espaço para a criança brincar, conhecer-se e conhecer os seus pares. A brincadeira é um património da humanidade, como é referido por alguns especialistas, que ajuda a criança a pensar em tempo real e a resolver dificuldades e na promoção da auto-estima. O brincar tem de ser visto como um meio de expressão e crescimento da criança, dando importância ao movimento, à ação, à experiência, ao conhecimento do mundo, ao autoconhecimento, à construção da identidade da própria criança, à interação social e ainda à criação de vínculos.

Para assegurar uma educação pré-escolar de qualidade e promotora do sucesso educativo há um aspeto que não pode ser esquecido, que é a monitorização da qualidade dos projetos educativos e dos planos de atividades de todas as escolas ou estabelecimentos com educação pré-escolar para que haja paralelismo pedagógico.

Desta forma, quero perguntar ao senhor secretário como será feita essa monitorização e para quando os seus resultados?

Muito obrigada

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é que é uma interpelação! Sra. Deputada Sónia Nicolau, está a ver?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Depois de todas estas intervenções, há, efetivamente, muitas questões para responder.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não tem tempo para responder, não é verdade?!

O Orador: Vou talvez começar do fim para o princípio e privilegiar as questões que foram colocadas por mais do que um deputado.

Concretamente, o Sr. Deputado João Paulo Corvelo falou de abandono escolar precoce, tal como também falou de abandono escolar precoce a Sra. Deputada Maria João Carreiro. Acerca disso, o que tenho para dizer é o seguinte. Soube-se muito recentemente que, na transição de 2015 para 2016, no decorrer de um ano, a taxa de abandono escolar precoce, ao cabo de dez anos, aumentou, infelizmente, se bem que muito pouco, em Portugal, mais 0.3%,...

Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): É metade!

O Orador: ... por força do comportamento do continente. Ao invés, nas regiões autónomas houve, felizmente, um decréscimo, ligeiro na Madeira, de 0.4%, muito mais significativo nos Açores, de quase dois pontos percentuais.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Talvez porque fossem o dobro!

O Orador: Pese embora o facto de estarmos aquém do objetivo almejado, certo é que, ao longo dos anos, nos Açores,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Um ponto por ano!

O Orador: ... o abandono escolar precoce segue uma trajetória descendente muito positiva, que, na acessão relativa, corresponde à redução mais acentuada do país. Basta recordar que, em 1998, efetivamente, partimos de uns

inaceitáveis 60% e que, em 2016, alcançamos uns muito mais toleráveis 27%, após um importante recuo de mais de 33%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vinte anos depois! Um ponto por ano!

O Orador: Nos Açores, ao longo dos anos, o comportamento da taxa de abandono escolar precoce transporta dois sinais que devem ser aqui referidos, ambos eles sinais positivos. Primeiro sinal: os jovens dos Açores procuram formação complementar da escolaridade obrigatória e, hoje, a formação e o conhecimento são as bases de tudo, eu diria que da própria saúde, do progresso e da felicidade. Segundo sinal: os jovens dos Açores conseguem, agora, um regresso mais rápido ao mercado de trabalho, uma prova de que entre nós o pico da crise económica e social é cada vez mais um registo do passado, de um passado que também queremos cada vez mais distante.

Claro que, como toda a gente sabe que, eu trocaria, obviamente, o nosso decréscimo da taxa de abandono escolar precoce, em 2016, pela taxa de abandono escolar precoce do continente, que diminuiu, mas que, efetivamente, é metade da nossa.

Outras questões que foram aqui referidas.

A Sra. Deputada Maria João Carreiro falou da taxa de retenção no ensino básico. Em 2014/2015, a taxa de retenção no ensino básico foi de 5.8%; em 2015/2016, foi 8.5%, mais dois pontos e sete percentuais. É verdade. É verdade que na transição de...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): É a resposta do Governo! O Governo não sabe dar respostas!

O Orador: ... 2014/2015 para 2015/2016, a taxa de retenção, no primeiro ciclo, aumentou, porquê? Porque nem todos os percursos, mesmo os de sucesso, são lineares. Agora, eu gostaria de ter visto a Sra. Deputada a olhar também para outras coisas, porque, na anterior legislatura, de 2012/2013 a 2015/2016, a taxa

de retenção no primeiro ciclo desceu extraordinariamente 61% e creio que isto, efetivamente, é muito mais importante; desceu de 13.9, em 2012/2013,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): É o presente! Do passado reza a história!

O Orador: ... para 8.5, em 2015/2016.

É pena que para o PSD, maior partido da oposição, que se considera alternativa ao PS e ao Governo Regional dos Açores, quanto pior, melhor. Também há uma razão, há muitas razões para pensarmos que, afinal, o azar dos Açores é a sorte do PSD.

Mas há mais.

Em 2015/2016, no primeiro ciclo, a taxa de transição diminuiu de 94 para 92%, mas nos demais ciclos as taxas de transição registaram acréscimos, no segundo ciclo de 87 para 90%, no terceiro ciclo de 80 para 85%, no secundário de 75 para 76%.

Na região e no país, as taxas de retenção são efetivamente elevadas, são taxas que não se invertem por alteração legislativa, são taxas que se invertem por uma mudança de mentalidade, já que, creio que concordamos, a repetição de ano não é benéfica para o sucesso das aprendizagens, sendo muito mais construtivo, muito mais responsabilizador uma transição de ano com apoio para maiores dificuldades, não propriamente uma retenção que obriga à repetição de tudo de novo nas mesmas áreas científicas e pedagógicas onde, inclusivamente, se obteve sucesso. Oxalá que a constatação de que somente 14% dos retidos logra transição no ano seguinte, que nos obriga à realização de um exame de consciência e, por acréscimo, à inversão de procedimentos.

Falou também a Deputada Maria João Carreiro do facto do Reitor da Universidade dos Açores ter aludido ao insucesso que se verifica no ensino básico e secundário e ter correlacionado isso com uma eventual falta de estudantes na Universidade dos Açores. Há uma coisa que se deve aqui dizer, e

isto é uma verdade quase absoluta: no ensino, em Portugal, não só nos Açores, onde se verifica mais insucesso, onde se verifica maior retenção é precisamente no ensino superior, não no básico nem no secundário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Maus professores!!

O Orador: Claro que no básico e no secundário temos taxas de transição que gostaríamos que fossem mais elevadas, mas elas são, agora, as mais elevadas que algum dia tivemos, não será, certamente, por isso que a Universidade dos Açores vê o número dos seus alunos, efetivamente, a decrescer.

Creio que foi também a Sra. Deputada que falou na necessidade de qualificação dos pais. Estamos de acordo e, efetivamente, pelo facto de estarmos de acordo, o ISSA e a Direção Regional da Educação promovem formação parental, designadamente nas escolas mais carentes.

Finalmente, sobre a taxa de pré-escolarização, falou-se dela recentemente, nesta última intervenção. Eu tive a oportunidade de, na semana passada, se não estou em erro, na Lagoa, ter confrontado uma das principais especialistas nacionais nesta matéria, a Professora Margarida Alves Martins, com esta nossa taxa de 100% aos cinco anos, a rondar os 90% nos quatro, a rondar os 70% nos três. A resposta que eu tive era que era uma taxa de pré-escolarização muito animadora.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está a terminar!

O Orador: Se o meu tempo está a terminar,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso já é normal!

O Orador: ... vou regressar aqui a uma questão que foi colocada pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo e também pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, no começo da sua intervenção...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Finalmente!

O Orador: ... e isso reporta-se aos manuais escolares.

Que me lembre, e eu já disse isto aqui, nos últimos dois anos, esta questão já foi discutida, nesta Assembleia, pelo menos umas duas vezes. A posição do Governo manteve-se, a posição do Governo mantém-se. Para nós, a prática da boa gestão e o exercício da justiça social não justificam o fornecimento gratuito, isto é, a fundo perdido, de tudo a todos. Mais. O nosso sistema de empréstimo de manuais escolares equivale à garantia da gratuitidade reclamada pela oposição de esquerda. Por isso, não é verdade que, por força da aquisição de manuais escolares, se encontrem onerados os orçamentos das famílias dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Terminou já.

De facto, apenas os não beneficiários da Ação Social Escolar, isto é, aqueles que menos precisam, são obrigados ao pagamento de uma caução de 20% para garantia da restituição dos manuais em condições de reutilização e contra a devolução do valor da caução; os outros possuem, efetivamente, manuais como se gratuitos fossem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, açorianos:

Viram o truque? O truque é o Governo esgotar o seu tempo. O Governo esgotou o seu tempo e o que é que aconteceu? Aconteceu que eu fiz dez questões e o Governo respondeu a uma questão, uma questão! Fiz dez questões! Agora, o Governo já não pode responder porque já não tem tempo. É muito, é, de facto, esclarecedor em relação à vontade do Governo, mas esta pergunta que o

Governo teve vontade e disponibilidade para responder, provavelmente da próxima vez já não vai ter, porque o Sr. Deputado Bradford apresentou, na Conferência de Líderes, uma proposta que irá permitir reduzir ainda mais o debate no âmbito desta figura regimental que nós estamos a utilizar.

Portanto, meus senhores, a questão aqui fundamental é esta. Em relação ao consumo de droga nas escolas, o Governo não teve tempo para responder à Representação Parlamentar do PPM, não teve tempo porque não quis responder. Fez uma primeira intervenção, prefere o monólogo. O monólogo é sempre muito mais interessante, não há contraditório, portanto, chega-se aqui, lê-se um papel e não se tem que responder às perguntas e às questões que foram colocadas. É muito mais interessante, embora me pareça muito menos democrático.

Em relação às refeições escolares. Tantas queixas em todas essas escolas, o Governo também não teve tempo para responder em relação às refeições escolares. E em relação à questão nacional que está a ser discutida, às mochilas, o material didático, tudo isso, o Governo também não teve tempo para responder. E a indisciplina que está a crescer nas salas de aula, quais são as medidas do Governo? Qual é a opinião do Governo sobre esta matéria? O Governo também não teve tempo para responder, não teve. E em relação ao sistema de formação de professores, que, neste Plano e Orçamento, ao contrário do que diz o Programa do Governo, “Vamos criar, vamos incentivar, vamos reforçar!”, mas, afinal, eu não vejo nenhum aumento de verba planeado para a formação dos professores. Portanto, há aqui uma contradição entre aquilo que está previsto e aquilo que está enunciado no Programa do Governo. Talvez por isso o Governo também não teve oportunidade de responder. E em relação aos programas informáticos e às constantes avarias dos sistemas, que as escolas têm que esperar cinco ou seis dias para o sistema ser restabelecido, com todos os problemas que isso coloca, até a nível de colocações. Tivemos, há pouco tempo,

uma semana em que o sistema de colocação de professores esteve parado porque o sistema também não funcionava. O Governo aqui também não quer esclarecer, também não tem respostas. E em relação ao desafio que aqui lhe foi lançado, que é da avaliação externa do nosso sistema educativo? Uma entidade independente que possa avaliar o sistema educativo no seu todo, com as nossas mais valias, com a importância que possam ter as nossas estruturas, por exemplo, que é algo que é positivo, já o disse várias vezes, e reconhecendo as fragilidades, fundamentalmente, verificar o que é que é preciso fazer. Em relação a este desafio, o Governo também não quis responder, não quer fazer uma avaliação externa da qualidade do nosso sistema educativo, uma avaliação global do sistema.

Portanto, isto é um não debate, por definição, porque o Governo se recusa a responder à oposição. Neste caso, fiz dez perguntas, só tive resposta para uma das questões. E essa questão, em relação a essa resposta, o que é fundamental é dizer o seguinte. Eu não compreendo qual é a diferença ideológica que o Partido Socialista tem aqui nos Açores e que tem no território continental. O presidente de honra do PS atravessa o Atlântico e chega à Assembleia da República e diz, “Não, não! Manuais escolares gratuitos, é a minha opção ideológica!”. Vem no avião, outra vez para trás, aterra em Ponta Delgada, “Manuais escolares gratuitos? Não, isso não é justo, nós não concordamos, do ponto de vista ideológico, com essa escolha, não concordo!”. Mas o que é que se passou nesta travessia do Atlântico? Quer dizer, são os mesmos dirigentes, é o mesmo partido, é o mesmo corpo ideológico, mas têm opiniões diferentes nas duas zonas do Atlântico e eu não sei porquê. Para os açorinos o que é dramático é que a opinião negativa é aqui, nos Açores, e por isso é que nós temos um sistema que nos prejudica gravemente em relação ao sistema nacional.

Mas tenho outras coisas para dizer. Na seguinte intervenção vou realizar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, pediu a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, ou na intervenção anterior do Sr. Deputado Paulo Estêvão foi dito que eu, enquanto líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, pretendia e tinha levado à Conferência de Líderes a intenção de reduzir e cercear o debate democrático nesta Casa, nomeadamente no âmbito de uma interpelação ao Governo. Eu gostava de contestar veementemente e firmemente essa observação e de explicar que a única proposta que foi feita pelo Partido Socialista, nesse âmbito, na Conferência de Líderes,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é a propósito de quê?

O Orador: ... foi que se aplicasse este documento que aqui está: o Regimento desta Casa.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: O Regimento desta Casa determina um conjunto de regras que...

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, está a fazer uma interpelação à Mesa, portanto, deverá dirigi-la à Mesa.

O Orador: E eu vou concluir a interpelação à Mesa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é o quê?

O Orador: Aliás, a minha interpelação ia no sentido de que a Sra. Presidente fizesse o favor de distribuir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o Regimento desta Casa. O Regimento desta Casa, que é a única coisa que o Partido Socialista quer que se respeite, ou é a base de onde devemos partir para qualquer debate, nesta Casa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: ... diz, em relação ao debate que aqui estamos a realizar, uma interpelação, que o tempo deve ser distribuído proporcionalmente entre os grupos e representações parlamentares,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para ser respeitado por todos!

O Orador: ... coisa que foi feita e que se mantém, naquilo que nós dissemos sobre esta matéria, que as representações parlamentares têm um tempo mínimo garantido de intervenção de dez minutos, coisa que acontece, e que continuará a acontecer com a aplicação deste documento, e que o proponente tem o mesmo tempo do maior partido, no caso o Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem o mesmo tempo de debate que tem esta bancada de 30 deputados. Todas estas regras continuarão a manter-se se aplicarmos este documento, que foi aquele que oficialmente aprovamos como sendo o guia dos debates, nesta Casa, da distribuição de tempos, baseado no princípio democrático da representação proporcional. O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem o seu peso específico enquanto deputado, representa os eleitores que nele votaram, esta bancada tem seu peso específico enquanto conjunto de deputados, representa 50 mil açorianos. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, tentando levantar um manto de névoa sobre esta questão, quer, no fundo, que o seu peso específico equivalha ao de 50 mil açorianos que votaram nesta bancada. Isso não é democrático, não é possível, não encontra nenhum tipo de justificação na forma democrática de gerir uma região, um país, um parlamento.

Portanto, Sr. Deputado, não foi isso que nós propusemos.

Presidente: Não deverá interpelar o Sr. Deputado!

O Orador: A Sra. Presidente faça o favor, se não levar a mal, de distribuir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão uma cópia do Regimento, porque ele, pelos vistos, esqueceu-se ou perdeu a sua.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente:

De acordo com a peregrina interpretação do Sr. Deputado André Bradford, nós, neste momento, não estamos a cumprir o Regimento com os tempos que estão atualmente designados, estamos em incumprimento com o Regimento. Só que a diferença é que nós estamos a cumprir o Regimento no âmbito da interpelação parlamentar e também vamos cumprir o Regimento no âmbito dos tempos que são agora propostos. Mas sabem qual é a diferença? Apesar do protesto veemente e muito afirmativo, a verdade é esta, os tempos diminuem. Esta é a verdade! Ou seja, existe um parâmetro de intervenção que irá diminuir,...

Deputado André Bradford (PS): Está aqui escrito!

(O Deputado André Bradford mostra o Regimento à Câmara)

O Orador: ... neste caso, 12 minutos, por exemplo.

Se já estivesse em vigor essa proposta, o interpelante passa a ter menos tempo. Ora, digam-me uma coisa. Depois, termina o Sr. Deputado, portanto, eu quero que a Sra. Presidente me confirme que estamos, neste momento, com os tempos de debate atuais, que são muito superiores àqueles que são propostos pelo Partido Socialista, que estamos a cumprir o Regimento (este é em primeiro lugar), só que estamos a cumprir no parâmetro mais democrático. E diz o Sr. Deputado do Partido Socialista, depois: “Bom, o senhor quer os mesmos tempos!”. Eu não quero os mesmos tempos, tanto que não os tenho, o Regimento não o prevê. Portanto, eu não quero mais do que aquilo que está no Regimento.

Agora, o que eu considero que é negativo é diminuir os tempos de debate parlamentar.

Eu vou terminar, Sra. Presidente, dizendo o seguinte. Eu não me importo nada de ser vencido do ponto de vista do debate parlamentar, mas gosto de ser vencido com argumentos, não gosto de ser vencido, não gosto, porque não é o caso, como se verificou, mas não gosto de ser vencido por ser calado e silenciado. Isto não é nenhuma vitória ou, pelo menos, não é uma vitória que eu quisesse para o meu partido.

Deputado André Bradford (PS): Qual silenciado?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está registada também a sua interpelação.

Vamos continuar o nosso debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar por parafrasear o mantra do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, o mantra que usou na sua intervenção de tribuna, e dizer assim: isto é uma interpelação, Sras. e Srs. Deputados? Não é, não senhor. E não é uma interpelação porque os estratagemas utilizados para que esta figura regimental, hoje, usada, de manhã, não fosse uma interpelação são óbvios para todos e todas que estiveram dentro desta sala.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, quando fez a sua primeira intervenção de tribuna, ficou com nove minutos. Nove minutos, Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, à qual tem que dar resposta direta, objetiva e fundamentada a seis partidos, dentro desta Casa. Já muitas vezes, Sr. Secretário Regional,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Tem que se mudar o Regimento!

A Oradora: ... e eu aceito, disseram-me a mim e ao Bloco de Esquerda e aos meus outros colegas enquanto grupo parlamentar, “Aprenda a gerir o seu tempo”. Comecei a ouvir isso em 2008, nesta Casa. É altura de dizer ao Sr.

Secretário Regional da Educação e Cultura e, já agora, ao resto dos membros do Governo, numa figura como a interpelação, que é necessário começarem a gerir o vosso tempo, porque, caso não o façam, isso só tem uma leitura, isso é fuga ao debate democrático.

O Sr. Secretário Regional, neste momento, não tem tempo para responder a mais nenhuma pergunta, ficaram imensas por responder...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todas!

A Oradora: ... e o Bloco de Esquerda ainda não lhe fez nenhuma.

E sabe uma coisa, Sr. Secretário Regional, estamos a discutir a educação lá fora, mas também é possível discutir e afirmar a educação aqui dentro.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quando um membro do Governo não tem tempo, quando um partido esgota o seu tempo, é de mau tom e é de falta de lisura e lealdade interpelar uma pessoa que nós sabemos que não tem tempo e os partidos dentro desta Casa, de uma maneira geral, respeitam essa lisura, respeitam essa lealdade e, portanto, têm educação.

Agora, também o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, deixe-me dizer: mais vale não abusar, porque senão isto transforma-se num diálogo de surdos, que é uns partidos a fazerem perguntas a quem não tem tempo para responder e isso é batota, isto é batota.

Deputado André Bradford (PS): É curioso que a Sra. Deputada antes não tinha feito nenhuma intervenção!

A Oradora: E, Sras. e Srs. Deputados, não é a direção dos trabalhos da Presidente desta Assembleia que está a pôr em causa o funcionamento desta interpelação, é a forma como o Governo Regional e como o Partido Socialista têm respondido a esta forma de figura regimental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): É a sua primeira intervenção!

A Oradora: Sendo assim,...

Oh, Sr. Deputado André Bradford, não vale apenas vir agora dizer...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que nós não fizemos ainda (ainda!) nenhuma pergunta, porque ou estive fora da sala ou não ouviu o que eu disse: o Sr. Secretário Regional não tem tempo para responder e não respondeu a mais de dois terços daquelas que foram feitas. Isto é batota, é batota. Isto é batota, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem adjetivado!

A Oradora: É batota feita dentro desta Casa e a culpa e a responsabilidade não é da Presidente desta Casa.

Portanto, o Bloco de Esquerda não participa desta figura, porque, pura e simplesmente, não tem ninguém para lhe responder às perguntas que tinha preparadas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Por mais que o Governo se recuse a aceitar a realidade, voltamos a insistir. Os resultados educativos, na região, não são animadores e são o reflexo de políticas educativas.

Haja humildade e honestidade intelectual para se assumir que é necessário um novo rumo. Deixemos de invocar o passado, concentremo-nos no presente e perspetivemos o futuro.

Deputado André Bradford (PS): Qual é o passado que vamos deixar para trás?

A Oradora: Muito bem!

Perante o que aqui foi dito, importa esclarecer o seguinte.

(Pausa)

Deputado André Bradford (PS): Qual é o passado que vamos deixar para trás?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Qual é?

A Oradora: Ponto um. Taxa de retenção e desistência no 1º Ciclo do Ensino Básico, na rede pública, é de 9,1%, conforme resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar. Portanto, foi a resposta dada pelo Sr. Secretário ou gabinete que o integra.

Importa ainda esclarecer que aqui foi dito 0% na taxa de retenção do segundo ciclo. Só se for na rede privada e aí leva-nos a questionar...

A resposta está aqui, poderei divulgar a todos os presentes. É a resposta do Governo.

Deputado André Bradford (PS): Assim não dá para ver!

A Oradora: Eu vou tirar fotocópia e trago já a seguir.

Portanto, neste sentido, parece-me que...

(Pausa)

A verdade é que em resposta, frisando, ao requerimento apresentado ao Grupo Parlamentar do PSD, em janeiro, já após o primeiro Plenário, há contradições e falta de rigor nas informações prestadas, porque a resposta é, passo a dizer: “Taxa de retenção e desistência no primeiro ciclo de ensino básico, rede pública: 9,1%”, resposta, “Rede privada, taxa de retenção e desistência do primeiro ciclo: 0.8%”, rede privada. Daí poderemos já tirar uma ilação:...

Deputado André Bradford (PS): Que é?

A Oradora: ... qual será o fator que está aqui em questão? Contexto socioeconómico. Significa que o Governo não está a ter em devida atenção os contextos socioeconómicos dos alunos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e, nesse sentido, é necessário desenvolver políticas educativas que permitam um maior envolvimento dos pais e que haja um maior nível de escolaridade dos pais para que possam investir na educação dos filhos e que possam...

Deputado André Bradford (PS): A escola dos pobrezinhos e a escola dos...!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Está a incomodar-lhe, não é? Deve estar a incomodá-lo muito que até nem me deixa acabar o raciocínio! Dá para ver!

Deputado André Bradford (PS): Por mim está à vontade!

A Oradora: No mesmo requerimento, volto a dizer, que, quando foi questionado sobre a taxa de pré-escolarização por idade, relativamente ao ano letivo 2015/2016, a questão aqui que se colocou foi saber onde estaria a verdade, se era na resposta onde dizia que não estavam disponíveis, se era na resposta dada pelo Sr. Secretário, em Plenário de 17 de janeiro. Já ficamos aqui esclarecidos que, afinal, também havia contradição, afinal, não é verdade esta resposta, porque as taxas para a escolarização dos quatro, dos cinco e dos três estão disponíveis, o Sr. Secretário aqui reiterou e os divulgou.

Sendo assim, se alguém não sabe fazer contas, certamente, não será o Grupo Parlamentar do PSD, será, certamente, ou o Governo e alguns deputados do

Partido Socialista, que se limitam a aplaudir as medidas de governação sem fazer qualquer análise crítica e sem benefício do futuro dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do PSD Açores está aqui para servir os açorianos e, neste sentido, fará as perguntas e tecer as considerações necessárias que visam o esclarecimento do povo açoriano e em prol do sucesso educativo dos Açores. Questionamos e apresentamos alternativas. Foram várias aqui elencadas.

Assim o fazemos e vamos continuar a fazer.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos também interromper para o almoço. Regressamos às 15 horas para continuarmos o debate.

Eram 12 horas 52 minutos.

Presidente: ... *[Corte na gravação]* os nossos trabalhos da Agenda.

Eram 15 horas 06 minutos.

Eu, antes, pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: o Governo Regional já esgotou o seu tempo; o PS tem 12 minutos e 30 segundos; o PSD tem 15 minutos e 40 segundos; o CDS/PP tem 10 minutos e 50 segundos; o Bloco de Esquerda tem 8 minutos e 30 segundos; o PCP tem 2 minutos e 59 segundos; o PPM tem 11 minutos e 1 segundo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa tinha ainda uma inscrição.

Tem a palavra a Sr. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, nesta intervenção, referenciar algumas das questões que foram aqui colocadas pelos partidos e também partilhar aquela que é a posição do Partido Socialista relativamente e estas situações.

Concretamente no que respeita aos refeitórios, que aqui foram aludidos, dizer que, efetivamente, daquela que é a informação pública, inclusive, a informação que temos é que tem havido reclamações de algumas escolas, mas elas, de todo, não vão ao encontro daquela que foi a afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão de que muitas escolas estão constantemente a fazer reclamações sobre este assunto.

Dizer também que a Secretaria Regional da Educação tem e disponibiliza inspeções às escolas e tem-no feito no decorrer deste ano letivo.

Dizer, igualmente, que, como bem sabe, com certeza, porque é público, a Direção Regional da Educação publica um manual de orientação dos refeitórios escolares e também dos bares escolares.

Dizer também que existe um controlo diário, aliás, um documento que é referido como o diário do dia, em que há o controlo por parte do Conselho Executivo relativamente aos refeitórios.

Relativamente à estratégia do Governo, foi uma das suas primeiras perguntas. Bem, eu acho esta pergunta muito estranha, porque a estratégia do Governo está à vista de todos nós; o Governo Regional entendeu, após consolidar o edifício em termos infraestruturais, em termos de recursos humanos, em termos legislativos, iniciar um programa, que é conhecido por todos nós, que é o ProSucesso. Portanto, não percebo onde é que o Sr. Deputado não vê a estratégia.

Quanto à questão da toxicodependência, como bem sabe, ela existe nos recintos escolares, mas existe fora dos recintos escolares. Nesta escola, foi aprovado, por proposta do Bloco de Esquerda, um estudo nesse sentido, todos os anos as escolas promovem um inquérito de vigilância, através da própria escola, em consonância com o centro de saúde, e acresce também a questão da saúde escolar.

No que diz respeito ao aumento da indisciplina, Sr. Deputado, como bem sabe, e naquela que é a sua profissão, se há algo que pode aqui, de certa forma, negar ou minimizar a indisciplina é quando o aluno tem sucesso. As taxas de transição nos primeiro, segundo e terceiro ciclos ou no ensino básico têm aumentado e, portanto, a indisciplina existe. Existe, neste momento, um programa de combate à violência, à disciplina e existe, no próprio âmbito da autonomia pedagógica das escolas, um programa, na área do ProSucesso, de intervenção nesse sentido. Quanto à questão de promover uma avaliação externa, Sr. Deputado, eu tenho alguma dificuldade em perceber isso, a não ser que o Sr. Deputado entenda que os professores não são competentes no seu trabalho, porque vejamos.

O sistema educativo já é avaliado pelo PISA, pelo TIMSS, pelo TIMSS Advanced, pelas notas internas e pelos exames nacionais. Partimos do

pressuposto que todas estas pessoas estão a agir naquela que é a mais-valia do conhecimento do aluno, no âmbito das estratégias do conhecimento e, portanto, têm competência, com certeza, para avaliar o sistema educativo e são os indicadores que nós temos a nível regional que também nos vêm avaliar o sistema educativo. À exceção da taxa de abandono escolar precoce, nós estamos a crescer em todos os outros indicadores. Estranhamente, a oposição não traz nenhum desses indicadores: o indicador da taxa de conclusão do ensino secundário, o indicador...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): A taxa de retenção!

A Oradora: Já lhe vou explicar como é que se faz as contas, Sra. Deputada! Já lhe vou explicar!

A taxa de retenção...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Já lhe vou explicar!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Explique ao Governo!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, daquelas que foram as suas questões, para agora, eu ficaria por aqui.

Quanto à intervenção feita pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, devo associar-me à sua preocupação relativamente aos docentes. Dizer-lhe que, naquela que nomeou como a questão da precariedade e os benefícios aos professores em determinadas ilhas, o nosso Estatuto da Carreira Docente já contempla, no seu artigo 9.º, incentivos à natalidade. Acresce que naquela que é a revisão do regulamento do concurso de docentes, no seu artigo 10.º, num dos pontos, também está plasmada essa possibilidade. Portanto, vamos aguardar serenamente que o documento entre nesta Casa para que o possamos discutir.

No que diz respeito ao apoio educativo, os números são claros, no âmbito do ProSucesso, efetivamente, esta matéria tem sido abordada.

No que respeita à intervenção aqui realizada pela Sra. Deputada Maria João Carreiro, dizer que no que referiu, no que diz respeito à relação da candidatura do ensino superior à taxa de abandono escolar precoce, eu dava-lhe só dois dados e, a partir daí, faça a sua leitura.

No ano 2000, a candidatura ao ensino superior foi de 1113 alunos e a taxa de abandono escolar foi de 57,3%, aliás, a taxa de abandono escolar elogiada por si quando era militante do Partido Socialista.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Em 2010! E 2016?

(Burburinho nas bancadas do PS e PSD)

A Oradora: Em 2015, o número de alunos que se candidataram ao ensino superior foi de 973 e a taxa de abandono escolar era praticamente metade, 28,8%. Portanto, não há relação possível, Sra. Deputada.

Em segundo lugar, no que diz respeito à questão da taxa de retenção do primeiro ciclo, Sra. Deputada, como bem sabe, porque, com certeza, consultou, na página da Direção Regional da Educação existe, efetivamente, uma informação em que diz da seguinte forma: “Taxa de retenção e desistência do ensino regular público e privado”. O que a Sra. Deputada solicitou ao Governo Regional foi a taxa de retenção e desistência do ensino regular separado por público e privado e isto faz toda a diferença. Eu vou dar-lhe um exemplo, porque os dados de 2015, nós não os temos. Vamos dar o exemplo seguinte. No ano 2014/2015, a taxa de retenção e desistência do público e do privado, publicada pelas estatísticas, é de 5,8, porquê? Porque nós temos 688 alunos que reprovaram num universo total de 11810. Mas quando a taxa é desagregada, que foi aquilo que a Sra. Deputada pediu, as contas para 2014/2015 são o

seguinte. No público (isto publicado na página da Direção Regional), no primeiro ciclo, são 683 sobre 1857, ou seja, a taxa dá 6.3; e no privado são cinco alunos por 954 o total, ou seja, a taxa dá 0,5.

Resumindo e concluindo, quando nós analisamos o gráfico que tem dados agregados não se podem comparar com dados desagregados e foi o que a Sra. Deputada fez. Portanto, tem que aprender.

A Sra. Deputada fez mal as contas, não sabe analisar gráficos, aliás, já nos presenteou com uma situação semelhante ao dizer que o Sistema Educativo Regional não tinha uma legislação ao nível das necessidades educativas especiais, remetendo-nos para o nacional.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não senhora!

A Oradora: Deixe-me lembrar, Sra. Deputada, que a Secretaria Regional tem uma legislação efetiva para as necessidades educativas desde 2006.

E por fim, Sra. Deputada, para terminar, dizer-lhe o seguinte. A Sra. Deputada disse que tinha sido aqui referido pelo Sr. Presidente do Governo relativamente às famílias. Deixe-me dizer uma coisa, Sra. Deputada, o que foi dito e que está publicado foi o seguinte. “O sucesso escolar começa em cada família”, foram estas as palavras do Sr. Presidente. Agora, deixe-me dizer, Sra. Deputada, aquilo que a Sr. Deputada disse em 2013,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Ainda bem que disse isso!

A Oradora: ... “A educação é um dever da família e da escola”. Se houve alguém que imputou a educação à família foi a Sra. Deputada que o fez.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é surrealista. O Partido Socialista... Isto é surrealista.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Surrealista ou socialista?

Deputado Francisco Coelho (PS): Inato!

O Orador: O Partido Socialista sabe que os resultados do PISA demonstraram... Eu volto a dizer, os resultados do PISA foram o maior teste internacional alguma vez feito nos Açores, não foi uma amostragem, foi uma sobre amostragem que representou mais de 20% dos alunos que realizaram o PISA a nível nacional. Vejam bem. E o que é que diz o estudo? O estudo diz que estamos em último lugar, o estudo diz que nos afastamos, a RAA afastou-se da média nacional e o que é que a Sra. Deputada Sónia Nicolau fez? Veio aqui torturar os números. Oiça, a Sra. Deputada daqui não pode sair, estávamos a 11 pontos, estamos a 31. O que é que aconteceu? Afastámo-nos da média nacional e a Sra. Deputada bem pode torturar os números que eles não lhe vão chegar a conclusões diferentes.

A mesma coisa em relação aos exames nacionais, não sou eu que o digo, é o jornal *Público*, é um jornal tendencialmente socialista, como sabe.

(Risos dos Deputados do PS)

Fez as médias...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Socialista, mas idóneo!

O Orador: ... e que chegou à conclusão que nós estamos atrás de todos os distritos e

da RAA e, portanto, que estamos em último lugar em termos dos exames do ensino secundário. São factos, isto são factos e é algo que não se pode contestar.

Eu acho isto impressionante. Há dois anos ou três anos, não sei precisar, peço desculpa à Câmara, o Sr. Presidente pediu aqui um grande pacto regional, porque, realmente, nós não estávamos bem na área da educação e era necessário, de facto, existir um desafio regional em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Desafio ao qual os senhores nunca responderam!

O Orador: Pronto! Estava, então, na fase da aceitação, e agora há aqui um retrocesso clínico, porque os senhores estão agora na fase da negação, outra vez, ou seja, voltámos, outra vez. Há uma situação em que estávamos a enfrentar há três anos e, portanto, agora, é difícil... Oçam, o mais difícil é quando os dados estão à frente de todos e os senhores o que querem fazer é não reconhecer.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! O senhor não é nada rigoroso!

O Orador: Assim é impossível resolver problemas. É preciso reconhecer que temos um problema e depois é preciso reconhecer o seguinte, que temos um enorme potencial, graças às infraestruturas construídas, em termos das capacidades dos nossos alunos. Temos uma enorme capacidade do ponto de vista das nossas famílias e da nossa estrutura social. Eu acho que os Açores são um Ferrari malconduzido, conduzido por um condutor... Malconduzido, mas é um Ferrari. Oçam, eu só gostava de ter oito anos para mudar o sistema educativo dos Açores, eu colocava-o no topo. Tenho a certeza absoluta que é possível colocar os Açores como a melhor região de Portugal num espaço de seis, oito anos, não tenho nenhuma dúvida, com políticas corretas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nós também não!

O Orador: Agora, os senhores falham clamorosamente.

E agora, nesta intervenção ainda, porque, senão, ainda me vão perguntar, “Então, e o TIMSS?”, vou responder-vos, é um assunto muito técnico, que eu

sei que não resulta em Plenário, mas vou fazer um esforço. Portanto, aqui a questão é a seguinte. No TIMSS temos uma pequena amostragem, nada comparável com o PISA e muito menos fiável porque, evidentemente, estamos a falar de um universo extremamente reduzido.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É verdade!

O Orador: E além desse universo ser extremamente reduzido, é um universo selecionado por duas vias. Em primeiro lugar, porque os que concluem o 12.º ano nos Açores são em muito menos número, do ponto de vista percentual, do que aqueles que concluíram o 12.º ano no resto do território, logo, temos muito menos alunos a concluir o 12.º ano. Há aqui uma seleção, portanto, já só estão a chegar os melhores. Toda a gente compreende isto. Depois, são os alunos com uma escolha muito específica. Quem é que fez esta prova? Os alunos... Quem é que escolheu física de 12.º ano? E matemática? Porque os alunos que fizeram os exames de física são os mesmos que fizeram os de matemática, quer dizer que são os melhores alunos, aqueles que têm uma vocação para... E, como sabem, no caso da física, é uma opção dos alunos. Portanto, temos aqui uma dupla seleção, quer uma seleção dos alunos, quer uma seleção ao longo do percurso académico.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, só os melhores é que estão a fazer a prova e os nossos melhores são mesmo bons, mas são muito afastados do resto dos resultados que são verificáveis noutros exames, como o PISA ou os exames do ensino secundário.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não podes dizer isso! Vais levar com um protesto!

O Orador: Agora, a questão fundamental é a seguinte e eu pergunto agora ao Sr. Secretário, cá está, mas o Governo já não tem tempo, o Governo agora já não tem tempo, mas eu deixo-lhe as questões que lhe gostava de colocar. Quais

foram as escolas que contribuíram para a amostragem? É porque isto é um fator essencial. Quais foram as escolas e as ilhas que contribuíram para a amostragem? Responda-me, Sr. Secretário, é porque isto é fundamental para depois... Agora, a seguir, já vamos verificar o que é que se passa com essa amostragem, é porque eu tenho umas desconfianças...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Desconfia dos alunos?

O Orador: ... em relação a essa amostragem. Mas o Sr. Secretário é o único que tem acessos, a menos que o Partido Socialista tenha, mas eu não vi nenhum requerimento, não sei se tem acesso a esses dados. Eu não vi nenhum requerimento público sobre essa matéria, portanto, não sei se têm acesso direto a esta informação. O que me foi dito é que essa informação estava na posse do Governo Regional e só na posse do Governo Regional. Portanto, a pergunta é para o Sr. Secretário. Sr. Secretário, diga-me, quais foram as escolas e as ilhas que participaram na amostragem e o número de alunos dessas diferentes escolas.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): São Miguel, Terceira, Faial, Pico e São Jorge!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmas./os Sras. e Srs. Deputadas/os, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Tomei a liberdade de ter esta pequena intervenção para esclarecer, de facto, que eu não percebi a bancada, se temos ali o Governo, se o Partido Socialista com deputados. Porque a posição dos deputados é servir os açorianos, é defender em prol do sucesso, do futuro dos Açores. Portanto, se estamos aqui numa

interpelação sobre o Sistema Educativo Regional, Sra. Deputada, não cabe a si responder, cabe, sim, ao membro do Governo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas a senhora quer a resposta ou não quer?

A Oradora: Há funções distintas. Ponto um.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Não quer ser esclarecida?

A Oradora: Quero sim. Quero sim, senhora, pelo membro do Governo, pela tutela. É Sra. Secretária? Não é!

Portanto, é isso que é importante aqui esclarecer aos açorianos que as posições são independentes. Se calhar vai lá chegar, a sua pretensão é chegar a Secretária, mas poderá ter que esperar um bocadinho. Por enquanto, temos ali o Sr. Secretário.

Perante isso, sendo uma interpelação ao Governo, cabe ao Governo responder e não aos deputados. Ponto um.

Ponto dois. Pelos vistos, quem não sabe fazer contas não sou eu certamente, porque quando temos taxa de retenção na rede privada aproximada de 0% significa que o restante é taxa de retenção.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): A senhora não percebeu!

A Oradora: A senhora é que não percebeu.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Continua sem perceber!

A Oradora: A minha formação permite-me dar-lhe até explicações de matemática, se entender, está bem?

(Risos da Deputada Sónia Nicolau)

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Hoje, o Sistema de Ensino no 1º ciclo apresenta muitas inovações.

A implementação, desde 2015/2016, em todas as unidades orgânicas com 1º ciclo, de uma rede 50 ProfDA, reforçada em 2016/2017 com o 2º ProfDA, através da oficina de formação “**Matemática passo a passo: Estratégias de Superação de dificuldades para o 1º Ciclo do Ensino Básico**”. Onde estes professores desenvolvem junto dos docentes do 1º ciclo (titulares e de apoio) da sua unidade orgânica, em momentos formativos, mas também em contextos de sala de aula, atividades de diagnóstico e de superação de dificuldades. O trabalho concentrou-se em 2015/2016, no 1º ano de escolaridade, e em 2016/2017, abrangendo o 2º ano. Estando disponível e podendo ser seguido por qualquer docente que queira seguir o *Guia de Apoio – online* com instruções e recursos de Matemática, com base nesta metodologia de intervenção e ordenados numa lógica de sequencialidade progressiva. Sendo este Guia formado por recursos produzidos no âmbito deste projeto e testados em contexto de sala de aula.

É um fato que entre os anos letivos de 2013/14 (94,2%) e 2015/2015 (91,5%) verificou-se uma diminuição na taxa de transição do 1º ciclo, na ordem de 2,7 pp. Mas não podemos esquecer que estamos dentro das expectativas estimadas para 2020 e a leitura deste indicador, como outros, deve ser, pelas alterações exógenas ao sistema educativo, global e em períodos mais alargados.

Sendo os Açores pioneiros na introdução da área curricular disciplinar de **Inglês**, no 1º ciclo, desde 2004, nos 3º e 4º anos, sendo em 2006 alargada aos 4

anos, no ano de 2009, passa a integrar a matriz curricular do 1º ciclo, onde se redefinira os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens de Inglês.

A partir do ano letivo 2015/2016, todos os alunos frequentam, obrigatoriamente, a disciplina de Inglês, com dois tempos semanais. Procedeu-se à criação de um grupo de recrutamento de professores de Inglês para o 1º Ciclo e à definição das suas metas curriculares.

O 1º ciclo possui o projeto **Ler +**, que tem atividades de leitura em contexto de sala de aula, proporcionando experiências de leitura, com estratégias diversificadas de promoção da literacia, despertando o gosto pela leitura.

As escolas hoje possuem um sistema de novas tecnologias digno dos nossos dias, com retroprojetores, com quadros interativos, computadores e outros materiais, que estão a ser utilizados, permitindo uma maior atualização e manuseamento de materiais online que facultam uma visão global do mundo e uma formação mais integrada na sociedade em que vivemos.

Por fim, motivamo-nos o futuro, com um passado bem alicerçado. Motivamo-nos garantir melhores cidadãos a partir da escola para que “ninguém fique para trás”.

Tenho dito.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para dizer à Sra. Presidente que o Partido Socialista fará chegar à Mesa uma explicação de como se calculam as taxas de retenção e desistência para cada um dos ciclos, no ensino privado e no ensino público, e pedir-lhe que distribua à Casa.

Muito obrigada.

Presidente: Está registado. Ficaremos a aguardar, então.

Pergunto se há mais inscrições para o debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda para inscrição no debate?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tenho mais uma questão para o Sr. Secretário Regional que é em relação ainda à amostragem do TIMSS. É porque os senhores estavam a acusar-me de não falar no TIMSS. Não, eu quero falar no TIMSS, estou aqui, ainda tenho uns certos minutos. Agora, quero que o senhor me diga o seguinte. A nível nacional, dessa amostragem, 40% dos alunos eram provenientes das escolas profissionais.

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: Nos Açores, como é que foi, Sr. Secretário? Também lhe quero fazer esta pergunta. É evidente que a pergunta é retórica, mas eu vou continuar a fazê-la.

Deputado André Bradford (PS): Dê a resposta! O senhor disse que era retórica!

O Orador: Então, mas se eu não tenho acesso à resposta... O Sr. Deputado André Bradford, mais uma vez, fez aqui um aparte desnecessário, porque, evidentemente, eu não tenho acesso a estes dados, por isso é que eu preciso de lhe fazer a pergunta. Agora, o Sr. Secretário não tem tempo, porque levou o tempo todo sem responder às perguntas que eu lhe fiz e agora também tenho perguntas sobre o TIMSS e o senhor não tem tempo propositadamente. Agora, a pergunta é esta: Essa amostra, que é uma amostra muito pequenina, é uma amostra muito seleccionada, é uma amostra que não tem uma leitura regional, que não inclui as ilhas todas (Sr. Secretário, já sabe para onde é que eu quero ir!), Sr. Secretário, a pergunta é esta, a nível nacional, 40% dos alunos com

proveniência das escolas profissionais, nos Açores, como é que foi? E, a seguir, já tenho mais perguntas para lhe colocar.

(Diálogo entre diversos Deputados da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Não há mais inscrições para o debate, sendo assim, para encerrar a interpelação...

Ainda se quer inscrever para o debate? Claro que sim, que é o senhor, mas eu primeiro tenho que abrir as inscrições para a inscrição no debate e agora, sim, não havendo inscrições, para o encerrar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que o debate foi novamente esclarecedor. Temos a pior de todas as situações, é um sistema educativo a obter péssimos resultados,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um secretário que não fala!

O Orador: ... com imensos problemas que aqui tive oportunidade de elencar e que o Governo Regional passou uma nova postura de há dois anos para cá. Deixou de reconhecer que o problema existe e o que está aqui a fazer e o que levou aqui a manhã toda a fazer, o início da tarde, foi a negar o óbvio. É evidente que temos muitos problemas no âmbito do sistema educativo, por isso é que eu fiz a pergunta e gostava de ter tido uma resposta por parte do Governo, mas o Governo entendeu não responder se estava interessado em fazer uma

avaliação global do sistema, ou seja, uma avaliação que permitisse verificar em que situação nos encontramos em todos os parâmetros e encontrar soluções.

Já uma vez aqui também tive a oportunidade, e reitero esta minha oferta, de realizarmos um pacto educativo aqui na região, de chegarmos a um consenso, de não estarmos a modificar as políticas educativas constantemente. Eu estou disponível para um acordo desse tipo, porque se tem existido instabilidade no sistema educativo, tem existido instabilidade quando existe uma maioria parlamentar consecutiva, desde o ano 2000, vejam bem. Portanto, a instabilidade no sistema tem sido introduzida por V. Ex.^{as}. E porquê? Porque os senhores não encontram a solução e então fazem experiências.

O Sr. Presidente do Governo Regional, na campanha eleitoral, no âmbito da campanha regional, apresentou como principal trunfo o regresso à anualidade. Ora, quem é que tinha terminado com a anualidade? Exatamente o Governo de V. Ex.^a.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): E porquê? E para quê?

O Orador: Ou seja, o senhor apresenta como grande trunfo para as eleições o regresso à anualidade. Quem é que tinha acabado com a anualidade? V. Ex.^a.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Para que é que foi?

O Orador: Portanto, esta instabilidade permanente que os senhores introduzem no sistema e agora esta negação que os senhores introduzem no sistema, é aqui que reside o problema.

Eu penso que esta sessão de perguntas e esta interpelação deixaram bem evidente a situação em que nos encontramos.

Mas eu quero terminar esta intervenção deixando, mais uma vez, aqui, este apelo: eu estou disponível para, em conjunto com todas as forças políticas, estabilizarmos o sistema educativo, encontrarmos um conjunto de soluções em conjunto com V. Ex.^{as} e considero que isto é algo fundamental. Agora, os senhores não estão disponíveis,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque há, e termino, Sra. Presidente, um ponto essencial: é que os senhores reconheçam que temos um problema e que da vossa parte, apesar da evidência, apesar dos factos incontestáveis que existem, os senhores não reconhecem que existe esse problema e, portanto, em vez de fazerem política a sério para resolverem as coisas, os senhores optam por fazer aqui, nesta Assembleia, ou comícios ou monólogos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Olhe que isso dito por si!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto.

Informo a Câmara que o ponto 2 da nossa Agenda, conforme ficou deliberado na Conferência de Líderes, será debatido na quarta-feira de manhã, amanhã de manhã, e também que o ponto 4 da nossa Agenda, referente ao Projeto de DLR n.º1/XI, passou para o final das petições e, portanto, deixo este alerta para a organização dos vossos trabalhos.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 3 da nossa Agenda: Proposta de Resolução n.º 1/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017”, apresentada pela Mesa desta Assembleia.

Como sabem e é habitual, este orçamento foi elaborado pelos serviços da Assembleia, foi aprovado pela Mesa e também sujeito à apreciação da CAPAT.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reiterar a chamada de atenção que o Bloco de Esquerda fez em sede de Comissão e, portanto, não fazer apenas na Comissão e fazê-lo aqui em pleno Plenário, reafirmando que compreendendo o orçamento apresentado e, sobretudo, a inflação que o orçamento sofre em consequência do cumprimento da lei, quer na reposição de salários, quer também na atribuição de subvenções aos antigos deputados, por via da norma do Tribunal Constitucional, o nosso voto favorável a este orçamento não significa que aceitemos como (estou à procura de um...) bom (muito obrigada!) a decisão do Tribunal Constitucional. Respeitamo-la, mas refutamo-la e continuamos a afirmar que ela é inaceitável, de todos os pontos de vista, num país como o nosso, que atravessa a situação que atravessa.

Quanto ao orçamento da Assembleia, obviamente que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

O documento agora em apreciação traduz aquilo que será a actividade do Parlamento Regional. Julgo ser um documento tão consensual quanto possível e é normal que assim seja. Pela nossa parte estamos na generalidade de acordo com o mesmo, mas tal facto não nos inibe de levantarmos aqui algumas questões que resultam duma análise mais aprofundada do mesmo, bem como de expressarmos aqui aquilo que neste documento não merece, em parte, a nossa concordância.

Começarei por salientar algo que na nossa opinião traduz uma opção política de fundo com a qual discordamos e que julgamos em nada contribuir para o prestígio deste Órgão. Trata-se do Projecto Parlamento Solidário que é definido como sendo, e passo a citar, “a organização de actividades solidárias com o objectivo de angariar fundos que uma ou mais instituições farão reverter para os mais desfavorecidos” e mais adiante, cito “incentivar a população a participar nos eventos contribuindo com a aquisição de bilhetes ou com doações de géneros alimentares e outros”.

Para nós este tipo de “caridadezinha” encerra em si mesmo o perigoso e errado conceito que o que interessa é atirar com umas esmolas, apenas a alguns mais pobres e desfavorecidos, e não discutir, tomar medidas e combater as causas que provocam que para alguns fiquem as riquezas produzidas e para outros apenas reste o direito às sobras que por caridade lhes são distribuídas.

Este Parlamento, quanto a nós, tem de ir mais além, tem efectivamente de debater as causas da pobreza na nossa sociedade, de discutir e aprovar as leis que combatam de facto essa pobreza e garantam que todos os cidadãos possam ter uma vida digna com o produto do seu trabalho e não, como hoje acontece, em que cada vez é maior o número de pobres que, apesar de terem trabalho e emprego, a remuneração que desse trabalho auferem não lhes permite sair do limiar da pobreza.

A este propósito, não resisto a recordar aquilo que dizia o Bispo Brasileiro D. Hélder Câmara – quando distribuo esmolas pelos pobres chamam-me santo, mas quando questiono as razões da existência de pobres logo me acusam de perigoso revolucionário e comunista!

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Ficar este Parlamento pelas iniciativas próprias de uma sociedade assistencialista e sem verdadeira solidariedade social é redutor e transmite à

sociedade um sinal claro de que a pobreza é inevitável e, como tal, a única coisa a fazer para a contrariar é atirar com umas poucas esmolas àqueles casos que por serem mais gritantes podem chocar mais as consciências. Porque não aceitamos que assim seja, queremos aqui expressar de forma muito clara e nossa posição sobre este assunto.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Questão que gostaríamos de ver esclarecida neste Orçamento e que da sua leitura não ficámos completamente esclarecidos é a questão que tem a ver com a utilização de trabalhadores, por este Parlamento, em programas ocupacionais para a prestação de trabalhos com carácter permanente.

Pensamos que isso não deve acontecer e que, nos casos em que existem estas situações, estes trabalhadores devem, quanto antes, passar a ter um vínculo de trabalho permanente.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Objectivo que neste Orçamento é assumido é o de melhoria da eficiência energética, com o qual naturalmente estamos de acordo.

Contudo, verificamos que existem três Delegações desta Assembleia com certificações energéticas “G” e “F”, ou seja, as piores. Refiro-me às Delegações da Graciosa, de Santa Maria e das Flores. Será, pois, de esperar que estas delegações sejam objecto de intervenções para melhorar significativamente a sua certificação energética. No entanto, da análise ao documento não conseguimos descobrir as verbas necessárias para tais correcções.

A finalizar, não podemos deixar de referir a verba que se encontra orçamentada para o pagamento de licenças de software, no montante significativo de 76 mil euros. Isto apesar de, em devido tempo e por proposta do PCP, este Parlamento ter aprovado o uso de software livre na administração regional.

Pensamos que é mais que tempo desta deliberação ser levada à prática, em vez de continuarmos a engordar a conta reconhecidamente bem gorda da multinacional Microsoft.

Esperamos que esta nossa intervenção seja entendida como um contributo positivo para uma melhor gestão do Parlamento Regional.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente, não estava para intervir neste ponto, apesar de termos uma posição bem definida, mas espantou-me a intervenção por parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Dia 12 de abril de 2016, quando se reintroduziu aqui o orçamento retificativo e se reintroduziu aqui a verba para pagar as subvenções dos deputados, houve dois partidos que votaram contra: o CDS e o PPM. Este tempo depois, a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Bloco de Esquerda, então, que, na altura, concordaram, agora, não concordam. Registo o facto, mas devo dizer à Sra. Deputada que influencie os seus camaradas da geringonça de Lisboa para novamente apresentarem a lei e impedirem as subvenções dos deputados.

Portanto, nós fomos consequentes e não pode vir aqui a demagogiazinha que, pese embora os ordenados dos coitadinhos dos funcionários, etc., sempre fomos e temos pena que da sugestão que fizemos de vir separado...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não tem mal!

... os ordenados dos deputados no ativo e separado quanto recebem de subvenções, que no orçamento da Assembleia não tenha vindo, este ano, feito aquilo que foi o nosso reparo, em 12 de abril de 2016.

Portanto, votamos contra a introdução dessa verba e não chega vir aqui de mansinho a dizer que não concordamos, votamos contra a que ela fosse reintroduzida; ela já foi, agora não vale a pena chorar no molhado.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a um pedido de esclarecimento que me foi dirigido, direi apenas para acompanharem os trabalhos da Assembleia da República, lerem a comunicação social e, de vez em quando, tirarem dúvidas que possam, eventualmente, ter, porque a posição do Bloco de Esquerda sobre a matéria das subvenções vitalícias é tão pública, tão pública, tão pública que só com um desenho é que ela pode ficar mais clara.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como é que votou no orçamento?

A Oradora: Em segundo lugar, dizer o seguinte. Como deputada desta Casa, que nunca levantei, eu ou o Bloco de Esquerda, nenhum tipo de problema e nunca vi ser levantado por nenhum partido representado nesta Assembleia qualquer tipo de problema ou de questionamento ou de crítica relativamente à organização dos trabalhos e às atividades que a Assembleia Legislativa desenvolve, nomeadamente o projeto Parlamento Solidário, o projeto Parlamento Cultural, o projeto Parlamento Próximo, o projeto Parlamento Aberto, o projeto Parlamento Intergeracional, o projeto Parlamento Participado, o projeto Parlamento Migrante, o projeto Parlamento Inclusivo e o projeto

Parlamento Sustentável, nunca tendo havido de nenhum grupo ou representação parlamentar nenhum tipo de crítica, recuso liminarmente associar qualquer tipo de iniciativa a que se dá o nome de solidariedade com caridadezinha, porque, Sras. e Srs. Deputados, são coisas absolutamente diferentes e eu parto do princípio e sinto-me honrada por esta Casa ter iniciativas de caráter solidário e têm o meu apoio completo. Não é caridadezinha, é solidariedade e é uma obrigação desta Casa também.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós vamos colocar a questão que colocámos também o ano passado: é importante que as pessoas percebam que os deputados que estão atualmente a desempenhar funções não têm direito à subvenção vitalícia, portanto, é preciso diferenciar essas questões. Evidentemente que esse regime terminou, a questão que se coloca é em relação àqueles que já exerceram funções no período de vigência da lei e também no período de transição que foi considerado. Aí nós temos um conjunto muito alargado, é uma despesa muito significativa para a Assembleia e, além de ser uma despesa significativa para a Assembleia, eu mantenho aquela que é a nossa opinião, é algo profundamente injusto, é um regime de exceção inconcebível, inconcebível na nossa sociedade. Não se consegue perceber, eu não consigo perceber por que é que os parlamentares portugueses, numa determinada altura, legislaram no sentido de criar um regime de excecionalidade, que lhes dava, passo a expressão, uma reforma ao fim de oito anos e depois de 12 anos. Isso é absolutamente inadmissível, aproveitando

a situação de privilégio em que se encontravam no sentido de poder legislar. Portanto, eu penso que essa foi uma péssima decisão.

Felizmente, o regime terminou, mas mantém-se por parte daqueles que já tinham exercido essas funções.

A questão aqui é que também considero que é fundamental dizer o seguinte. O Tribunal Constitucional não disse, não fechou a porta, no acórdão que realizou, em relação a esta questão; o que disse é que a abordagem tinha que ser diferente e estamos à espera dela. Infelizmente, o PPM não está na Assembleia da República desde 1983, senão, se lá estivéssemos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos fazer uma anteproposta!

O Orador: ... a questão seria diferente, mas não estamos. Portanto, não podemos legislar nesse âmbito.

Agora, que há aqui, em relação ao Bloco de Esquerda, uma posição estranha, há, porque, de facto, o Bloco de Esquerda, o ano passado, votou favoravelmente e, agora, tem outra posição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Agora!

O Orador: De qualquer das formas, nós, da nossa parte, mantemos aquela que é a nossa posição, ou seja, a subvenção vitalícia não faz qualquer tipo de sentido, significa uma despesa muito grande para este Parlamento, significa uma despesa inaceitável e injusta para todos os açorianos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem apalavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Uma breve intervenção para, a respeito deste orçamento, realçar, em primeiro lugar, e porque a sua contraposição, que, aliás, tivemos oportunidade de também aprovar na última reunião plenária, é, obviamente, a conta sobre os

anos anteriores, eu gostava de salientar pela positiva aquilo que têm sido os relatórios do Tribunal de Contas a respeito da conta desta Assembleia, que, nos últimos anos, pura e simplesmente, não tem qualquer tipo de recomendação. Portanto, também para salientar o que é que isto significa de boa gestão e de estrito cumprimento legal, num Parlamento que, pela sua natureza arquipelágica, naturalmente também, ao nível dos custos de transportes e estadias, obviamente que eles também se refletem a este nível.

E gostava de dizer também outra coisa, aliás, na sequência do que aconteceu em Comissão. O Partido Socialista não tem, a respeito deste orçamento, tentações; o Partido Socialista aprova este orçamento na sua íntegra, porque o que aqui está, designadamente aquilo que tem sido falado neste Plenário a respeito do direito adquirido das subvenções vitalícias, pela parte do Partido Socialista, não merece comentários. E não merece comentários por duas razões, que penso que são suficientes. A primeira é histórica. Toda a gente se lembrará qual foi o Governo e qual era a cor que acabou com as subvenções vitalícias. O Partido Socialista é e não pode deixar de ser, como este Parlamento também não pode deixar de ser, um partido que respeita a democracia e que respeita o estado de direito. Nessa medida, aquilo que este orçamento tem ou voltou a ter ao nível das subvenções vitalícias, é bom lembrar, tem a ver com a decisão do Tribunal Constitucional, que é um órgão de soberania. As decisões do Tribunal Constitucional respeitam-se, a conceção de direitos adquiridos do Tribunal Constitucional respeita-se, embora se discorde, embora eu também aqui faria um parêntese e devo dizer que acho estranho que alguns concordem com a conceção de direitos adquiridos do Tribunal Constitucional quando ela diz respeito aos funcionários públicos, mas já não concordem com respeito a outras categorias, porque se trata exatamente do mesmo conceito e da mesma interpretação.

De resto, há uma coisa que eu também já percebi. É bonito quase todos os partidos serem contra as subvenções vitalícias, já não os seus antigos deputados. Também é bom que isto fique claro.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, neste caso também não passa entre os pingos da chuva, embora a quase eterna oposição tenha esse conforto, eu gostava de lembrar-lhe que o PPM participou no Governo da Aliança Democrática e também teve uma palavra a dizer sobre esta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não, não!

O Orador: O Governo da Aliança Democrática é anterior. Tem razão!

(Risos da Câmara)

Nessa parte, fica livre.

Mas eu atrevo-me a dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que isto não seria impedimento para o PPM participar naqueles casamentos que gosta à direita. Tenho a certeza disso.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre casamentos não me vou pronunciar, hoje, porque é dia de namorados e, portanto, ainda não chegamos ao casamento, eu vou ficar aqui só pelo namoro.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas pode ser coerente!

O Orador: Posso! E vou ser, Sr. Deputado Francisco Coelho. Aliás, sabe que eu sou sempre coerente e assumo as consequências.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vamos ver!

O Orador: Portanto, nessa matéria, estamos à vontade. Eu acho é que a relação de Lisboa a que V. Ex.^a apelava ali aos idos Governos de 1980, enfim, é, de facto, bem lembrado quem é que proibiu as subvenções e também estou bem lembrado quem, fazendo essa apologia do respeito pelos dinheiros públicos, do grande discurso do Partido Socialista da altura como grande defensor da moral e dos bons costumes, como V. Ex.^a também se lembra, pela voz de José Sócrates de dos seus camaradas quase todos, não todos, mas quase todos, nos lembramos disso e dizerem que aquilo era um abuso pagar subvenções a deputados, ex-ministros, etc., por aí fora.

E não são só essas que estão em vigor. O problema é que ainda há quem acumule subvenções de autarca e subvenções de deputado. Também há acumulações nessa matéria, como foi bem recente na imprensa nacional.

Nós sempre fomos coerentes, contra as subvenções vitalícias dos deputados. Não foi este ano nem o ano passado, se o Sr. Deputado Francisco Coelho bem se lembra, e quero dizer que o orçamento desta Casa e as contas desta Casa nunca mereceram nenhum reparo do Tribunal de Contas, felicito, por isso, a Mesa por ter sempre um orçamento muito equilibrado, bem feito, não merece nenhum reparo, mas todos nós temos que saber e os açorianos têm o direito de saber quanto se paga, qual a despesa com os deputados no ativo e a despesa com os deputados a receber subvenções. Esse número, para mim, é absolutamente essencial para poder dar o meu voto favorável a este orçamento. Pedi que fossem separados; eu acho que não custa ter um centro. Eu bem tentei descortinar, mas devia faltar talvez o desenho da Sra. Deputada Zuraida Soares para chegar lá, eu não consegui chegar e nós não conseguimos, não fui só eu, quanto recebem ou quanto é o bolo destinado aos ex-deputados e às subvenções vitalícias. Isso é fundamental, porque nós somos vítimas, algumas vezes com razão, outras sem razão, da opinião pública, que ganhamos mundos e fundos, etc., e talvez não seja bem assim.

Portanto, nada como a transparência. Se a conta nunca mereceu nenhum reparo, também merecia não merecer nenhum reparo nosso e sobretudo desta bancada. Mas, em coerência, não podemos concordar, apenas e só por essa rúbrica, que é fundamental e que é estrutural para, porque não é pouco dinheiro, os açorianos perceberem quem tem razão nessa matéria. Amanhã, falaremos talvez um bocadinho melhor sobre o Tribunal Constitucional e as suas decisões e quem as respeita e não as respeita. Nós respeitamos as decisões do Tribunal Constitucional, mas, nessa matéria, o tribunal foi claro, não fecharam a porta, devolveram o papel à Assembleia da República e, portanto, a maioria, o casamento de esquerda na Assembleia da República, embora pareça que moram em casas separadas, à boa moda de esquerda progressista, são casados, mas cada um mora na sua casa. Portanto, talvez, naqueles momentos em que se conseguem juntar, que eu não sei quais são, mas há de haver um momento em que eles se juntam, hão de talvez fazer uma proposta conjunta para, novamente, proibirem as subvenções.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste ponto, aliás, à semelhança da minha colega, Sra. Deputada Zuraida Soares, mas achei por bem vir a debate, até para restabelecer algumas verdades e se calhar mesmo algumas coerências.

O Sr. Deputado Artur Lima fez questão de vincar que o CDS tinha uma posição coerente relativamente às subvenções vitalícias, mas, na realidade, se calhar deveríamos de nos lembrar, na época da extinção dessas subvenções vitalícias, colocaram-se duas propostas ou dois conjuntos de propostas mais ou menos distintos. Um primeiro conjunto de propostas, da autoria quer do Bloco de

Esquerda, quer do PCP, defendiam a extinção das subvenções vitalícias, até mesmo, e aqui, se calhar, estou a pecar por não utilizar a nomenclatura certa ou por não utilizar o conceito certo, mas penso que compreenderão o sentido, por ter efeitos também retroativos, ou seja, aplicar-se a todos os deputados e quem tivesse responsabilidade política antes da entrada em vigor da lei. E, por outro lado, também tínhamos a proposta do Governo, na altura liderado por José Sócrates, como bem sabemos, que acabaria com as subvenções vitalícias a partir daquela data e só para os deputados que exercessem funções a partir daquela data.

Ora, na altura, a proposta do Bloco de Esquerda mereceu os votos desfavoráveis...

Deputada Zuraida Soares (BE): Oiçam! Oiçam!

O Orador: ... quer do PSD, quer do PS, enquanto a proposta do Governo foi aprovada por todos à exceção do CDS, que se absteve. E vale a pena relembrar as palavras do Sr. Deputado Nuno Melo, que, na altura, ainda era deputado na Assembleia da República, e que nos disse o seguinte, relativamente à extinção das subvenções vitalícias: “A composição parlamentar futura será feita por quem queira ser deputado ou político, mas só a preço de saldo ou está, então, disposto a ser enxovalhado”. Ora, por alguma razão é que o Sr. Deputado Nuno Melo se desinteressou completamente da Assembleia da República, a partir daquela data, e se calhar foi por isso, acho eu, que, a seguir, passou, transitou para o Parlamento Europeu, onde, se calhar, os direitos seriam outros.

Quanto ao acórdão do Tribunal Constitucional. Se fosse para manter a coerência, e estamos aqui a falar em coerência, então, o Sr. Deputado Artur Lima e a sua restante bancada também votariam contra esta proposta de orçamento desta Assembleia, porquê? Porque da mesma forma como votaram contra a última proposta de orçamento, orçamento retificativo, que teria a ver com um acórdão do Tribunal Constitucional que impunha a reposição das

subvenções, então, também agora, como as subvenções lá constam, deveria votar contra. Faz todo o sentido. Não se compreende, pois, como é que anuncia que vai votar favoravelmente este orçamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que disse isso?

Deputada Zuraida Soares (BE): Calma!

O Orador: Portanto, a partir de agora, deveria votar sempre contra todos os orçamentos. Aliás,...

Calma!

Quanto à abertura para alterações às subvenções, quanto à abertura para se proceder a alterações no regime das subvenções e de acordo com aquilo que foi defendido pelo Tribunal Constitucional quando atribuiu à Assembleia da República a possibilidade de alterar, de alguma forma, o regime das subvenções, eu penso que passa, e aqui posso estar, se calhar, a não ser muito preciso, porque eu não sou jurista, longe disso, mas, pelo que me consta de alguns pareceres, isso passaria só e simplesmente necessariamente por uma alteração. O que é que isso quer dizer? Por exemplo, poder-se-á dar o caso de haver propostas que defendam o corte nas subvenções, mas nunca a sua extinção. Ora, está aqui a querer dar a entender que é muito fácil extinguir as subvenções vitalícias, de acordo com aquele que foi o acórdão do Tribunal Constitucional, poderá não ser uma visão muito correta. Mas, mais uma vez, afirmo, poderei a não estar a ser muito preciso naquela que é a leitura que eu faço do acórdão do Tribunal Constitucional.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Paulo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu emendei!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É só para dizer ao Sr. Deputado Francisco Coelho que eu percebo perfeitamente. O senhor quis levar-me ao altar, ao PPM, mas, em 1985, a noiva era outra, era o PSD.

Deputado Francisco Coelho (PS): Era outra! Era o bloco central! É verdade!

O Orador: Portanto, não era o PPM. Foi o bloco central, o Partido Socialista e o PSD, que criaram as subvenções vitalícias e o PPM não teve nada a ver com isso.

A questão fundamental aqui, depois de feita esta referência, para que não fiquem dúvidas, é que eu considero, continuo a achar que esta questão é uma questão que precisa de ser resolvida. É evidente e é preciso dizer isto com justiça para a RAA, que a RAA, a partir do momento em que a legislação foi criada, nós abolimos imediatamente as subvenções vitalícias para os casos presentes, não para os deputados que já tinham adquirido esse direito.

Por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, como não alteraram o estatuto, continuaram a receber as subvenções vitalícias durante todo este período, depois da aprovação da legislação.

De qualquer das formas, a questão mantém-se, é uma situação injusta, é uma situação que não tem, na minha perspetiva, justificação do ponto de vista ético, do ponto de vista político, e, portanto, deve ser alterada e eu não concordo com as subvenções vitalícias, o que elas significam do ponto de vista de despesa e da injustiça. Fundamentalmente, a questão até é injustiça, que significa esta situação, injustiça e privilégio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Apenas duas ou três notas, até porque penso que estão mais clarificadas as posições dos vários partidos, mas seria bom, atendendo a alguma complexidade da matéria, nós deixarmos perfeitamente claro que o que estamos aqui a votar, designadamente no que diz respeito ao encargo com os direitos adquiridos das subvenções vitalícias, independentemente da opinião que tenhamos sobre esta questão, não é competência nossa, não foi uma decisão nossa e estamos, obviamente, como órgão de Governo próprio de um Estado de direito, estritamente obrigados a dar cumprimento às decisões do Tribunal Constitucional, e ainda bem, porque isto significa que vivemos num Estado de direito e é realmente uma enorme conquista civilizacional vivermos num Estado de direito e esperemos que ele não comece, o que acontece ciclicamente e porque as garantias nunca são absolutamente garantidas, a ser questionado ou a ser posto em causa em muitas e muitas matérias.

Gostava de também dizer que fiquei mais esclarecido acerca da posição, neste caso, do CDS/PP, pela questão que o Sr. Deputado Artur Lima apontou, mas gostava de apelar ao espírito do Sr. Deputado Artur Lima no sentido de ser mais tolerante, não só de confiar em pleno no Estado de direito, mas ser mais tolerante com a moral dominante, não se zangar tanto com aquilo que talvez, eu não sei se a linguagem seria a mais adequada para pôr na sua boca, com o concubinato da esquerda, porque, Sr. Deputado Artur Lima, sejamos justos, se virmos em termos de moral dominante, essas modernices vão alastrando e aí eu pedia ao Sr. Deputado que tivesse um espírito mais democrata cristão e mais caritativo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia** (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para reafirmar aquela que é a posição deste Grupo Parlamentar, num orçamento que foi elaborado pelos serviços desta Assembleia, e quero registá-lo com rigor, com toda a abertura, com a disponibilização de toda a informação que, pelo menos da minha parte, precisei para analisar os documentos enquanto membro da Mesa. Portanto, houve toda essa abertura, todo esse rigor, e toda essa disponibilidade, o que quer aqui sublinhar.

É um orçamento, na nossa perspetiva, transparente, que retrata as necessidades de funcionamento desta Assembleia, que tem, efetivamente, em termos de despesa, aumentos que já foram referidos, relacionados com novas regras salariais e com uma decisão do Tribunal Constitucional relacionada com o pagamento das subvenções, que é bom que se diga que é um regime que já não existe no presente e, portanto, são subvenções de deputados desta Assembleia do passado. Portanto, apreciamos este documento na Mesa, apreciamo-lo na Comissão e mantemos essa apreciação positiva, aliás, uma apreciação positiva que também tem sido registada na conta pelos pareceres, ao longo dos anos, do Tribunal de Contas.

É evidente que podemos discordar e provavelmente até discordamos de alguns aumentos desta ou daquela rúbrica, mas também é bom lembrá-lo e até podemos discutir esses aumentos, designadamente com a questão das subvenções, mas também convenhamos que não é neste âmbito que poderemos alterar alguma coisa nessa matéria, porque o aumento dessa rúbrica, designadamente, é consequência de uma decisão do Tribunal Constitucional e esta Assembleia, em primeiro lugar, deve dar o exemplo de cumprir a lei.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu presumo que...

Sr. Deputado Francisco Coelho, eu não sei, em determinadas matérias, quem é que é mais liberal, se eu, se V. Ex.^a, mas um dia a gente conversará sobre isso. Eu não sei, em determinadas matérias. O concubinato a mim não me faz impressão, se faz a V. Ex.^a, enfim. Casas separadas, se quer que lhe faça um desenho, utilizando a terminologia bloquista, sei que V. Ex.^a não precisa, mas eu faço-lhe a planta da casa para não se enganar no quarto.

Mas, Sra. Presidente, a questão que aqui se passa é que já assistimos ao ponto do Sr. Deputado Paulo Mendes, que, enfim, na sua análise profunda e psicológica que faz das coisas, no seu pouco sentido de rigor das coisas, até já adivinha o sentido de voto, até já ouviu aquilo que eu não disse. É uma coisa absolutamente fantástica, é um Sr. Deputado que já consegue prever o futuro. Aliás, o que acontece frequentemente, não só aqui, mas nas suas crónicas, ele consegue prever o futuro e dizer aquilo que ainda não aconteceu, nem nunca irá acontecer, felizmente. Mas isso deve fazer parte de alguma psicopatia da sociedade açoriana.

Eu estou a citar o Sr. Deputado, eu posso citá-lo. Posso citar, então, verdadeiramente o Sr. Deputado Paulo Mendes. Então, talvez, o Sr. Presidente do Governo, para não se escandalizar, eu vou citar o Sr. Deputado Paulo Mendes.

“Nos vivemos numa...”, estou a citar, “... sociedade que é psicopata, em que as pessoas são tidas como objetos, em que até os nossos responsáveis políticos e governativos confundem pessoas com números numa folha de Excel. A partir daí, está tudo dito. Portanto, é normal que quem tem uma estrutura de

personalidade mais associada à psicopatia consiga obter algum sucesso nesta sociedade.” Está aqui à vista, chegou a deputado.

Portanto, Sr. Presidente do Governo, era só para esclarecê-lo sobre essa matéria, quando eu digo isto era socorrendo-me desta entrevista que o Sr. Deputado Paulo Mendes dava, há um ano, já prevendo que ia ser deputado.

Sra. Presidente, peço desculpa da deriva, voltando ao assunto.

O que está em causa aqui para o CDS é separar os valores das subvenções vitalícias dos valores dos deputados no ativo; isso para nós é fundamental que aconteça. A conta é equilibrada, nunca recebeu nenhum reparo do Tribunal de Contas, mas eu julgo, para os açorianos que estão em casa, têm que saber, têm o direito de saber como é que é as subvenções dos ex-deputados e ex-governantes, que é tudo pago por aqui, e as subvenções dos deputados no ativo. Portanto, isso parece-me absolutamente... ou há uma explicação sobre isso ou nós...

Agora, nós votamos contra o orçamento retificativo que propôs essa verba.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para lembrar à Mesa e, através da Mesa, a todas as Sras. e Srs. Deputados que, sendo certo que a ignorância é a qualidade mais bem distribuída do mundo, ficou provado que a psicopatia também. Criámos um novo ditado regional.

Muito obrigada.

Presidente: Nem sei o que vou registar, Sra. Deputada. A verdade é esta.

(Risos)

Sr. Deputado Paulo Mendes, tinha-se inscrito. Tem a palavra.

Apenas alerto que este debate vai longo, apesar de que totalmente dentro dos nossos tempos, mas que acho que já ficou tudo o que era esclarecido sobre esta questão do orçamento. Portanto, apelo também a si que possamos continuar na onda do orçamento.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção será curta e direta e tem a ver com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Noto, e não é de agora, que o Sr. Deputado Artur Lima gosta, tem especial prazer em causar alguma humilhação ou ser causa de alguma humilhação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu?!

O Orador: ... perante outros deputados desta Casa.

É verdade e reconheço que também, há coisa de dois anos, quando fui deputado desta Casa, apesar de somente por três meses, o Sr. Deputado Artur Lima, em alguns momentos, até me deu algum apoio e me deu alguma ajuda.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: As declarações que eu prestei para a comunicação social no âmbito de uma entrevista em que eu faço aquele que é talvez um recado político que foi, digamos, aceite, ou seja, o Sr. Deputado, eu não queria utilizar o termo, mas não tenho melhor, enfiou a carapuça, e o recado político tem a ver com esta sociedade que vive naqueles que são os moldes de uma psicopatia, onde, de facto, as pessoas são tidas como números e estou-me aqui a recordar de um famoso Ministro das Finanças, apoiado por um Governo do Partido Social

Democrata e do CDS, que, para ele, o mais importante, de facto, eram os números no Excel, numa folha de Excel e não a vida das pessoas. E é nesse sentido que eu digo e reafirmo que, infelizmente, alguma da nossa classe política denota traços de psicopatia. E isso se foi encarado ou se foi tido pelo Sr. Deputado Artur Lima como um recado para o CDS/PP, bem, eu não lhe posso dar qualquer tipo de remédio.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu penso que concluímos o nosso debate. Não há mais inscrições. Vamos então passar à votação desta proposta de resolução referente ao orçamento da Assembleia.

As Sras. e os Srs. Deputadas que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 17 do PSD; 2 do CDS/PP; 1 do PCP; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Apenas para dizer, na nossa declaração de voto, que, contra a demagogia aqui presente, nós somos coerentes e votamos contra. Não viemos aqui fazer, sub-repticiamente, a criticazinha, mas pelos coitadinhos destes e daqueles vamos votar a favor, apesar de não concordarmos com aquilo. Não concordamos, achamos que era estrutural aquele esclarecimento e por isso votamos contra. Sr. Deputado Sousa Mendes, a isto chama-se coerência. Aprenda.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto. Julgo não haver.

Está, então, encerrado este ponto da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 5: Petição n.º 44/X – “A Saúde nos Açores. Um direito!”. Esta petição foi apresentada por Octávio Manuel de Oliveira Rego, na qualidade do seu primeiro subscritor. Rege esta matéria o artigo 192 do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, sendo que cada grupo ou representação parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a dez minutos.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Desculpe, mas pode repetir o resultado da votação do orçamento?

Presidente: Do orçamento?

(Pausa)

Secretária: Vinte e nove votos a favor do PS; 17 do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PPM.

Presidente: Está esclarecido.

Então, como eu ia a dizer, vou passar a palavra ao Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais, para que possa apresentar a petição.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Eu pedia-lhe autorização, com todo o respeito à petição, de acordo com a minha condição física, para ler o resultado da petição, e se ninguém tiver nada contra, aqui do meu lugar.

Presidente: Eu penso que não há oposição, naturalmente, uma vez que está com problemas de mobilidade. Tem autorização para apresentar o relatório da bancada.

Tem a palavra, Sr. Relator.

O Orador: Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 44/X

“A SAÚDE NOS AÇORES, UM DIREITO!”

CAPÍTULO I

Introdução

A 13 de fevereiro de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 44/X, intitulada “A saúde nos Açores, um direito!”, que reúne um total de 1282 (mil duzentas e oitenta e duas) assinaturas, tendo como primeiro signatário, Octávio Manuel de Oliveira Rego.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 17 de fevereiro de 2016, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 29 de julho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas a “Saúde”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 03 de março de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários indicam que a petição surge a par das fragilidades subjacentes ao atual Sistema Regional de Saúde, destacando algumas considerações, e consideram ser este o momento “oportuno e urgente” para o tratamento e avaliação das temáticas apresentadas, e a seguir elencadas:

1) Aludindo ao estipulado no n.º 1 do artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, os peticionários evocam “o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover” para reclamar maior prevenção e tratamento de alguns tipos de cancro que, comparativamente a Portugal Continental, tem registado, nos

Açores, um aumento do número de novos casos registados e óbitos, propondo existir um estudo científico que aponte as causas;

2) Recomendam a reabertura de protocolos com os centros de investigação genética, uma vez que, nos Açores, os cidadãos com historial de neoplasias não podem usufruir desses estudos;

3) “Pretendem uma maior sensibilização e consciencialização na avaliação de todos os requerimentos para pensão de invalidez, referentes a doentes oncológicos açorianos”;

4) Alertam para a necessidade de informar “as populações açorianas, sobre técnicas de tratamento que, estão disponíveis na Clínica de Radioncologia Madalena Paiva, nomeadamente:

a) IGRT (Image-Guided Radiation Therapy), que torna possível a utilização radioterapia de “dose única”;

b) Braquiterapia, em São Miguel;

c) Iodoterapia.”

5) Denunciam que um utente continental abrangido pela A.D.S.E. usufrui de preços mais baixos em consultas e tratamentos;

6) Alertam para “a criação do “Gabinete do Utente da Região Autónoma dos Açores”, onde seja possível requerer uma declaração ou um relatório, com a devida privacidade”;

7) “Apesar de todas as conquistas alcançadas, verifica-se muitas situações que requerem melhoramentos, ajustamentos e alterações, no que diz respeito a:

a)) Extinção das Taxas Moderadoras, para todos os utentes do Sistema Regional de Saúde;

b) [...] deviam promover e incentivar o recurso a outras unidades hospitalares, como forma encurtar as enormes listas de espera para cirurgias e exames;

- c) Como é que se pode falar na criação da figura do enfermeiro de família, se na Região Autónoma dos Açores, nem todos os utentes possuem médico de família?
- d) Qual o papel das equipas de cuidados paliativos [...] O que têm vindo a fazer?
- e) Existem queixas de técnicos, por falta de medicamentos e de material médico, em muitos departamentos de Unidades Hospitalares e Centros de Saúde.”

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião do dia 03 de março de 2016, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Senhor Octávio Manuel de Oliveira Rego e do membro do Governo Regional com competência em matéria de Saúde.
- Na impossibilidade de estar presente, o primeiro peticionário fez-se representar pela segunda peticionária, Senhora Rita Bonança, cuja audição ocorreu no dia 05 de maio de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel;
- A audição do Secretário Regional da Saúde ocorreu no dia 01 de julho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

AUDIÇÃO DA SEGUNDA PETICIONÁRIA, SENHORA RITA BONANÇA, NA IMPOSSIBILIDADE DA PRESENÇA DO PRIMEIRO PETICIONÁRIO, SENHOR OCTÁVIO MANUEL DE OLIVEIRA REGO

A peticionária explicou que o autor da petição é o Senhor Manuel Rego, que neste momento se encontra ausente em Portugal Continental em tratamento de prevenção, após quadro clínico delicado, do foro oncológico.

Começou por fazer uma referência ao contínuo aumento do número de assinaturas desde que a petição foi entregue nos Serviços da Assembleia,

ultrapassando atualmente as duas mil assinaturas, o que comprova a pertinência e importância da mesma.

A peticionária sublinhou que o objetivo da petição é solicitar medidas mais assertivas no que concerne à saúde dos açorianos porque, na realidade, são contactados por muitos cidadãos com histórias de vida marcantes. Neste momento dizem-se (os peticionários) ser uma voz amiga, que tentam estar presentes na vida dessas pessoas. Pessoas, que disse evitam uma exposição pública por recearem retaliação, mas que anseiam aconselhamento e esclarecimento para melhorar a sua qualidade de vida. Comentou que o descontentamento perante o nosso Serviço Regional de Saúde é cada vez mais abrangente, aludindo à recente indignação pública da Ordem dos Médicos.

A peticionária explicou que também uma das razões que levaram ao surgimento da petição foi a ausência de resposta às três cartas abertas divulgadas publicamente, as duas primeiras da Senhora Margarida Tavares e a terceira do Senhor Octávio Rego.

De seguida, e uma vez que recorreu à apresentação da petição por meio de ficheiro em *PowerPoint*, apresentou vários testemunhos pessoais, entre os quais:

“ - O porquê de tanta gente numa só ilha ter tantos diagnósticos de cancro, muitos mais casos que em Portugal Continental?”;

- “Todos temos direito à saúde e bem-estar. Ajudem os açorianos a ter qualidade de vida e esperança”;

- “Existe desigualdade no acesso a alguns tratamentos, como diagnósticos, exames, tratamentos”, etc;

- “Ainda existe desigualdade no acesso aos tratamentos que a todos deviam chegar”;

- “Esperei três anos para uma operação”;

- “É necessário e urgente um estudo que permita identificar as causas de tantos casos de cancro, nomeadamente causas ambientais, devido ao uso de fibrocimento, abastecimentos de águas, transportes, usos de herbicidas, pesticidas e outros, uso de adubos nas pastagens onde são produzidos carne e leite, e depois consumidos por toda a região”;
- “Tabaco e álcool não são explicação para tão grande número de casos, alguns dos quais em pessoas que não bebem nem fumam”;
- “Foram precisos três meses para fazer uma TAC – tinha um cancro na cabeça, passados três meses voltou a aparecer metástases”.

Estas e outras são histórias de vida que merecem ser ouvidas, sublinhou a peticionária.

De seguida, centrou-se nos objetivos da petição, elencando os pontos no texto desta e que se encontra anexo ao presente relatório, dele fazendo parte integrante, também descritos, de forma mais sucinta, na alínea b) do Capítulo III deste relatório.

Ao longo dessa exposição referiu alguns dados estatísticos, nomeadamente:

- Um estudo publicado em 2015 e remonta a dados entre 1997 e 2006, que reflete a elevada taxa de cancros nos Açores - 80,7%, em 17 tipos de cancro, nos homens e 65,43% nas mulheres;
- Que entre 1997 e 2006 morreram 2640 pessoas por cancro, sem que se conheçam as verdadeiras causas que provocaram este elevado número de óbitos;
- Que entre 2007 e 2011 foram registados 5170 novos casos de cancro, como por exemplo 600 casos de cancro da próstata, 599 novos casos de cancro da mama e 477 novos casos de cancro do cólon e reto;
- Que a par dessas constatações foram feitos vários artigos de opinião à classe política e apelos, sem qualquer resposta;

- Que o IPO do Porto divulgou a publicação de um registo oncológico de Portugal referente a 2010 e que demonstra que a distribuição dos cancros não é homogénea, sendo as maiores taxas de incidência na Região Litoral de Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores (cancro da laringe, pulmão e linfoma não conhecido no homem);

- Sublinhou a dúvida quanto à justiça da cobrança das moderadoras e qual o destino destas;

- E por fim, como é possível os políticos não responderem às cartas abertas e como se sentem diante desta realidade dolorosa para tantos açorianos.

Finda a apresentação da petição, seguiu-se um período de esclarecimentos que contou com a participação dos deputados Ricardo Cabral, João Bruto da Costa e Joaquim Machado.

O deputado Ricardo Cabral agradeceu, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a todos os peticionários pela frontalidade com que abordaram esta matéria e pela importância que a mesma têm para todos os açorianos. É, efetivamente, uma doença muito difícil de controlar e de banir mas, que todavia, tem registado uma evolução positiva quanto ao diagnóstico e tratamentos de há dez anos a esta parte. As técnicas tem sofrido uma evolução muito positiva, as percentagens de casos de sucesso tem aumentado consideravelmente, também devido ao intenso e profícuo trabalho que tem sido desenvolvido no que se refere aos rastreios e diagnóstico precoce.

O deputado reconheceu que há muito por onde melhorar, e que o trabalho deve ser continuamente aperfeiçoado, mas disse também não poder descurar a positividade da evolução conseguida, tanto por parte do Centro de Oncologia dos Açores, dos nossos hospitais, como por parte dos técnicos que lidam diariamente com esta situações e se entregam de corpo e alma a esta causa, tentando fazer o melhor que conseguem pelos nossos doentes e familiares.

O deputado considerou que as causas estão assinaladas e são de conhecimento público – o tabaco, o álcool, a exposição solar, o excesso de peso, a obesidade e um outro fator que também não se pode ignorar – a idade. Por outro lado, considerou que a aposta futura tem de incidir na prevenção de algumas das situações indicadas, pela adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, que irão influenciar futuramente o aparecimento e combate a situações difíceis.

Apesar do flagelo que esta doença representa no seio açoriano, aliás como ao longo de todo o País, a esperança de vida aumentou nos Açores. Os dados indicam um aumento dos casos de cancro, mas em contrapartida a população açoriana também aumentou em 2% entre 2001 e 2011, e 3,6% entre 1991 e 2011. Tudo isto influencia as taxas de incidência de foro oncológico, porque o aumento de incidência oncológica aumentou nos Açores, mas como temos menos população, os casos refletem-se outro nível em termos de taxas percentuais.

E ainda quanto aos novos casos registados, o deputado referiu para isto muito tem contribuído o rastreio exemplar ao nível da região, especialmente nos casos dos cancros da mama, cancro do colo do útero e cancro do cólon e reto, pois é o diagnóstico precoce que tem permitido salvar muitas pessoas, apesar de, infelizmente, continuar ainda a matar várias outras...

Continuou explicando que algumas das causas já referidas, como o álcool, o tabaco, o excesso de peso e a obesidade são do foro pessoal e dependem da vontade de cada pessoa em mudar esses hábitos. A insistência no diagnóstico precoce e na prevenção é, pois, a aposta certa. Não descurando, obviamente, a evolução dos tratamentos e até a própria radioncologia que é uma grande mais-valia para os açorianos.

Quanto às taxas moderadoras, lembrou que no Serviço Regional de Saúde mais de 60% da população dos Açores não pagam taxas moderadoras e que os

doentes oncológicos não pagam taxas moderadoras. Esta diferenciação permite proteger quem mais precisa.

Quanto às listas de espera da área oncológica, salientou que o circuito pode e deve ser ainda melhorado, mas que nos últimos anos tem-se revelado muito mais célere e fluído, por exemplo com deslocações para os hospitais centrais sempre que é necessário.

Concluiu a sua intervenção, defendendo que é necessário fazer mais para uma melhoria contínua dos serviços de saúde, e porque isso implica a melhoria da saúde dos açorianos, e da sua qualidade de vida e bem-estar; mas que também é justo não esquecer que há 10 anos atrás, os açorianos e o Serviço Regional de Saúde estavam bem piores, e com isso ter a certeza que daqui a 10 anos estaremos todos também muito melhores!

A peticionária agradeceu a intervenção do deputado, mas centrou-se no facto de, mediante essa preocupação por parte do Partido Socialista, nunca ter havido resposta às cartas abertas referidas. E que os peticionários são, sobretudo, pessoas que estão ao lado de pessoas indignadas e descontentes, relativamente a falta de respostas.

O deputado Ricardo Cabral disse perceber a indignação, até pela fragilidade do que está em causa, mas considerou também ser importante divulgar o resultado do grau de satisfação efetuado aos utentes, em que a grande maioria disseram gostar, e gostar muito, do Serviço Regional de Saúde.

O deputado João Bruto da Costa cumprimentou a peticionária e peticionários e, de forma rápida, registou que da parte do PSD partilham o agradecimento em trazer um pouco da realidade nua e crua dos Açores, sendo que uma parte respeita aos cuidados de saúde em geral e outra parte, à problemática das doenças oncológicas que a todos preocupa.

Relativamente à primeira, considerou pertinente o confronto com o que sempre partilharam na defesa da saúde nos Açores e na procura de melhores cuidados

de saúde, e onde se encontram em desacordo com o que o deputado Ricardo Cabral referiu.

Relativamente à segunda parte, disse abster-se de debater o assunto nesta audição, e reservar-se-á ao direito de fazê-lo em momento oportuno, de forma a dar conhecimento a todos os açorianos das propostas que defendem

O deputado Joaquim Machado insistiu que a peticionária fez duas perguntas, para as quais não obteve resposta. A pergunta - o que foi feito com as taxas moderadoras - não pode responder, adiantou o deputado. A outra - o que os políticos acham às situações expostas – respondeu: envergonhado.

A peticionária agradeceu todas as intervenções e palavras, terminando a audição sublinhando que o papel dos peticionários que deram a cara pela petição tem sido marcar passagens, alojamentos, estar ao lado destes doentes que estão desolados, fragilizados, indignados, porque não sentem aproximação da classe política. E os peticionários querem saber o que foi feito com o dinheiro das taxas moderadoras, porque é um montante elevado, terminou desta forma a peticionária.

Finda a audição da peticionária, a Presidente da Comissão solicitou o envio à Comissão do ficheiro em *PowerPoint* que constituiu a apresentação finda, por forma ser mais um documento de análise e anexado ao relatório.

Até à presente data, o ficheiro referido e solicitado não chegou à posse desta Comissão.

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), DR. LUÍS MENDES CABRAL

O SRS louvou os peticionários e todas as pessoas que subscreveram a petição, pois nela revelam pontos importantes acerca do funcionamento do Serviço Regional de Saúde, comentando só lamentar que não tenham sido apresentados no início da legislatura, aquando da reestruturação da saúde nos Açores, onde

alguns pontos já poderiam ter sido devidamente enquadrados e outros esclarecidos.

Quanto ao ponto 1, comentou a referência à Constituição da República Portuguesa, sendo um bom princípio fazer referência aos direitos e deveres, quando muitas vezes os deveres ficam esquecidos, e também aqui na Saúde os deveres são muito importantes.

Concretamente ao aumento do número de casos e aumento taxas e incidência, o SRS explicou que as causas estão devidamente enquadradas e estudadas, pelo menos as que devem ser atacadas prioritariamente. Acrescentou que este é um assunto que preocupa a todos, e o Governo Regional tem acompanhado com particular cuidado e atenção. A área de oncologia nos Açores é um serviço especializado, que tem profissionais especializados, empenhados em melhorar os resultados a este nível, aliás, temos um dos melhores registos oncológicos a nível nacional, até mesmo com reconhecimento internacional. E este é um dos contributos para o aumento dos números absolutos de cancros, pois temos um registo muito fidedigno, ao contrário de outras regiões onde isso não acontece.

É importante perceber esta leitura de números absolutos nesta matéria. É uma leitura perigosa, se atendermos à realidade e diferença de variação entre a população nacional e a população açoriana. Os senso estatísticos indicam um aumento da população na ordem dos 3,6 %. Não foi só o número de cancros que aumentou, a população também aumentou, mas se olharmos apenas para as questões absolutas, ficamos com uma interpretação distorcida da realidade. Aliás, os cientistas entendidos na matéria defendem que não se deve fazer apenas uma média aritmética de números, atendendo às variáveis que devem ser tidas em conta, como por exemplo a idade, e os Açores tem uma população significativamente idosa. Os números absolutos não podem ser comparados, mas sim as taxas de incidência padronizáveis, e aqui temos, seguramente, uma maior capacidade diagnóstico da doença, como é um exemplo de excelência o

rastreio do cancro da mama, que é o que regista melhor cobertura a nível nacional. A avaliarmos desta forma já se compreende melhor o porquê de em 2008 existirem 100 casos de cancro da mama e em 2016 termos 130.

Outras áreas com taxas de cancro de 3 a 4 vezes superiores à taxa de cancro registada a nível nacional, são a traqueia, pulmões, laringe, faringe e bexiga. E aqui está claramente demonstrado que todos estes cancros estão diretamente relacionados com o consumo de tabaco, e todos sabemos que a população açoriana fuma muito mais que a nível nacional, e que inclusive continua a aumentar o consumo de tabaco nas mulheres açorianas.

Enquanto não tivermos taxas de fumadores também iguais às nacionais não podemos comparar também as taxas de incidência. Está comprovado que os casos de cancro estão relacionados com o estilo de vida, e nós somos um povo sedentário, com péssimos hábitos alimentares e com um consumo de álcool e tabaco acima de média nacional.

As pessoas têm o direito à saúde, mas também têm o dever de a defender e promover, conforme prevê a Constituição da República Portuguesa, salientou o SRS.

Temos, todos juntos, que encontrar a estratégia para deixar de fumar e conseguir diminuir hábitos alcoólicos. Somos, por exemplo, a população do país que consome menos verduras e fruta, ao contrário de outros locais do país onde nem têm produção hortícola e frutícola.

Quanto ao ponto 2, explicou que os protocolos referidos não foram encerrados. Que o Serviço de Oncologia da ilha Terceira faz um seguimento de ordem genética exemplar, aliás com orientações do Governo regional para articular esse seguimento com os outros hospitais da Região.

Quanto à questão 3, esclareceu que não pertence à tutela da saúde, mas sim da solidariedade social, mas que ainda assim pelo que tem conhecimento, os processos são seguidos por uma tabela aplicada por lei nacional, pontuada com

diferentes graus de incapacidade e de acordo com isso é, posteriormente, atribuído um resultado. Outra coisa é existir acompanhamento da situação por parte do Governo Regional mas, obviamente, sem qualquer tipo de pressão.

Quanto ao ponto 4, esclareceu que não pode haver publicidade na saúde. Ademais disse não compreender qual o benefício em recorrer a meios que não são o cumprimento de indicações clínicas concretas, de médicos com especialistas nessa doença.

E informou que a médica radioncologista do COA tem feito sessões clínicas, a pedido do Governo Regional, em todos os hospitais da Região, de modo a promover a interação entre a médica e os médicos para conhecimento de todas as técnicas.

Relativamente as questões da ADSE explicou ser tutela da Vice-presidência do Governo Regional. Mas que a Secretaria Regional da Saúde tem insistido para que os doentes da Região tenham a mesma acessibilidade que têm os doentes convencionados.

No que se refere ao ponto 6, disse que os 3 hospitais da Região têm Gabinetes do Utente, não compreendendo a necessidade deste gabinete ser centralizado, quando cada uma das unidades de saúde de onde os doentes saem tem esse gabinete, proporcionando um atendimento mais próximo do utente.

No ponto 7, quanto às taxas moderadoras lembrou que o assunto já foi debatido em plenário; as listas de espera já foram discutidas ao longo da manhã em que ocorreu esta audição; quanto aos enfermeiros de família, considerou ser uma contradição - uma coisa não invalida a outra - os médicos de família têm uma finalidade e os enfermeiros têm outras funções distintas.

Quanto aos cuidados paliativos, explicou que desde que a petição foi entregue na Assembleia, já foi aberto um serviço de cuidados paliativos no Hospital do Divino Espírito Santo e os serviços estendidos às Unidades de Saúde, na sua vertente domiciliária.

Por fim, e no que se refere à falta de medicamentos e de material médico, explicou que ao contrário do que aconteceu no início da legislatura, as ruturas de medicamento se material são situações excepcionais, pontuais, decorrentes de fatores diversos, como falhas de disponibilidade momentâneas, rutura por parte dos fornecedores ou ainda por esgotamento de medicamentos a nível nacional, em suma, existem fatores que não podem ser imputados ao Serviço Regional de Saúde.

O deputado Luís Maurício concordou ser evidente que a incidência e prevalência de determinado tipo cancro nos Açores existe. Prevalece em algumas situações, e naturalmente está associado a determinados fatores de risco, como o tabaco (por exemplo, as mulheres fumam mais hoje do que há 20 anos atrás).

Apontou como primordial a necessidade de intensificar medidas de prevenção na saúde, a começar pelas escolas.

Relativamente à neoplasia da mama e às questões genéticas, disse ser conhecido que já se retira a mama por ter sido identificado o mesmo tipo de cancro na família, e por isso ser considerado constituir maior fator de risco.

O Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada e o Hospital de Santo Espírito na ilha Terceira, constituem excelentes centros onde seria possível desenvolver a área da investigação genética, nomeadamente nas situações que apresentam maior taxa de incidência nos Açores.

Existem outras situações que merecem estudo aprofundado, questionou se por exemplo está comprovado se as mulheres que fazem durante mais anos terapêutica hormonal registam ou não maiores casos de cancro?...Se as mulheres que fazem doses hormonais maciças e crescentes, como a pílula do dia seguinte, se registam ou não mais casos de cancro da mama?

Na questão da radioterapia, considerou que as petionárias pretendem saber se existe ou não disponibilidade no Centro de Radioncologia Madalena Paiva para

o desenvolvimento dessas técnicas, saber se um doente pode ou não ter essa alternativa.

O SRS respondeu que estão todos de acordo relativamente aos rastreios e à importância da prevenção, nomeadamente pelo trabalho desenvolvido pelo Centro de Oncologia dos Açores (COA). Aliás, na prevenção uma das medidas em curso é garantir que todas as Unidades de Saúde da Região tenham pelo menos uma consulta antitabágica em funcionamento.

Relativamente aos estudos genéticos, explicou que há questões que têm vindo a ser estudadas, mas que a única certeza que existe é a da predisposição pela avaliação do PSA1. De resto, não há indicação clara, nem científica sobre a vantagem da realização de mastectomias.

Quanto ao Centro de Radioncologia Madalena Paiva esclareceu não ter a informação presencial das técnicas lá praticadas, mas que a doutrina defendida é tratar na Região tudo o que possa ser feito na Região. Por exemplo, 98% dos casos que necessitam de radioterapia podem ser realizados na Região. Os outros 2% serão então reencaminhados para uma estrutura que apresente resultados de qualidade e de sucesso.

O deputado Ricardo Cabral registou a fragilidade e quão oportuna é a petição em apreço. Os direitos e deveres serviram de mote para abordar a questão da prevenção, e dos fatores de risco conhecidos. Sendo que um dos principais fatores de risco na Região e no País é, sem dúvida, a idade. Felizmente, a par disso a esperança média de vida tem aumentado.

Defendeu que para além disto, nos Açores, temos um trabalho excepcional, nomeadamente pelo COA, a nível de rastreios, como é o caso do cancro da mama. O cancro do cólon e reto, e o cancro do colo do útero, são rastreios que estão a ser implementados com algumas dificuldades, mas com resultados positivos para a comunidade. Que no dia anterior foi apresentado um programa de rastreio da cavidade oral. Os Açores estão na linha da frente na saúde oral do

País, registou o deputado. As patologias da cavidade oral não são frequentes, mas são dramáticas.

Independentemente do registo oncológico dos açores ser um dos melhores do país, o GPPS também tem o dever de alertar para deficiências, nomeadamente as assimetrias que se verificam entre os Hospitais de Ponta Delgada, Terceira e Horta, e é necessário identificar e corrigir essas situações. É um dever do GPPS chamar a atenção da tutela para os problemas que existam, no sentido de melhorar e servir sempre melhor os açorianos, como por exemplo com a necessidade de reforçar as lideranças dos hospitais e centros de saúde.

Disse ainda que informar e educar são coisas distintas. Informar é um dever do Estado e de todos os profissionais. Educar requer uma atitude das pessoas e a sua predisposição para aprender e alterar hábitos.

Relevou a nítida atenção do Governo Regional dos Açores nos apoios aos doentes oncológicos das ilhas sem hospital, e sobretudo ao Continente Português. Não há listas de espera para cirurgias oncológicas, as pessoas devem saber que o doente tem prioridade e que isso é uma realidade nos Açores.

Terminou a intervenção registando que a saúde nos Açores há 5 anos atrás era pior, há 10 anos atrás era pior, há 20 anos atrás era bem pior, mas que a esperança é que no futuro esteja melhor, que daqui a 5 anos também esteja melhor e assim sucessivamente.

O deputado Luís Maurício requereu oralmente a relação dos tratamentos realizados no Centro de Radioncologia dos Açores, com pedido de envio antes da discussão desta petição em plenário, de modo a que os Grupos e Representações Parlamentares possam assumir a sua posição relativamente ao conteúdo da mesma.

O SRS, para encerrar a audição, concordou com a grande evolução nos Sistemas de Saúde na Região. Disse ser fundamental ter a consciência que em termos de saúde tem de haver e existir uma constante evolução, e é necessário

existir a capacidade de acompanhar essa evolução. Considerou que nestes últimos 4 anos fez-se uma aproximação nessa evolução relativamente aos anos anteriores. Quanto ao relatório solicitado pelo deputado Luís Maurício disse fazê-lo chegar de boa vontade, mas que a resposta é pública, pelo sistema convencionado, através da consulta à portaria publicada. E que ainda hoje entregará à Comissão o relatório e a portaria indicados.

No final da audição e decorrente da resposta do SRS, o deputado Luís Maurício requereu também oralmente a relação das técnicas executadas nos Açores e que embora da responsabilidade Centro de Radioncologia não são feitas cá nos Açores.

Os documentos solicitados ao SRS, entretanto remetidos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, encontram-se anexados ao presente relatório dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1282 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) Os peticionários manifestam-se pela necessidade urgente e oportuna de avaliar e corrigir várias medidas atualmente em vigor no Sistema Regional de Saúde, e que consideram estar a prejudicar a vida de muitos açorianos, tanto na perspetiva de tratamento e acompanhamento, como na perspetiva de prevenção de situações futuras, em particular nas doenças de foro oncológico;

3) O membro do Governo Regional com competência em matéria de Saúde lembrou que as matérias relativas à saúde deparam-se continuamente com situações novas, que exigem respostas assertivas, responsáveis e eficazes. A qualquer tutela espera-se consiga acompanhar os problemas do dia-a-dia, e saiba utilizar a evolução dos conhecimentos e da ciência em prol de melhores resultados e a bem de proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos;

4) Nesse sentido, deu conhecimento de dados que comprovam as causas de muitas das situações que preocupam quer os cidadãos, como o Governo Regional, nomeadamente quanto às causas identificadas como altamente potenciadoras de vários tipos de cancro e cujos números são elevados na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, deu conhecimento fatural do trabalho que tem sido desenvolvido na Região, seja em termos de rastreios, como do restante desempenho de profissionais e instituições de saúde (públicas e privadas), indicando também quais as medidas que o Governo Regional considera serem emergentes no combate aos números apontados, como a prevenção, a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis.

5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à Senhora Rita Bonança, enquanto segunda subscritora, ouvida na audição da Comissão, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora: (Arlinda Nunes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: (Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão então agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e em nome da bancada do PSD, queria saudar os mais de mil peticionários, mais precisamente 1282 peticionários que subscreveram esta petição.

Esta petição, dizendo respeito à temática da saúde, aborda-a em dois aspetos distintos, mas interinfluenciáveis: a problemática das doenças oncológicas em particular e aspetos relacionados com problemas de saúde em geral.

A incidência e a prevalência da doença oncológica nos Açores tem sido fundamentada com base no Registo Oncológico dos Açores que merece uma referência positiva relativamente à sua estrutura, num esforço de procurar transmitir a realidade dos Açores relativamente à doença oncológica mas que pressupõe, de forma atempada, um registo de todos os casos de cancro nos Açores, numa participação que se pretende homogénea por parte dos três hospitais da região e que, como reconheceu publicamente o diretor do Centro de Oncologia dos Açores, não se verifica.

Assim, o primeiro passo para o conhecimento da realidade atual da doença oncológica e das causas associadas - e não a realidade de 2006 - passa por um registo atualizado dos três hospitais da região, que está aquém de ser atingido.

Importa estender aos Hospitais da Horta e da Ilha Terceira – indo ao encontro das solicitações dos peticionários – a Unidade de Cuidados Paliativos do Hospital de Ponta Delgada, bem como estender, de forma igualmente significativa, os cuidados paliativos à componente domiciliária, porquanto é

possível dar alta das unidades de internamento, tornando-se necessário o acompanhamento domiciliário, valorizado pela proximidade da família dos próprios doentes.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Os rastreios que o Centro Oncológico dos Açores tem promovido encontram-se na linha do princípio da defesa do diagnóstico precoce e que se enaltece, mas importa de forma igualmente eficaz promover a prevenção da doença oncológica, nomeadamente no combate aos seus fatores de risco, como o tabaco ou o álcool, mediante a criação e acesso fácil a consultas de cessação tabágica em todas as unidades de saúde e ao cumprimento de metas e objetivos cronologicamente quantificáveis, no que à implementação de medidas preventivas do cancro diz respeito, num Plano Regional de Saúde que deverá ter coordenadores de cada um dos seus programas de modo a que a sua monitorização – das metas e objetivos – seja um ato contínuo de governação clínica.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma forma de apoiar os nossos doentes oncológicos, ao longo do seu processo, sempre muito longo para eles próprios, é o de lhes proporcionar um acompanhamento psicológico adequado, garantindo a existência de psicólogos afetos a cada serviço de oncologia dos três hospitais.

Mas prevenir o cancro é também e logo em primeiro lugar assegurar a cobertura populacional por cuidados primários. É a esse nível que se faz a educação e a promoção da saúde, mas também a prevenção da doença. Cobertura de cuidados primários em que a região de encontra deficitária, sendo compromisso do Governo a cobertura integral da população por médico de família, em 2018, esperamos que ela possa vir a ser uma realidade e que não deslize para anos futuros, como parece ter sido aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional

nos transmitiu através de uma entrevista dada ao jornal *Açoriano Oriental*, no passado domingo.

Ora, o que estes peticionários estão à espera é que seja pró-ativa a nossa atuação na fixação de médicos de família, desde logo abrindo concursos em tempo devido, porque senão existirão, provavelmente, outros locais que não os Açores onde o trabalho daqueles médicos será mais atrativo.

O que os peticionários estão à espera é que, para além de incentivos financeiros à fixação de médicos de medicina geral e familiar, se lhes proporcione incentivos à sua formação pré e pós-graduada, incentivos à fixação que passem por benefícios a nível do seu alojamento e que constituam, eles, novas formas de atrair médicos de medicina geral e familiar.

Mas a prevenção da doença faz-se também com a prestação de cuidados de saúde de qualidade e nesse aspeto achamos bem, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, que é preciso acabar, de uma vez por todas, com a prestação de serviços prestados por empresas que disponibilizam colaboradores médicos de duvidosa qualidade e valorizar os nossos quadros médicos, pagando-lhes aquilo que pagam àqueles que aqui se deslocam e que nem a nossa língua bem dominam.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Referem-se os peticionários, numa das questões levantadas na sua petição, às listas de espera para cirurgias e exames complementares de diagnóstico, apelando à sinergia entre os três hospitais da região. Sobre essa matéria o PSD tem história, defende-a desde 2014, este é um problema grave, que não se resolve num passo de varinha mágica, mas que exige da nossa parte, deputados e governantes, uma atitude bem mais ativa no sentido de, em regime de

produção cirúrgica adicional, se acabar com aquilo que a todos nós nos envergonha: esperas de mais de três anos para cirurgias.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo e Exmos. Secretários Regionais, Exmo. público presente nesta sessão:

A petição “Saúde nos Açores, um direito” aborda questões que no entender dos peticionários foram vivências na dependência de um sistema tão caro para os açorianos que é o nosso Serviço Regional de Saúde. Por isso, merece-nos o maior respeito e um agradecimento porque exerceram um direito consignado na nossa Constituição e no disposto do nosso Estatuto Político-Administrativo e fizeram-no elencando, com grande sensibilidade e espírito cívico, as vulnerabilidades de quem está doente, principalmente com doenças consumptivas de que, felizmente, existem cada vez mais vencedores.

Os tumores malignos, a sua incidência e prevalência nos Açores e no mundo, as técnicas de diagnóstico precoce e o acesso a terapias combinadas, assim como a proteção aos atingidos pela doença são preocupações científicas e sociais importantes e, por isso, relevadas a especificidades de acompanhamento pluridisciplinar, mesmo quando as terapias paliativas são a última solução para uma morte digna.

A ciência médica do séc. XXI não tem fronteiras, a partilha de conhecimentos e práticas para abordar estas patologias está protocolada, as boas práticas estão

implementadas. A esperança em novas e mais eficazes técnicas diagnósticas e terapêuticas é um imperativo da ciência, na qual cremos, não fosse gigante e promissora a sua evolução nos últimos 25 anos.

Nos Açores, o nosso Serviço Regional de Saúde não só acompanhou esta evolução com a criação de unidades de oncologia médica, com a dispensa das terapias químicas mais adequadas, como, contra alguns Velhos do Restelo, incentivou a implementação de centros de radioterapia e medicina nuclear, com a possibilidade de mais e melhores diagnósticos e terapêuticas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Paralelamente, dada a problemática social deste grupo de doentes, implementou-se e reviu-se, por várias vezes, os apoios complementares a eles, porque a deslocação a centros de terapêuticas muito específicas é, algumas vezes, recomendada.

A parceria entre os hospitais da RAA e a Delegação Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro é um excelente exemplo desta ação voluntariosa fundamental na ajuda a este grupo de doentes.

O crescimento anual da incidência de tumores malignos estima-se em cerca de 4%, o que pode querer dizer que, tomando como exemplo o cancro da próstata, poderemos passar de 120 casos por 100 mil habitantes para 124.8 e que no caso do cancro da mama na mulher de 118.5 para 123 casos por 100 mil habitantes, numa escalada que até é mais pessimista noutros estudos.

A implementação pelo Serviço Regional de Saúde dos rastreios sistematizados do cancro da mama, colo do útero, colon retal, cavidade oral e as campanhas de rastreio de cancro da pele já estão a dar os frutos desejados no diagnóstico precoce e maior sucesso de curas e por isso tem como consequência um aumento do número de casos detetados.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Isso são as taxas!

O Orador: A vacinação para a prevenção do cancro do colo do útero é outra aposta ganha para diminuir a sua incidência.

Aos peticionários dizemos que não podemos estar mais de acordo com a necessidade de uma cada vez maior sensibilização das populações, divulgando-se os métodos de rastreio existentes, apelando à sua adesão e à adoção pelos açorianos de estilos de vida mais saudáveis.

A promissora evolução dos testes genéticos para deteção de predisposição e/ou existência de tumores como testes preditivos em alguns casos ainda com fraca fiabilidade, não deixam de ser mais uma esperança. Os testes que têm utilidade clínica estão disponíveis através das unidades de genética molecular dos hospitais do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada e Santo Espírito em Angra do Heroísmo.

Finalmente, resta-nos esclarecer que sempre existiram pontes e não muros, como agora está na moda dizer-se, entre o Serviço Regional de Saúde, o Serviço Nacional de Saúde e outras entidades privadas para diagnósticos e terapêuticas, que, pela sua especificidade, somente possam existir em alguns centros especializados.

Aos peticionários e a todos os açorianos prometemos continuar a lutar por um Serviço Regional de Saúde moderno, equitativo e humanizado e que mesmo que não queiram recorrer aos gabinetes de utente existentes nas unidades hospitalares da região nem ao gabinete do Provedor de Saúde da RAA, podem os açorianos exercerem sempre o direito a exporem nesta Assembleia Regional as suas preocupações ou procura de soluções para os seus problemas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

O Sistema Regional de Saúde é dos frutos mais importantes da Revolução de Abril e constitui uma conquista da Autonomia. No entanto, os sucessivos Governos Regionais do PS têm imposto alguns retrocessos nesta área, como seja a opção pelo modelo empresarial de gestão dos “Hospitais-empresa” EPE, mas também as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os “vales-Saúde” que desviam para interesses privados as verbas que deveriam ser investidas na melhoria de qualidade do sistema público de Saúde.

Mas o maior desses retrocessos foi a imposição de taxas moderadoras, criando uma barreira sócio-económica no acesso aos cuidados de saúde, que deveria ser um direito universal e inquestionável.

O PS orgulha-se que existam na nossa Região mais de 70.000 utentes isentos das taxas moderadoras por carência económica, sem se aperceber o quanto esse número demonstra o imenso desastre social que vivemos. Numa Região com 246 mil habitantes ter 70 mil carenciados, quase 30% do total é obra, especialmente se levarmos em conta...

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, há muitas formas de se estar isento de pagar as taxas moderadoras!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Exatamente!

O Orador: ... que esses critérios apenas abrangem os açorianos de menores rendimentos,...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! As taxas moderadoras não são assim!

O Orador: ... deixando de fora grandes margens da população que sofrem enormes dificuldades, apesar de auferirem um pouco acima dos mínimos.

Assim, a eliminação das taxas moderadoras torna-se um imperativo por uma sociedade mais justa e que cuida dos seus mais frágeis e desprotegidos.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Uma das subscritoras da Petição em apreço efetua uma muito certa crítica à Portaria que em 2015 instituiu o renovado Regulamento da Deslocação de Doentes, apresentada pelo Governo Regional do PS como socialmente mais justo. Como é possível tal desfaçatez por parte do Governo Regional? Sabendo-se que no primeiro escalão se efetua um curto aumento de 2,33 euros (no agregado da diária do doente em conjunto com acompanhante) e nos quarto e quinto escalões fizeram uma redução de 7,17 euros e um corte de 13,81 euros, respectivamente.

Como foi mencionado nos documentos entregues pelos peticionários, também a comparticipação diária para os transportes terrestres é claramente insuficiente, nalguns casos apenas simbólica, demonstrando que para o Governo Regional do PS o apoio aos doentes deslocados é uma área de “serviços mínimos”, o que para o PCP é uma posição de grande importância.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

A construção de um Serviço Regional de Saúde público, sustentável, com qualidade, que dê segurança e contribua para a melhoria dos níveis de saúde exige uma profunda reformulação das políticas de Saúde seguidas até aqui na Região.

O financiamento do Serviço Regional de Saúde deverá ser assegurado em plano plurianual, devendo ser cobertas integralmente as despesas previstas e os investimentos planificados.

A estrutura orgânica do Serviço Regional de Saúde deverá ser remodelada, com a maior valorização das Unidades de Saúde de Ilha. As Parcerias Público-Privadas na Saúde devem ser restritas a casos onde o serviço público não

consiga dar resposta em tempo razoável. Deve terminar o modelo de gestão “Hospital-empresa” EPE e a Saudaçor deverá ser reduzida a mera central de compras.

Os recursos humanos na prestação dos cuidados de saúde no Serviço Regional de Saúde devem ser adequados às necessidades da população, sendo urgente a resolução do défice de médicos de família, enfermeiros e outros técnicos cujas condições de trabalho devem ser melhoradas e as suas carreiras e salários devem ser devidamente valorizadas.

Para as ilhas sem Hospital torna-se imperativo a criação de um plano integrado para a deslocação regular de médicos de especialidade. O Regulamento da Deslocação de Doentes deve ser revisto urgentemente.

O Plano Regional de Saúde deve ser alvo de revisão, com amplo envolvimento da população que deve ser auscultada. O Sistema Regional de Saúde tem de ser reorientado para a medicina preventiva e para a promoção de hábitos de vida saudável.

Os Conselhos Consultivos das Unidades de Saúde de Ilha continuam sem estar – na maioria dos casos – em funcionamento, mesmo que tenha já passado mais de uma década desde a sua criação na Lei. A petição que analisamos mostra claramente a importância que podem ter estes Conselhos, ao contribuírem para aproximar o Sistema Regional de Saúde dos cidadãos e dos seus problemas reais e concretos.

A activação e responsabilização dos Conselhos Consultivos das Unidades de Saúde é mais uma das mudanças essenciais para passarmos a ter uma política de Saúde feita pelas pessoas e para as pessoas, em vez de uma gestão mecânica e economicista virada apenas para os números.

Deputado André Bradford (PS): Isso são só *slogans*! Não ajuda nada a resolver o problema!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra agora ao Sr. Deputado...

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo não pode falar nas petições, no entanto, eu gostaria de fazer uma interpelação para informar V. Ex.^a, informar a Câmara que faremos chegar à Mesa uma lista com os isentos das taxas moderadores na nossa região, onde se perceberá que essa lista é composta não apenas pelas famílias carenciadas, mas por um grupo considerável de outras pessoas, atividades profissionais, doentes crónicos, etc.. Portanto, entregaremos na Mesa aqueles que são os isentos de taxas moderadores na nossa região e, desta forma, esclarecer as inverdades que foram proferidas na tribuna pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Fica registado e aguardaremos então a entrega do documento.

Agora, sim, passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda, em primeiro lugar, e congratula os peticionários que exerceram, desta forma, o seu direito e também, porque não dizer, dever de cidadania e cidadania ativa, e ativa como? Através de uma crítica que é feita, uma crítica, em nosso entender, construtiva relativamente aos cuidados de saúde na área da oncologia, mas não só, também na identificação daquelas que são entendidas por estes peticionários como as principais fragilidades do Serviço Regional de Saúde.

Em suma, os peticionários não se limitam a identificar as fragilidades do Serviço Regional de Saúde para com os cuidados destinados a doentes

oncológicos, como também reivindicam medidas a serem tomadas para melhorar o acesso a cuidados de saúde por parte de todos os utentes do Serviço Regional de Saúde. E incidem, no que diz respeito à doença oncológica, em duas áreas distintas. Primeiro, na área da prevenção, onde reivindicam um estudo científico que aponte as causas para as taxas e incidências de cancro na região e também reivindicam um protocolo com os centros de investigação genética. Portanto, estas são as duas principais medidas, no nosso entender, que se concentram na área da prevenção.

Também fazem uma crítica muito construtiva relativamente aos cuidados na área do tratamento da doença oncológica como sendo insuficiente.

Daquelas que são as críticas mais genéricas relativamente aos utentes, mais precisamente às dificuldades que os utentes têm no acesso ao Serviço Regional de Saúde ou aquilo que são tidos como obstáculos para o acesso ao Serviço Regional de Saúde, os peticionários identificam situações de discriminação relativamente à ADSE, aquando do acesso a consultas e tratamentos no continente, reivindicam a criação do Gabinete do Utente da Região, a extinção das taxas moderadoras, aliás, que é uma reivindicação também da oposição nesta Casa, também chamam a atenção para a falta de médicos de família, a necessidade de encurtar as listas de espera para cirurgias e exames e também denunciam a falta de medicamentos e de material médico nos hospitais e centros de saúde. Aliás, no que diz respeito à extinção das taxas moderadoras e ao atual regime, eu penso que até mesmo para quem defende o princípio das taxas moderadoras, até é bastante incoerente que essas taxas moderadoras se apliquem ao acesso de cuidados de saúde primários, como acontece na região.

Portanto, entre aquelas que são as críticas apontadas pelos peticionários e aquela que é ou que foi a avaliação feita pelo anterior Governo Regional e pelo anterior Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sim, porque esta petição ainda foi apreciada e foi entregue na anterior legislatura, entre essas duas avaliações

vai um grande abismo, vai um grande abismo entre a avaliação que é feita pelos peticionários e a avaliação que é feita pelo Governo Regional de então e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

E aqui passo a citar declarações que eu considero que são bem reveladoras de, no mínimo, podemos dizer, alguma insensibilidade perante as críticas construtivas que são feitas pelos peticionários. Passo a citar: “Há dez anos, os açorianos e o Serviço Regional de Saúde estavam bem piores e com isso ter a certeza que daqui a dez anos estaremos todos também muito melhores. A saúde nos Açores, há cinco anos, era pior, há dez anos, era pior, há vinte anos, era bem pior, mas que a esperança é que no futuro esteja bem melhor, que daqui a cinco anos também esteja melhor e assim sucessivamente”.

Ora, este tipo de declarações não se coaduna com aquelas que são as preocupações reveladas pelos peticionários e não só pelos peticionários. Eu penso que a população em geral também se identifica com, pelo menos, a maior parte destas críticas.

Portanto, perante todas estas críticas, estar a assumir uma postura, como foi assumida, de autêntica propaganda política e reportar-se ao passado para justificar as insuficiências do presente, bem, se fosse assim, eu também se calhar diria que estamos bem melhor agora do que estaríamos, se calhar, há uns séculos, quando a prática das sangrias nos hospitais era prática comum. Portanto, hoje em dia, como não se fazem sangrias, nós estamos bem melhor. E é claro que isso seria incompreensível.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Foi assumido pelo Governo Regional que as causas para as taxas e incidências de cancro, nos Açores, estão devidamente enquadradas e identificadas. Nós gostaríamos de saber onde e em que estudo. É certo, isso

reconhecemos, que existe um registo oncológico conhecido por todos, mas é isso mesmo, é um registo, não só para aquelas que são as causas para a ocorrência de tão elevadas taxas e incidências de cancro na região.

Concordamos que parte das causas podem ser atribuídas a fatores comuns e não específicos, como o tabagismo, o sedentarismo, o consumo de álcool e até mesmo hábitos alimentares inadequados. Disso nós não temos qualquer dúvida. Agora, convinha identificar aquelas que também são causas específicas da região e isso só um estudo é que nos poderia trazer.

É importante, pois, trabalhar com o objetivo de alterar comportamentos numa lógica de prevenção primária e até secundária, isso reconhecemos, o que não implica a responsabilização exclusiva dos doentes pelos seus comportamentos para aliviar a responsabilidade do Serviço Regional de Saúde. Ora, isso não é aceitável e foi essa a postura do anterior Secretário Regional da Saúde, só espero que o atual Secretário Regional da Saúde tenha outro tipo de atitude.

Contudo, negou-se a possibilidade de um estudo que apure as causas das taxas e incidência de cancros na região e assume-se que se faz um seguimento da ordem genética exemplar, mas tão exemplar que nem os peticionários, que são os principais interessados na matéria, conhecem. Estes dois elementos são deveras importantes para desenvolver as estratégias de prevenção, ou seja, o estudo que apure as causas e um seguimento de ordem genética, que, queremos crer, será, a partir de agora, exemplar.

Portanto, o trabalho de sistematização e das fragilidades do Serviço Regional de Saúde feito, em parte, é claro que não está completo, mas é de louvar o exercício de cidadania destes peticionários que fizeram esse trabalho, é útil e deve constituir, de certeza, um desafio que deverá ter resposta na competência da fiscalização política desta Assembleia e principalmente da nossa capacidade de propositura.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS sempre defendeu a humanização da saúde, os doentes não são números, são pessoas, e esta petição que, hoje, nos é aqui trazida não é mais do que um grito de alerta de açorianos que se sentem vítimas de um sistema de saúde que se tornou economicista e, por essa via, desumanizado.

O CDS, mais do que se solidarizar com os peticionários, tem dado o seu contributo, apresentado, ao longo dos anos, propostas no sentido de melhorar as condições dos doentes deslocados, propondo o aumento das diárias dos doentes e seus acompanhantes.

Infelizmente, o Governo Regional, numa atitude de completa sovietação da saúde, fez uma revisão do regulamento dos doentes deslocados e fez variadíssimos cortes, que prejudicaram claramente os açorianos que, por via da doença, têm que estar deslocados no continente.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Mais. Indexou este apoio ao IRS, como se a doença escolhesse extrato social, com uma agravante, é que indexou ao IRS de quando a pessoa está no ativo, que, depois, quando está doente, e porque tem que estar deslocada, e porque passa imenso tempo a faltar ao seu trabalho, vê o seu rendimento claramente decrescido e este apoio não é feito ou indexado à pessoa com a doença, mas à pessoa quando estava no ativo.

Infelizmente, esta falta de apoio só vem agravar o desânimo que a doença já instalou.

Uma vez mais, o CDS disse presente e propôs a criação do CEDO, que é o Complemento Especial do Doente Oncológico, que reforçou em 20 euros a diária dos doentes oncológicos deslocados.

Muito mais poderíamos dizer. Eu acho que esta é uma petição que qualquer pessoa devia ler, são feitos relatos de variadíssimos açorianos em situações de muita fragilidade, que, no fundo, estão a chamar a atenção de todos nós aqui para o que se está a passar com a saúde na região.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, como deputados e como cidadãos, não podemos silenciar a voz destes peticionários, que nos contam na primeira pessoa histórias de angústia e de sofrimento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta petição foi entregue na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores antes das últimas eleições regionais.

Os peticionários apresentaram um conjunto de reivindicações justas e de preocupações justas também. Em alguns casos, algumas das reivindicações que aqui foram apresentadas foram, ainda na anterior legislatura, apresentadas por alguns destes partidos, em alguns casos, poucos, também acolhidas por parte do Governo Regional. Por exemplo, no âmbito da atividade política do PPM, estou agora a recordar-me que, por exemplo, apresentámos uma proposta de extinção das taxas moderadoras.

A questão fundamentalmente é esta: se considero justas estas reivindicações, estas preocupações, nomeadamente no que diz respeito à grande incidência do número de cancros nos Açores, que é uma incidência muito significativa e que há que encontrar uma resposta para esta situação, que está a deixar perplexa a sociedade açoriana. É preciso encontrar os fatores que podem provocar este tipo de situação e também encontrar o conjunto de soluções que podem evitar esta

incidência. Mas a verdade é que, daí para cá, realizamos novas eleições regionais e o Partido Socialista voltou a obter outra maioria absoluta e é assim desde o ano 2000. Evidentemente, estamos no 17.º ano de maiorias absolutas do Partido Socialista e neste tipo de situações é evidente que o conjunto dos partidos da oposição não estão nas condições ótimas de poder alterar aquelas que são as políticas governamentais, porque enfrentamos sempre, sucessivamente, maiorias absolutas e assim é difícil.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Definidas pelo povo!

O Orador: É evidente que, da minha parte, o meu compromisso, o compromisso do meu partido...

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma desculpa!

O Orador: ... é apresentar aqui as reivindicações destes utentes, que são reivindicações, na minha perspetiva, plausíveis, mas também, desde já, alertar o povo dos Açores e também os peticionários que a situação em que nos encontramos sucessivamente, após maiorias absolutas sucessivas, é que é muito difícil derrubar o bloqueio que se cria através das maiorias absolutas, porque, a partir daí,...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... o que acontece é que o Partido Socialista só aprova aquilo que quiser, a verdade é esta.

Portanto, neste sentido, é muito difícil alterar estas políticas.

É evidente que, da nossa parte, a existência de uma maioria absoluta nunca impediu que o nosso partido fosse proponente e tenho aqui, assumo esse compromisso, de apresentar este conjunto de iniciativas, mas a verdade...

Deputado André Bradford (PS): Em nove anos, quantas iniciativas é que o senhor teve?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não interrompa neste tema, que deve ser, que eu penso que este tema é o tema em que se devem evitar este tipo de tricas partidárias.

De qualquer das formas, para terminar a minha intervenção, transmitir aos peticionários a nossa disponibilidade, a nossa solidariedade, o nosso compromisso político com estas questões que aqui foram levantadas, com muita seriedade, com muita objetividade, vamos apresentá-las de uma forma não populista, sempre tendo em conta também as condições financeiras da região e a nossa disponibilidade do ponto de vista financeiro, portanto, vamos ter que estabelecer prioridades, evidentemente. Da nossa parte, existe esse sentido de responsabilidade, mas vemo-nos confrontados, legislatura após legislatura, com maiorias absolutas que bloqueiam as mudanças e reformas que são necessárias. Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Em nove anos, não disse nada sobre esta matéria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está, assim, encerrado este ponto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h30.

Eram 17 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Entramos agora na Petição n.º 45/X – “Para a construção de novas instalações da EBI de Capelas”, apresentada por Noémia Lima Ventura, na qualidade de primeira subscritora.

Para a apresentação do relatório, dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais, o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 45/X

“PARA CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES DA EBI DE CAPELAS”

CAPÍTULO I

Introdução

A 16 de fevereiro de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 45/X, intitulada “Para construção de novas instalações da EBI de Capelas”, que reúne um total de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) assinaturas, tendo como primeira signatária, Noémia Lima Ventura.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 17 de fevereiro de 2016, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 07 de julho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-

administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

d) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 03 de março de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição, assinada por pais, encarregados de educação, professores e cidadãos residentes nas freguesias do norte do concelho de Ponta Delgada, começa por ter em consideração alguns aspetos, tais como:

1. A idade e o estado de conservação da escola – mais de 25 anos e um estado lastimável e degradado;

2. Que “o Governo Regional, ao longo dos anos, reconheceu a falta de condições na EBI de Capelas para um funcionamento digno e eficiente”;
3. Que os últimos Planos e Orçamentos regionais “referem em rubricas adequadas, a construção de uma nova Escola”;
4. Que em 2014 foi lançado concurso público para adjudicação do projeto de “Construção da nova escola da EBI de Capelas, com complexo desportivo e polidesportivo exterior”;
5. Que “no passado mês de janeiro, o Governo Regional mandou fechar o bloco D da EBI de Capelas por razões de segurança”;
6. Que em reunião do dia 2 de fevereiro, do corrente ano, na EBI de Capelas, o Secretário Regional da Educação e Cultura reiterou “que o Governo Regional não irá construir nova escola e que se limitará à requalificação de todos os blocos da escola, construindo de novo somente o bloco D”;
7. Aquando dessa reunião, o mesmo “Secretário Regional anunciou o encerramento de outras instalações escolares, designadamente espaços oficiais, igualmente por razões de segurança”.

Pela exposição descrita, os peticionários apelam “a toda a classe política para que se empenhe no cumprimento das promessas feitas pelo Governo Regional, de construção de uma nova Escola Básica Integrada de Capelas, com a dignidade e os padrões de segurança e funcionalidade que hoje são requeridos num estabelecimento escolar.

8. DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião do dia 03 de março de 2016, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição, Noémia Lima Ventura e do membro do Governo Regional com competência em matéria de Educação;

-Realizar uma visita à EBI de Capelas para análise da situação, reunindo conjuntamente com a Associação de Pais e Encarregados de Educação, com a Associação de Alunos ou seus Representantes – caso estejam organizados - e com o Conselho Executivo,

- Audição do Presidente do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), acompanhado pela respetiva tutela, o Secretário Regional de Turismo e Transportes.

A audição do membro do Governo Regional com competência em matéria de Educação, o Secretário Regional da Educação e Cultura, ocorreu no dia 05 de maio de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel;

- A audição do primeiro peticionário ocorreu no dia 01 de junho de 2016, aquando da visita à EBI de Capelas, e nas instalações desta;

- A visita e reunião com a Associação de Pais e Encarregados de Educação e com o Conselho Executivo ocorreu também no dia 01 de junho de 2016, na Escola Básica Integrada de Capelas, concelho de Ponta Delgada;

- A audição do Presidente do LREC foi dispensada, em reunião da Comissão do dia 01 de julho de 2016, por proposta do mesmo Grupo Parlamentar que a havia proposto, o Partido Socialista, tendo em conta a dificuldade verificada em agendar a audição, tendo em conta o aproximar do fim da presente legislatura e pela importância que o GPPS atribui a que a apreciação desta petição possa efetivamente ser concluída em sede de Comissão e posteriormente apreciada e debatida em sede de Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SREC), PROFESSOR DOUTOR AVELINO DE FREITAS DE MENESES

O SREC começou a audição salientando que, relativamente à Escola Básica Integrada das Capelas (EBI de Capelas), o Governo Regional está empenhado

em encontrar a melhor das soluções para os alunos que nela aprendem, para professores que nela ensinam, para os funcionários que nela trabalham e para o comum dos cidadãos que com os seus impostos pagam obras públicas.

O processo de construção/requalificação da EBI de Capelas tem cerca de 10 anos, alimentado por expectativas que geraram frustração, em parte alimentadas por incidência da luta política. Contudo, referiu que a partir da segunda metade de 2014 o Governo Regional adotou um novo rumo, dando maior enfoque à busca de soluções que se revelassem mais realistas. Assim, a incidência do objetivo passou a residir na capacidade de resistência e garantia de durabilidade dos atuais edifícios, bem como na gestão de recursos financeiros públicos indispensáveis para acudir a necessidades mil, umas já planificadas e outras que inesperadamente despontam.

A partir dessa data procedeu-se a ajustamento do novo projeto da Escola do Canto da Maia, ao abandono do primitivo projeto da Escola dos Arrifes, à averiguação de condições de resistência de edifícios de várias escolas para se fundamentar e concluir a opção pelas soluções mais racionais, sejam de construção ou requalificação.

Em outubro de 2015, a Direção Regional da Educação solicitou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) a vistoria das instalações da EBI de Capelas para averiguar as condições da infraestrutura, nomeadamente coberturas, pilares e vigas das estruturas, a fim decidir em função de uma requalificação ou construção nova. Este laboratório concluiu que na generalidade os blocos constituintes da escola não demonstram anomalias estruturais, identificando, naturalmente, algumas patologias como a corrosão das armaduras, o descolamento do betão de recobrimento, mas situações que admitem a existência de uma alternativa razoável à demolição dos edifícios, embora a solução reclame o devido acompanhamento periódico.

Esta apreciação na generalidade não se aplicou ao Bloco D da referida escola, que, entretanto, foi encerrado. Segundo apuramento da averiguação especializada, este edifício, datado de 1990, foi construído com betão de má qualidade, que à data já não correspondia aos requisitos legalmente exigidos e em vigor.

Por razões de segurança, após vistoria complementar foi também encerrado o corpo da oficina construído na mesma altura, do Bloco D, e com o mesmo tipo de betão.

Em relação à intervenção prevista na EBI de Capelas, a avaliação do LREC surtiu consequência imediata, pela antecipação do prazo decorrente da obrigatoriedade da redefinição de prioridades por parte do Governo Regional.

Mais recentemente, concretamente em janeiro do corrente ano de 2016 e por força da desativação do Bloco D, a Secretaria Regional da Educação procedeu à transferência de cerca de 200 alunos da EBI de Capelas para a Escola Profissional das Capelas, procedendo também à constituição no reduto desta de espaços de recreio que evitassem o convívio de alunos com idades muito díspares.

A requalificação comportará a substituição de coberturas com amianto, a eliminação de patologias estruturais, a construção de passagens cobertas entre blocos e o cumprimento de exigências atuais no que respeita a questões de segurança, conforto e operacionalidade.

Foi entregue ao projetista um plano funcional, ou seja, programa com todas as funcionalidades da escola e número previsível de alunos nos próximos anos, como se de uma nova escola se tratasse. O gabinete de projetos, o Gabinete 118, já procedeu à entrega do estudo prévio que se encontra em avaliação pela Direção Regional da Educação. O projeto de execução desta obra obedece assim, a prazos técnicos e não propriamente a prazos políticos. É de crer que eventualmente em finais do mês de junho, início do mês de julho haja já um

projeto base que possibilite a apresentação da solução arquitetónica. Depois, com evolução das especialidades teremos o projeto de execução com peças indispensáveis para o lançamento do concurso público para a realização da empreitada, afirmou o SREC.

Terminou esta primeira intervenção explicando que a aposta do Governo Regional quanto a esta matéria, prende-se com a adoção de uma solução digna, cómoda e segura, em que todo conjunto edificado cumpra os requisitos de qualidade exigidos para as instalações escolares da Região.

O Deputado Cláudio Almeida interveio criticando o que considera ter sido uma tentativa de apagamento ou desresponsabilização de um passado de vinte anos de governação do Partido Socialista. Até porque Conselhos Executivos anteriores daquela escola solicitaram obras de requalificação e estas foram negadas, defendendo que seria uma mais-valia a construção de uma nova escola me detrimento de uma requalificação da existente.

De facto, continuou o Deputado, já em 2014, 2015 e 2016 existiam nos Planos de Investimento deste Governo Regional um plano de construção de uma nova escola; na Carta Regional de Obras Públicas e numa primeira fase estava prevista a requalificação desta, mas numa segunda fase esta intenção foi substituída por a previsão de uma nova escola. Paralelamente, em 2014 foi lançado concurso público para adjudicação de um projeto de construção de uma nova escola, com um valor base orçamentado em 400 mil euros.

Agora o SREC, e no decorrer deste ano, referiu ter mandado encerrar o Bloco D por razões de segurança, e anunciou apenas a construção nova deste mesmo Bloco e a requalificação dos restantes. Assim, questionou qual a situação do concurso público lançado em 2014?

O SREC respondeu comentando que jamais tentou apagar o passado, até pela sua formação de historiador e que pelo contrário, é apologista de que se deve inspirar no passado para construir melhores soluções para o futuro. Quanto às

questões levantadas, informou que nos últimos planos de investimento encontrava-se de facto uma verba afeta a EBI de Capelas (cerca de 50 mil euros), mas num período em que esta obra não era considerada prioridade, facto que se alterou após avaliação do LREC, tornando-se prioridade depois do encerramento do Bloco D.

Sobre o concurso aberto em 2014, informou que o mesmo foi suspenso pela Secretaria competente e foi entregue à equipa projetista um programa funcional visando a requalificação do conjunto da EBI de Capelas, muito semelhante à construção de uma escola nova.

O Deputado Joaquim Machado questionou quanto é que custou esse processo (de 2014) até ao momento que foi suspenso e quanto custou a própria suspensão, bem como as consequências dessa opção.

O SREC respondeu que, relativamente ao projeto de 2014 não dispõe consigo dos dados rigorosos que lhe permita responder de forma exata, mas lembrou que esta pergunta já foi respondida por meio de requerimento apresentado pelo PSD, e que a não ter sido, terá todo o gosto em fazer chegar essa informação ao Senhor Deputado.

O Deputado Cláudio Almeida respondeu que esse requerimento apresentado pelo PSD em 28 de janeiro de 2016 ainda não foi respondido, a não ser que tenha existido alguma falha por parte dos serviços do Gabinete da Secretaria Regional da Educação e Cultura, ou dos serviços da Assembleia Legislativa Regional.

O SREC assegurou que até à passada sexta-feira tinha todos os requerimentos respondidos, não obstante possam estar alguns a percorrer os trâmites normais e ainda não terem chegado à sua posse. Ainda assim, lembrou que o PSD dispõe de mecanismos alternativos para obter essa resposta.

O Deputado Joaquim Machado protestou as afirmações do SREC, alegando que o prazo para resposta desse requerimento expirou no passado dia 31 de março, e

que para todos os efeitos ainda não se encontra respondido, uma vez que o PSD não recebeu qualquer resposta. Por isso considerou que a pergunta levantada é legítima e oportuna, propondo a realização de um intervalo na Comissão para que o SREC recolha a informação em falta.

A Presidente não autorizou a realização de um intervalo, pelo facto do objeto da petição em momento algum se referir a custos ou prazos, que o requerimento aludido não se encontra em análise pela Comissão, e até tendo em conta as audições marcadas de seguida, bem como a manifesta disponibilidade do SREC em fazer chegar essa informação posteriormente aos Senhores Deputados.

O Deputado Joaquim Machado refutou que estão a tentar reunir a informação necessária para analisar a petição, tendo em vista a melhor solução para a EBI Capelas, mas também o histórico também referido pelo SREC.

A Deputada Graça Silva questionou se a requalificação apresentada pelo Governo Regional dos Açores garante as condições de segurança, de funcionamento digno e eficiente, referidos no objeto da petição; se os Blocos que foram considerados dentro dos parâmetros de segurança também vão ser intervencionados na requalificação prevista e ainda uma breve clarificação entre o que se refere quando diz requalificação em detrimento de uma nova construção.

O SREC respondeu que a solução encontrada cumpre e resolve integralmente as preocupações expressas na petição em análise, nomeadamente concedendo uma solução digna, cómoda e segura a todo corpo docente e não docente daquela escola. A intervenção global abrangerá todos os Blocos, porque há intervenção em todos os tetos e ligação entre todos os Blocos. Não significa isto que a escola fique com a configuração atual, até porque também não é seguro que Bloco D fique no mesmo sítio, podendo ser reequacionado o seu posicionamento escolar.

Quanto à clarificação entre requalificação e construção, o SREC explicou que a construção implica a demolição de todos os blocos existentes e reerguer edifícios novos, enquanto a requalificação aproveita o que é considerado aproveitável. Independente do que vier a surgir nas Capelas, corresponderá a uma escola do tempo atual, e as patologias detetadas não são impeditivas de um processo de requalificação.

O Deputado Joaquim Machado questionou se o projeto está concluído? Ou quando ficará? Que custo teve? E quando é que o Governo Regional dos Açores prevê adjudicar a obra? E qual a data prevista para conclusão da mesma?

O SREC respondeu que a resposta já foi dada na primeira parte da sua audição, nomeadamente quando disse que o projeto não está concluído, que está entregue um estudo prévio, em análise por parte da Direção Regional da Educação, e até quando sublinhou que eventualmente e repetiu, por finais de junho, ou começo de julho espera estar em condições de ter um projeto base que sirva de sustentáculo à apresentação da solução arquitetónica. Depois, esse será necessário juntar as especialidades e com estas, finalmente, ficaremos em condições de proceder ao lançamento do concurso público para adjudicação da empreitada. De resto, e pelo exposto, não pode ainda precisar o custou desse projeto e muito menos o tempo para execução da obra.

O Deputado Cláudio Almeida questionou se foi lançado concurso público para a adjudicação do projeto, ao que lhe foi respondido ter sido por adjudicação direta ao Gabinete 118.

O Deputado Joaquim Machado questionou qual a autoria da elaboração do projeto, se em junho o projeto a apresentar já será o definitivo ou apenas um esboço e quando é que foi iniciado o processo de elaboração desse projeto?

O SREC repetiu que em finais de junho/ início de julho estimam estar em condições de proceder à apresentação de uma solução arquitetónica. Não está em condições de dizer que nessa altura estejam de todo concluídas as peças de

especialidades que referiu e que o processo foi iniciado a partir do momento em que se detetaram os problemas de segurança da EBI Capelas, durante o mês de Janeiro do corrente ano.

AUDIÇÃO DO SENHOR VÍTOR ALMEIDA, PESSOA INDICADA PELA PRIMEIRA PETICIONÁRIA, SENHORA NOÉMIA LIMA VENTURA, APÓS TERCEIRA TENTATIVA DE AGENDAMENTO DA REFERIDA AUDIÇÃO

O Senhor Vítor Almeida, uma vez que também foi ouvido nas funções de Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação e para evitar duplicação da exposição da matéria me causa, cingiu-se agora a demonstrar a importância que esta petição tem para toda a comunidade escolar, bem patente no facto de em três dias a mesma ter reunido seiscentas e cinquenta e seis assinaturas. Concluiu reiterando que esta é uma decisão política e, por isso, apelou a que seja uma decisão bem tomada.

AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, NA PESSOA DO SEU PRESIDENTE E MEMBRO, SENHOR VÍTOR ALMEIDA E SENHORA MARINA FREITAS, RESPETIVAMENTE

O Senhor Vítor Almeida iniciou a sua audição agradecendo a presença da Comissão naquela escola, pois tal demonstra o interesse desta em inteirar-se de forma próxima do problema apresentado na petição.

Da exposição efetuada pelos dois membros da Associação de Pais e Encarregados de Educação, destacam-se:

- A necessidade de grandes obras de reparação ou de uma nova construção, sendo que a decisão entre estas duas opções tem que ser alicerçada na garantia de saber até que ponto as obras previstas para uma requalificação serão suficientes para resolver os problemas existentes e até que ponto se aproximarão dos trabalhos previstos no caderno de encargos realizado em 2014. Uma requalificação não é uma obra de raiz, e consideraram ainda não haver

explicação racional e inteligente que justifique a alteração de atitude verificada na decisão anunciada;

- As construções de novas escolas estão contempladas pelos Fundos Comunitários, na ordem dos 85%, e toda a costa norte do concelho de Ponta Delgada depende da área escolar da EBI de Capelas, não sendo compreensível esta decisão de não proceder a uma nova construção;

- Comparativamente há alguns anos atrás, sente-se hoje uma falta de interesse pelo estudo e pelo próprio espaço escolar: a biblioteca não tem condições de estudo; o polivalente é demasiado pequeno para as necessidades atuais; para a prática de natação os alunos têm de deslocar-se a Ponta Delgada; a necessária e obrigatória transição entre blocos tem de ser feita à chuva ou sob sol intenso; o pavimento exterior está em péssimas condições e de forma geral toda a EBI, até pela exposição a que está sujeita ao mau tempo e ao rossio do mar. Por comparação, foi dito que os alunos da atual escola profissional estão beneficiados, pois têm uma escola com 17 salas de aula;

- De junho de 2014 (altura da abertura do concurso público internacional com vista à construção de uma nova escola) até janeiro de 2016, as condições da EBI de Capelas não melhoraram, pelo contrário, e as condições financeiras são idênticas, não existindo, assim, justificação plausível e aceitável para uma alteração de opinião e de tomada de decisão por parte da tutela. As considerações expostas são elucidativas e não suscitam dúvidas, apelando a que acompanhem a posição da Associação de Pais e peticionários. São, no entender destes, de 10 anos de promessas, de expetativas criadas e defraudadas, nomeadamente até pela abertura do concurso público internacional;

- Ainda em relação às infraestruturas, nomeadamente as áreas desportivas, foi referido que estas (as novas) poderão ser utilizadas por grupos desportivos, associações culturais e desportivas, em suma, por toda a comunidade.

AUDIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO DA EBI DE CAPELAS, PRESIDIDO PELO DR. NUNO PACHECO.

Pelos presentes, e de acordo com as suas áreas de ação, foram referidos os aspetos que consideraram pertinentes e importantes no sentido de sensibilizar a Comissão para a necessidade urgente de ser tomada uma decisão acerca do desfecho a dar à EBI de Capelas. Dos pontos referidos destacam-se:

- As diversas patologias de que enferma a EBI de Capelas, nomeadamente a sua degradação estrutural, provocada também pelos fatores climáticos, adversos naquela zona;
- O contínuo descontentamento por parte do corpo docente face às condições de trabalho que possuem;
- A necessidade de proceder à requalificação da rede informática (a rede interna é excelente, mas como é um servidor comum, as ligações para o exterior têm tráfego ilimitado);
- Os autocarros, devido a tipologia do espaço escolar, têm de aguardar pelos alunos em espaço exterior à escola, o que tem despoletado descontentamento a nível ambiental, pois estamos a falar de um universo de 700 alunos, sendo que 300 saem às 12 horas, mas os restantes saem ao final do dia;
- A atual diversidade curricular e a complexidade da escola moderna (apoios, nee, etc) esbarram na tipologia do espaço escolar que não se adequa às necessidades atuais;
- O facto de existirem menos alunos pode levar a supor que existam salas suficientes, mas tal é pressuposto erróneo pois, por outro lado, existem mais turmas, com respostas diferentes e alternativas ao ensino regular, e cuja média é de 15 alunos por turma. Por exemplo, no ano letivo corrente existiram 2 turmas a funcionar em conjunto, por terem planos curriculares semelhantes, e a biblioteca tem sido utilizada, em simultâneo, por professores que lá trabalham e

alunos que lá têm aulas de apoio, ou vão realizar pesquisas, ou ainda para proceder à entrega de manuais escolares da ação social escolar;

- Outro aspeto referido foi a vantagem em trazer de forma gradual os alunos do 1.º ciclo, em particular os do 4.º ano de escolaridade, e sobretudo os das freguesias limítrofes, beneficiando claramente as crianças e em simultâneo otimizando recursos (por exemplo, permitiria o reforço da Rede Regional de Bibliotecas). Ainda neste âmbito lembraram uma interação realizada entre os alunos do Pré-escolar e os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e que constituiu um momento rico de interação escolar;

- Lembraram que já houve intenção de trazer os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade da escola do Rocio para a EBI de Capelas, uma vez que esta está superlotada, mas que com as condições atuais é impossível;

- Ainda no que se refere às vantagens de juntar crianças de outros níveis de ensino e de outras escolas, foi considerado que a EBI de Capelas tem uma particularidade – os alunos não saem do espaço escolar, pois encontram dentro deste tudo que precisam, e existe uma vigilância sobre tudo o que se passa na escola, nomeadamente através dos cartões para refeitório e bar, e das entradas e saídas;

- Numa lógica futura, indicaram também a necessidade de ser necessário construir um pavilhão e auditório com maior dimensão;

Concluíram, afirmando que a escola vale o que vale na sua vertente arquitetónica, mas vale, sobretudo, se tiver alunos e professores dentro. Assim, e independentemente de o ideal ser a construção de uma escola nova, apelaram a que se trate de forma igual o que é igual, e de forma diferente o que é diferente.

Após a explanação dos intervenientes, foi aberto um período de esclarecimentos, em que interveio o deputado Joaquim Machado.

O deputado começou por dizer que o PSD considera legítima a expectativa criada e disse assumirem dar corpo a essa expectativa se a população lhes confiar a vitória nas próximas eleições legislativas.

De resto, considerou que a questão não pode ser colocada apenas do ponto de vista de ser uma requalificação ou construção nova, mas por exemplo, tendo em conta a orientação das atuais conceções pedagógicas, de um maior número de turmas e programas curriculares, questionou se as instalações existentes são suficientes para dar resposta às atuais necessidades ou não. O Presidente do Conselho Executivo respondeu que aguarda com serenidade a solução final a indicar pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. Tratando-se de uma mera requalificação cosmética não será suficiente, tratando-se de uma requalificação com alterações profundas, será diferente. Chamou ainda atenção para o que será a manutenção de um edifício requalificado e a manutenção de um edifício novo.

Outros pareceres

Por iniciativa própria, conforme ofício SRAPAP – Sai 406/2016, de 07 – 07-2016, o Governo Regional dos Açores remeteu à Comissão Permanente de Assuntos Sociais documentos relativos ao assunto em apreciação na presente petição, que ficam anexados ao presente relatório dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO IV

Posição dos Partidos

O Grupo Parlamentar do PS vota favoravelmente todos os pontos do Parecer do Relatório no âmbito da apreciação da petição N° 45/X “Para construção de novas instalações da EBI de Capelas”.

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores vota favoravelmente os pontos 1, 2, 3 e 5 do Parecer do Relatório no âmbito da apreciação da petição N° 45/X “Para construção de novas instalações da EBI de Capelas”. Relativamente ao ponto 4 do Parecer, o

PSD/Açores vota contra por entender que a posição do Governo Regional dos Açores em proceder à requalificação da escola EBI de Capelas não vai ao encontro das verdadeiras necessidades da comunidade educativa local nem do solicitado pelos peticionários. Esta decisão desrespeita todos os compromissos assumidos pelo Governo Regional com a comunidade da costa norte do concelho de Ponta Delgada, que visava a construção de uma nova escola e não a requalificação da existente. Tal facto é provado em vários documentos apresentados pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional ao longo dos últimos 10 anos.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP vota favoravelmente os pontos 1, 2, 3 e 5, e contra o ponto 4 do Parecer do Relatório no âmbito da apreciação da petição N° 45/X “Para construção de novas instalações da EBI de Capelas”.

A Representação Parlamentar do PPM vota favoravelmente os pontos 1, 2, 3 e 5, e contra o ponto 4 do Parecer do Relatório no âmbito da apreciação da petição N° 45/X “Para construção de novas instalações da EBI de Capelas”.

CAPÍTULO V

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, emitir o seguinte parecer:

- 6) Considerando que a presente petição foi subscrita por 656 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 192° do respetivo Regimento;
- 7) Os peticionários pretendem a resolução das questões elencadas no ponto 1. do texto da petição por via da construção de uma escola nova, conforme previsto em vários planos e orçamentos da RAA – aduzido no ponto 3 do referido texto;

8) Os subscritores apelam “*a toda a classe política para que se empenhe no cumprimento das promessas feitas pelo governo regional, de construção de uma nova escola básica integrada de Capelas, com a dignidade e os padrões de segurança e funcionalidade que hoje são requeridos num estabelecimento escolar*”, conforme se lê no último parágrafo do texto da petição em análise;

9) O Governo Regional, através do Sr. Secretário Regional de Educação e Cultura, compromete-se a requalificar as instalações de modo a que “*a solução encontrada cumpre e resolve integralmente as preocupações expressas na petição em análise, nomeadamente concedendo uma solução digna, cómoda e segura a todo corpo docente e não docente daquela escola. A intervenção global abrangerá todos os Blocos, porque há intervenção em todos os tetos e ligação entre todos os Blocos. Não significa isto que a escola fique com a configuração atual, até porque também não é seguro que Bloco D fique no mesmo sítio, podendo ser reequacionado o seu posicionamento escolar.*”

10) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao Sr. Vítor Almeida, enquanto segundo subscritor e enquanto presidente da associação de pais, ouvido pela comissão bem como ao conselho executivo da EBI de Capelas e ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora: (Arlinda Nunes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: (Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Feita que está a apresentação do relatório, estão então, agora, abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam para a participação no debate.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, nós não vamos fazer a brincadeira do gato e do rato. Se não há inscrições, não há debate.

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, obviamente, começar por saudar os 566 peticionários e peticionárias que apresentaram esta pretensão à Assembleia Legislativa dos Açores e que, de alguma maneira, uns mais direta outros menos diretamente, estão ligados e fazem parte da comunidade escolar da Escola Básica e Integrada de Capelas.

A pretensão fundamental destes cidadãos e cidadãs é que toda a classe política se empenhe no cumprimento das promessas feitas pelo Governo Regional de construção de uma nova Escola Básica e Integrada de Capelas, com a dignidade

e os padrões de segurança e funcionalidade que, hoje, são requeridos num estabelecimento escolar.

Importa referir que esta petição com esta pretensão deu entrada nesta Casa há exatamente um ano e dez dias, pelo que todos os meses que foram referidos, nomeadamente na apresentação do relatório, se referem a 2016. E importa também, do nosso ponto de vista, chegados a fevereiro de 2017, um ano e dez dias depois, perguntar: Será que esta pretensão ainda faz sentido, hoje? Porque, já assistimos, algumas vezes, a petições que vêm reivindicar algo que, entretanto, foi resolvido, e bem resolvido, outras vezes nem tanto.

Independentemente de saudarmos a atitude cívica e intervenção dos cidadãos, temos obviamente que fazer uma leitura e uma análise díspar, diferente, consoante a pretensão ser ainda atual ou não.

Ora, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, esta pretensão, esta reivindicação é absolutamente justa e atual, pelo que gostaríamos de tecer algumas considerações sobre ela.

Já não me vou referir aos dez anos em que esta comunidade escolar andou mergulhada, dez anos dentro dos quais consta um concurso internacional para a construção de uma nova Escola Básica e Integrada de Capelas, em junho de 2014, e, depois, em janeiro de 2016, a apresentação já não de um projeto de construção de raiz, mas de requalificação. Dez anos, portanto, de avanços e recuos, de promessas e despromessas e de diz e desdiz.

Ora, confrontados com esta situação, que todos nós conhecemos, independentemente de vivermos ou não na costa norte da ilha de São Miguel, o Bloco de Esquerda endereçou ao Governo Regional, em dezembro de 2016, um requerimento no qual solicitava cópia do estudo do LREC à Escola Básica e Integrada de Capelas, cópia do contrato de adjudicação das obras do Bloco D e oficinas, que outras obras foram adjudicadas e realizadas no parque escolar da região pela empresa em questão, pela empresa que tinha construído a escola, e

que ações de fiscalização foram feitas até então, dezembro de 2016, a outras obras públicas realizadas pela mesma empresa.

Em janeiro deste ano, portanto, o mês passado, o Bloco de Esquerda recebeu resposta ao seu requerimento com todos os documentos que solicitou e gostaria de chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para o facto de, nesses documentos, constar o Relatório 127/2015, do LREC, em que o mesmo recomenda (recomenda ao Governo Regional) que a decisão de manter, que é como quem diz reabilitar, ou demolir os edifícios da Escola Básica e Integrada de Capelas deve ser baseada num estudo económico comparativo destas duas alternativas, uma vez que ainda, segundo o mesmo relatório, apesar da segurança estrutural oferecer garantia de cumprimento dos requisitos regulamentares atuais, vou citar, “... requer que se proceda a uma reparação sistemática de várias zonas dos edifícios e sem garantia de durabilidade da solução”.

Repito, Sras. e Srs. Deputados, o relatório do LREC diz “sem garantia de durabilidade da solução”. Qual é a solução? A solução última do Governo Regional que é a de reabilitar e não a de construir de raiz.

Ainda, em resposta ao primeiro requerimento do Bloco de Esquerda, ficamos a saber que a empreitada de ampliação da Escola Preparatória de Capelas, entregue à empresa Engenheiro Luís Gomes, era também responsável pela reparação, beneficiação e ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EBI 2/3 dos Arrifes, em São Miguel, e da construção da EBI 2/3 dos Ginetes, obras datadas dos anos 2000 e 2001, respetivamente.

Acontece, então, que, em janeiro deste ano, o mês passado, nós endereçámos ao Governo Regional, face à análise dos documentos que tínhamos recebido, um novo requerimento onde perguntávamos, e perguntamos, ao Governo Regional o seguinte: Que entidade foi responsável pela fiscalização da construção do Bloco D da Escola Básica Integrada de Capelas? Segunda questão: Em que

estudos se baseia a Secretaria Regional da Educação e Cultura para garantir que não existe qualquer risco para as comunidades escolares das escolas EBI de Arrifes e EBI dos Ginetes, que sofreram intervenções realizadas pela empresa Engenheiro Luís Gomes, Lda.? E, mediante a resposta, requeremos cópia destes mesmos estudos. Terceira e última pergunta: Pretende a Secretaria Regional da Educação e Cultura encomendar ao LREC estudos de caráter idêntico ao realizado na EBI de Capelas, com produção de relatório, que avaliem as condições de segurança na EBI de Arrifes e na EBI de Ginetes? E, finalmente, se a fiscalização comprovadamente falhou na empreitada de ampliação da EBI de Capelas, falha que foi assumida publicamente pelo Diretor Regional da Educação, que garantia tem o Governo Regional de que o mesmo não sucedeu nas restantes empreitadas realizadas pela empresa Engenheiro Luís Gomes, Lda., na EB 2/3 de Ginetes e na EB 2/3 dos Arrifes?

O Bloco de Esquerda considera que enquanto não houver, e o tempo não está esgotado, o Governo está dentro do tempo para dar resposta a estas questões e a este requerimento, enquanto não obtiver resposta para estas questões, não pode deixar de continuar a considerar que a comunidade escolar da escola de Capelas já foi suficientemente castigada e continua a sê-lo, porque esta petição entrou há um ano e dez dias, nesta Casa, mas a situação da escola continua exatamente igual.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Nada mudou, a não ser o encerramento do Bloco D,...

Deputado André Bradford (PS): Faz diferença!

A Oradora: ... peço desculpa, e das oficinas.

Não faz grande diferença, Sr. Deputado, e eu vou explicar-lhe porquê. Porque o estudo do LREC, que o Governo nos enviou, diz lá claramente que todos os outros edifícios da escola carecem de uma análise mais aprofundada (leia, por

favor, o relatório do LREC), no sentido de garantir verdadeiramente a sua segurança.

Portanto, não referir que o Bloco D e as oficinas foram fechadas não é um crime de lesa majestade.

Para terminar, em sede da Comissão de Assuntos Sociais, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura disse o seguinte: “O processo de construção/requalificação da escola EBI de Capelas tem cerca de dez anos, alimentado por expectativas que geraram frustração em parte alimentadas por incidência da luta política”. Confesso que não percebo o que é que isto quer dizer. Aquilo que nós sabemos, e é público, é que a construção de uma escola de raiz foi anunciada...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: Vou terminar.

... e reiteradamente afirmada e prometida, mais do que uma vez, por anteriores governos regionais.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Por quem, desculpe?

A Oradora: E isto não é...

Por anteriores governos regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Do qual o senhor já fazia parte!

A Oradora: E isto, do nosso ponto de vista, não é um problema de incidência política, é um problema de prática política, não é de incidência política.

Finalmente, referiu ainda...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Fazia parte da mesma forma que o senhor apoiava o Governo quando foi construído o Bloco C!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Vou terminar já.

Disse ainda o Sr. Secretário Regional que “a incidência do objetivo passou a residir na capacidade de resistência e garantia de durabilidade dos atuais edifícios, bem como na gestão de recursos financeiros públicos indispensáveis

para acudir a necessidades mil e umas, já planificadas e outras que inesperadamente despontam. Continuo a perguntar: O que é que isto quer dizer? Nenhuma destas afirmações justifica a alteração do projeto e da decisão. Uma coisa é construir de raiz, outra coisa é requalificar. Face a um estudo do LREC que chama a atenção...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada!

A Oradora: ... para a necessidade de comparar custos entre uma e outra opção, mais, e a necessidade de garantir que a opção de requalificar garante a totalidade da segurança na escola, estes peticionários continuam a ter toda a razão e a comunidade escolar e o Bloco de Esquerda, incluído, continuam a aguardar uma justificação plausível, racional, entendível para que uma história de dez anos a dizer que se constrói uma escola acabe a dizer que, afinal, se vai requalificar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam, caso contrário vou encerrar o debate.

(Pausa)

Não há inscrições?

(Pausa)

Está então encerrado o debate e vamos passar para a próxima petição.

Sras. e Srs. Deputados, alguma vez tinha de ser. Eu não posso estar quatro e cinco vezes a pedir que se inscrevam e fi-lo pela segunda vez já, esta tarde.

Vamos então passar para o próximo ponto e entramos no ponto 7 da nossa Agenda, a Petição n.º 49/X – “Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente”, apresentada por Ivo Gonçalo Madeira Fontes, na qualidade de primeiro subscritor.

Para a apresentação deste relatório, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 49/X

“IMPLICAÇÃO INDEVIDA DOS DIPLOMAS DE MESTRADO NA GRADUAÇÃO PROFISSIONAL DO CONCURSO DE PESSOAL DOCENTE”

CAPÍTULO I

Introdução

A 20 de julho de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 49/X, intitulada “Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente”, que reúne um total de 355 (trezentos e cinquenta e cinco) assinaturas, tendo como primeiro signatário, Ivo Gonçalo Madeira Fontes.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 20 de julho de 2016, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

f) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

g) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como principal objetivo ver alterada, com urgência, uma situação de irregularidade na contagem de tempo de serviço, com base na classificação profissional obtida no curso que o habilita para a docência e na data do mesmo, do Concurso de Pessoal Docente da Direção Regional da Educação dos Açores, e para isso apresenta os seguintes motivos:

Nos termos do nº 5 do Estatuto da Carreira Docente na R.A.A., considera-se graduação profissional do docente a soma da classificação profissional obtida no curso que o habilita para a docência calculadora de acordo com a legislação em vigor à data da sua conclusão, com as parcelas $N \times 1$ valor e $n \times 0,5$ valores, em que:

- a) N é o quociente, arredondado por excesso à milésima mais próxima, da divisão por trezentos e sessenta e cinco dias do número de dias de serviço docente oficial ou equiparado, avaliado com a menção qualitativa mínima de Regular, contando a partir do dia 1 de setembro do ano civil em que o docente obteve qualificação profissional para a docência, até ao termo do ano escolar imediatamente anterior ao da data da abertura do concurso;
- b) n é o quociente, arredondado por excesso à milésima mais próxima, da divisão por trezentos e sessenta e cinco dias do número de dias de serviço docente oficial ou equiparado, prestado com a menção qualitativa mínima de Regular, anteriormente à obtenção de qualificação profissional para a docência e até ao termo do ano escolar imediatamente anterior à data de cálculo.

Perante o descrito, os peticionários depreendem que o artigo supracitado associa claramente a classificação profissional obtida no curso, com a data de obtenção dessa qualificação. Contudo, para o cálculo da graduação profissional, ao contrário do concurso de pessoal docente no continente português, a Direção Regional da Educação dos Açores utiliza, indevidamente, um diploma para conferir habilitação para a docência num determinado grupo e um outro diploma para atribuir a sua classificação profissional, segundo a própria, “sem prejuízo de se considerar qualificado profissionalmente para a docência desde a data da conclusão do primeiro curso que lhe confere habilitação para o efeito”. Esta afirmação não está mencionada, em parte alguma, no Estatuto da Carreira Docente da R.A.A. e como tal, apresenta-se como imperiosa a alteração da sua medida já que, segundo a legislação em vigor acima mencionada, o docente ao

assumir que o curso que o profissionaliza é o que apresenta uma classificação profissional mais favorável, terá igualmente de se sujeitar à data em que foi obtido, para efeitos da sua graduação profissional.

O tempo de serviço obtido antes da data do diploma que o docente assume como sendo aquela que o profissionaliza tem de contar como “tempo não profissionalizado”. Muitos docentes vêm-se ultrapassados ilegitimamente, na sua graduação concursal, gerando num concurso público graves injustiças, com implicações irreversíveis na vida dos candidatos.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Em Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu-se ouvir o primeiro peticionário, o Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC), o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) e o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA).

1) Audição de Ivo Gonçalo Madeira Fontes, no dia 2 de setembro de 2016, na Delegação da ALRAA, em São Miguel, na qualidade de primeiro peticionário da Petição 49/X:

O primeiro peticionário começou por dizer que não são contra os mestrados, mas contra a parte da utilização dessa nota como graduação profissional. A utilização dessa nota faz com que surjam muitas injustiças e ultrapassagens à conta desses mestrados. O mesmo dá como exemplo uma licenciatura com notas entre 12 e 15, e posteriormente acabando mestrados com nota de 18 e 19 um candidato que provém de certo grupo, faz mestrado, passa de nota de 12 para 20 e sobe na graduação na lista. Fazem mestrado no seu grupo base aumentando a nota, ficam habilitados a novo grupo e concorrem com essa nota aos 2 grupos.

Pretendem apenas justiça na medida – os mestrados servem para formação pessoal, e que deem habilitação ao novo grupo só a partir dessa data quando o candidato ganhar nova profissionalização, o tempo de serviço anterior seria

contabilizado a metade. Esta é uma situação que abrange muitos professores, sobretudo os contratados, mas futuramente vai ter implicações nos concursos internos.

O que se pretende com esta petição é divulgar o que acontece com o pessoal docente - a nota tem e deve estar intimamente ligada a data na qual foi obtida. Exemplo: há professores que não eram habilitados o ano passado para determinado grupo de docência, e este ano poderiam ter efetivado à frente de colegas com 10 anos de serviço naquele mesmo grupo.

A lei nacional parece ser idêntica à regional, no entanto a interpretação feita é diametralmente diferente. No continente contam o tempo de serviço à data do diploma que habilita para o concurso - diploma que habilita para aquele grupo. São contra o uso que consideram abusivo desses mestrados para ultrapassar e subir na lista de graduação.

A [então] Presidente da Comissão, deputada Catarina Moniz Furtado, do PS, fez um resumo do que foi exposto, por outras palavras: a questão centra-se na utilização de uma 2ª habilitação posterior à formação inicial. Por exemplo os professores que tem habilitação para o Grupo de Educação Física - ensino secundário e 3 ciclo, fazendo nova profissionalização que lhes permite ficarem habilitados também 1º e 2º ciclos - no momento presente, e com a lei vigente, podem utilizar tempo de serviço referente à lecionação no 3º ciclo e ensino secundário para a nova habilitação que agora iniciam e aqui é que reside a ultrapassagem em relação a outros. Este facto abrange sobretudo os professores contratados e os que recorrem à mobilidade interna.

A pretensão dos peticionários é fazer com que a legislação regional, na fórmula de cálculo, numa 2ª profissionalização, o tempo de serviço seja contado em metade, e para o grupo que já tinham seja contando na totalidade. Medida a ter efeito só e para efeitos de concurso. Tanto na Madeira como no Continente, já

imperava uma contagem de tempo serviço diferente para os professores com 2ª profissionalização após a profissionalização inicial.

2) Audição do Secretário Regional de Educação e Cultura (SREC) no dia 2 de setembro de 2016, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:

O SREC começou por dizer que os sindicatos da profissão nunca levantaram esta questão. O conjunto (neste momento reduzido) de professores implicados nesta situação encontram-se divididos entre os que partilham da opinião dos peticionários e os que defendem o oposto. Em causa está que na Região a contagem do tempo de serviço faz-se desde a obtenção de primeira qualificação profissional para a docência, independentemente de os candidatos beneficiarem de um ou mais cursos de habilitação para o exercício da profissão.

Na Região é a classificação obtida no curso que habilita para a docência que, caso encontrando-se mais do que um, o docente pode optar para efeito de cálculo da classificação profissional.

No espírito dos peticionários, embora subentendido, paira a dúvida sobre os cursos de habilitação profissional, com mestrados obtidos com classificação elevada e estes poderão subverter as listas de graduação para concurso de pessoal docente. O Governo Regional, através da SREC e mesmo da Presidência, já admitiu abertura para alteração do Regulamento do Concurso de Pessoal Docente e de questões de relevância nesta área.

3) Audição do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) representado por António Lucas e Nuno Fonseca, no dia 8 de fevereiro de 2017, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:

A audição iniciou-se com os representantes do sindicato a referirem que não têm muito a dizer sobre esse assunto uma vez que em princípio estará resolvido através da alteração do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente, a decorrer neste momento, e informou que esta era uma reivindicação antiga do

sindicato e que agora foi atendida (na negociação do regulamento dos concursos do pessoal docente).

A deputada Fátima Ferreira questionou os representantes do sindicato sobre se foi manifestado algum desagrado ou queixa por parte de docentes relativamente ao Art.º 10 do DLR 22/2012-A. Em resposta o representante do sindicato António Lucas respondeu que não. Explicando que o que está em vigor é que um docente profissionalizado independentemente de mudar de grupo conta sempre 1 valor por cada ano do tempo de serviço. A questão surge na Região quando o diploma do continente foi alterado quantificando, nestes casos, em 0,5 valores em vez de 1 valor, o que aconteceu em 2014. O representante sindical acrescentou ainda que o que estava em causa é a mudança de um paradigma e quando isto acontece há sempre quem ganhe e quem perca, referindo que o importante aqui é salvaguardar alguma segurança jurídica. Para o sindicato, o princípio é que tem é de ser igual para todos.

A petição centra-se em casos concretos. A lei permite que a pessoa depois do mestrado fique com a nota do mestrado (profissionalizante), podendo concorrer para outro grupo que não o inicial contabilizando todo o tempo de serviço desde sempre com a mesma ponderação de quem já estava naquele grupo anteriormente.

Os representantes sindicais informaram que o SPRA já tinha apresentado soluções nesse âmbito e que não foram aceites.

A deputada Graça Silveira questionou os representantes sindicais se contava a nota em detrimento do tempo de serviço à qual o representante sindical António Lucas respondeu que estava em causa, neste momento, é uma necessidade de financiamento das universidades e que as universidades aproveitaram esta situação para se financiarem através dos alunos de mestrado.

O representante sindical Nuno Fonseca acrescentou o seguinte exemplo: um professor com nota final de licenciatura 15 e com 10 anos de serviço concorria

com 25 pontos e um professor com 20 valores de nota final de mestrado e o mesmo tempo de serviço já concorria no mesmo grupo com 30 pontos. Acrescentando que o que existe no continente é que o professor, ao concorrer, opta por usar ou a nota da licenciatura ou opta pela nota de mestrado sendo que o tempo de serviço, optando pela nota de mestrado passa a ser contabilizado como 0,5 e é isto que não está salvaguardado na legislação regional.

A deputada Graça Silveira acrescentou que esta necessidade de financiamento das universidades feita através dos alunos de mestrado advém da entrada em vigor do Processo de Bolonha. À qual o representante sindical disse que as Universidades perceberam isso e aproveitaram e, daí, foram lançados vários Mestrados nos Açores.

A deputada Sónia Nicolau referiu que importa enquadrar cronologicamente a alteração que originou o DLR 22/2012-A e no particular no seu Art.º 10, tendo este se mantido ao longo das diferentes alterações legislativas, acrescentando que por parte de nenhuma entidade consultadas, no período de auscultação, foram apresentadas propostas de alteração. Abordou ainda a relação que existe com a situação espelhada pelos peticionários com a recomendação da CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – em janeiro de 2011, de princípios para a criação de mestrados para licenciaturas pré-Bolonha, em que, face às condições de implementação da referida recomendação, criou-se um ambiente favorável para aquisição de uma segunda qualificação profissional, por via de mestrado, num período até 12 meses. A quase sobreposição entre momentos de aplicação da recomendação com o da alteração do decreto legislativo regional não permitiu ao legislador antecipar implicações futuras da recomendação referida, aliás algo que só se verificou a partir de 2014 com as primeiras candidaturas dos docentes já em condições permitidas pela recomendação do CRUP. Na prática um docente obteria uma segunda qualificação profissional para outro grupo, geralmente, com nota superior, e

cumulativamente concorreria com o tempo total de serviço desde a data da obtenção da primeira qualificação profissional. Importa referir que este momento da audição coincide com o fim do prazo negocial de alteração do regulamento dos concursos de pessoal docente e que, reconhecendo ser difícil, separar os momentos, importa conhecer a posição do sindicato sobre a matéria independentemente do manifestado em sede de negociações que será em tempo oportuno avaliado. Pelo que, foi solicitado ao sindicato esclarecimento relativamente à sua posição nesta matéria da petição. Em resposta foi referido que o SPRA concorda com o objetivo dos petionários, mas não com o fundamento.

A deputada Maria João Carreiro questionou até que ponto a nova redação do Art.º 10 plasmada na proposta de alteração do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente, que foi objeto de negociação entre a SREC e os dois Sindicatos de Professores, e que posteriormente será objeto de análise em sede de Comissão, solucionava o peticionado, eliminado assim as ultrapassagens e as injustiças invocadas pelo petionário. Os representantes sindicais responderam que o problema levantado na petição ficaria resolvido.

A deputada Sónia Nicolau referiu que face à intervenção imediatamente anterior, que remete para as negociações de alteração ao DLR 22/2012-A, é legítimo concluir que foi apresentada uma proposta de alteração e que no entendimento do SPRA a mesma vai ao encontro da pretensão dos petionários. Em resposta ambos os representantes do SPRA responderam que sim.

A deputada Graça Silveira questionou os representantes sindicais de a fórmula de cálculo existente não poderia ser alterada de forma a incluir, de forma ponderada, ambas as notas à qual o representante sindical respondeu que isto iria ser resolver um problema com mais um problema e que por isso não fazia sentido.

3) Audição do Sindicato Democrático Professores Açores (SDPA):

Por impedimento de agenda do próprio sindicato o mesmo não pôde comparecer à audição inicialmente agendada. Contudo segue em anexo a este relatório o parecer, por escrito, que o mesmo fez chegar a esta Comissão.

CAPÍTULO IV**Parecer**

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 355 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) Os petionários defendem que face à possibilidade da obtenção de uma segunda qualificação, no domínio enquadrado por mestrados profissionalizantes dos cursos pré-Bolonha, e nos casos em que a nota final é superior à do curso que já confere habilitação profissional, esta mesma classificação poderá pelos docentes ser assumida no concurso cumulativamente com o tempo total de serviço;
- 3) No entendimento dos petionários esta situação que resulta da aplicação do artigo 10º do DLR 22/2012 – A, é injusta, sendo que entendem que “o tempo de serviço antes da data do diploma que o docente assume como sendo aquele que o profissionaliza tem de contar como tempo não profissionalizado”;
- 4) Segundo o Secretário Regional da Educação e Cultura, em causa está que na Região a contagem do tempo de serviço faz-se desde a obtenção de primeira qualificação profissional para a docência independentemente dos candidatos beneficiarem de um ou mais cursos de habilitação para o exercício da profissão;

5) De acordo com o Secretário Regional da Educação e Cultura, o Governo Regional já admitiu abertura para alteração do Regulamento do Concurso de Pessoal Docente e de questões de relevância nesta área;

6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem ainda como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

A Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciaram.

O Relator: (João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: (Renata Correia Botelho)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Fátima Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso docente” foi uma petição apresentada por 355 cidadãos, os quais felicito.

Face à possibilidade da obtenção de uma qualificação no domínio enquadrado por mestrados profissionalizantes dos cursos pré Bolonha, esta segunda qualificação poderá pelos docentes ser assumida, no concurso, cumulativamente com o tempo total de serviço, sendo esta situação resultante da aplicação do artigo 10.º do DLR 22/2012-A.

Segundo os peticionários, o tempo de serviço antes da data do diploma que o docente assume como sendo aquele que o profissionaliza tem de contar como tempo não profissionalizado.

A redação do artigo 10.º do DLR foi mantida ao longo das legislaturas anteriores e nunca foi objeto de contestação.

Face à recomendação do CRUP, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que ocorreu em janeiro de 2011, que estipula os princípios à criação de mestrados para licenciaturas pré Bolonha, em que, face às condições de implementação da referida recomendação, criou-se aparentemente um ambiente favorável para a aquisição de uma segunda qualificação profissional num período até 12 meses, havendo uma quase sobreposição entre o momento de aplicação da recomendação com o da alteração do DLR, o que não permitiu ao legislador antecipar implicações futuras da recomendação referida. Aliás, algo que só se verificou a partir de 2014 com as primeiras candidaturas dos docentes já em condições permitidas pela recomendação do CRUP.

Na prática, um docente obterá uma segunda qualificação profissional para outro grupo, geralmente com nota superior e cumulativamente concorreria com o tempo total de serviço, desde a data de obtenção da primeira qualificação profissional.

A situação atual prevê a contagem do tempo de serviço desde a obtenção da primeira qualificação profissional para a docência, independentemente dos candidatos beneficiarem de um ou mais cursos de habilitação para o exercício da profissão.

Após a audição do Secretário Regional da Educação e Cultura, o Governo Regional já admitiu abertura para alteração do regulamento do concurso de pessoal docente e de questões de relevância nesta área. Fica, portanto, bastante claro o cuidado do Partido Socialista em acompanhar sempre as preocupações que nos chegam de iniciativas cidadãs, que muito saudamos.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por, na pessoa do seu primeiro signatário, Ivo Gonçalo Madeira Fontes, saudar todos os Peticionários da iniciativa **“Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente”**, quer pelo seu significado e importância em termos de participação cívica e livre num verdadeiro Estado de Direito Democrático quer pelo objeto da petição.

A presente petição, que deu entrada nesta casa a 16 de julho de 2016, tem como principal objetivo ver alterada uma situação de irregularidade na contagem de tempo de serviço, com base na classificação profissional obtida no curso que o habilita para a docência e na data do mesmo, para efeitos de Concurso de Pessoal Docente da Direção Regional da Educação dos Açores, causando injustiças e ultrapassagens de posições em sede de concurso.

Dessa iniciativa foi possível, em sede do trabalho da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, através da audição do Senhor Secretário da Educação e Cultura, admitir a abertura por parte da tutela em alterar o Regulamento do Concurso do Pessoal Docente vigente, no que a este ponto dizia respeito.

Foi também possível concluir, por audição dos representantes do Sindicato dos Professores da Região Autónoma dos Açores e por parecer escrito do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, que a pretensão manifestada pelos peticionários está atendida face à nova redação do art. 10.º, n.º 1, plasmada na proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, que regulamenta o Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores, diploma este que foi objeto de processo de negociação coletiva e que terminou em janeiro do presente ano.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores é do entendimento que o sucesso na educação depende de um conjunto de fatores, entre os quais a aposta na formação do pessoal docente, pelo que uma segunda habilitação confere novos conhecimentos novas competências, sejam pedagógicas sejam científicas, que contribuem para qualidade do ensino. No entanto, entendemos que a classificação dessa segunda habilitação seja devidamente utilizada no cálculo da classificação profissional para efeitos de concurso, de modo a que não hajam as injustiças e as ultrapassagens mencionadas pelos peticionários.

Face ao exposto, registamos positivamente o posicionamento da tutela quanto ao assunto em questão, apresentado uma proposta de alteração ao artigo 10.º do diploma supracitado, que soluciona a questão levantada pelos peticionários. Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores ficará a aguardar a versão final do referido artigo, a fim de confirmar a pretensão em causa sanada.

Tenho dito.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o CDS saúda a iniciativa dos peticionários e tentando aqui fazer uma tradução do “eduquês”, que, às vezes, torna-se difícil perceber o que é que está verdadeiramente em causa, e eu faço o mea-culpa, porque aproveitei a audição, em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, para conseguir perceber verdadeiramente o objeto desta petição, e aquilo que foi dito é que, na região, os professores fazem a sua formação e, depois, têm um momento em que fazem a profissionalização e que essa profissionalização é, de certa forma, vitalícia, ou seja, mesmo que esse professor faça uma segunda pós-graduação ou uma segunda formação, já não tem que fazer profissionalização nesse novo grupo onde vai exercer a sua atividade. Ou seja, um professor que, por exemplo, é professor de educação física, faz profissionalização em educação física e, depois, faz uma pós-graduação em educação especial e, nesse momento, já não tem que fazer profissionalização. Portanto, a sua graduação profissional é feita com base na nota do curso e o tempo de serviço. E é aqui que reside o objeto desta petição, ou seja, os professores, quando fazem uma pós-graduação e fazem o mestrado, acabam esse mestrado com uma nota, por exemplo, de 18 e que têm a possibilidade de escolherem qual é a nota que querem que seja contabilizada na sua graduação, a nota da licenciatura ou a nota do mestrado. Obviamente que, sendo a nota da licenciatura mais baixa, escolhem a nota do mestrado, e que passam a ter na sua graduação a nota do mestrado e contabilizam todo o tempo de serviço como de serviço profissionalizado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! A Sra. Deputada percebeu tudo!

A Oradora: Ou seja, aquilo que se está a passar, neste momento, é que tendo havido uma alteração ao nível da República, o que acontece é que os peticionários consideram que se os professores não estão a fazer efetivamente uma nova formação e não vão mudar de área de docência, aquilo que estão a

fazer única e exclusivamente seria uma melhoria de nota e ao fazer essa melhoria de nota estão a ultrapassar outros colegas na carreira. Portanto, se querem que a nova nota da nova formação é que seja usada, então, que o tempo anterior passe a ser considerado como de não profissionalização.

Portanto, aquilo que nós temos que perceber aqui é que, na realidade, os parceiros sociais já foram ouvidos nesta matéria, o Sr. Secretário Regional está aberto para fazer uma alteração,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Está feita!

A Oradora: ... alteração essa que nós não conhecemos. Mas por aquilo que tem sido divulgado na comunicação social, aquilo que tem sido divulgado na comunicação social é que a nova alteração penaliza todos, ou seja, a partir do momento em que se escolhe uma nova nota, automaticamente todo o tempo anterior passa a ser contabilizado como 0,5, o que, na opinião dos petionários, é uma injustiça, porque, se, efetivamente, eu tinha formação em educação física, para poder ministrar aulas de educação especial, tenho que fazer uma nova formação, vai-me ser contabilizada a nota da nova formação, e que só querem que isto se aplique nos casos em que se verifica apenas uma melhoria de nota.

Portanto, não sei como é que a tutela vai conseguir resolver esta situação, porque se torna difícil. Ou há, efetivamente, na região, a chamada profissionalização vitalícia e o fator de ponderação é sempre um, ou deixa de haver profissionalização vitalícia e, a partir do momento em que se assume uma nova formação, passa a ser considerado de não profissionalizante.

Não sei qual é que é a solução,...

Deputado André Bradford (*PS*): O que é que a senhora defende?

A Oradora: ... o CDS, neste momento, não tem condições para se pronunciar, aguarda se, efetivamente, a nova revisão vai introduzir alguma justiça e algum critério, porque, efetivamente, não podemos ter pessoas a fazer pós-graduação

para fazer melhoria de nota e a ultrapassar pessoas que estão na carreira há muito tempo.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Isso tudo para dizer que o CDS não tem posição!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os peticionários têm, na minha perspetiva, razões válidas para mostrarem uma preocupação em relação a este assunto. Eu não tenho dúvidas que o diploma em causa, o regulamento de concurso será debatido aqui provavelmente em abril ou maio e aí será possível introduzir os mecanismos...

Deputado André Bradford (PS): Não é preciso! O Governo já está a fazer isso!

O Orador: ... que introduzam justiça na questão dos concursos. E é esse o compromisso que eu deixo aqui aos peticionários, de elaborar uma proposta no sentido de estabelecer justiça neste mecanismo de concurso. Portanto, que não surjam ultrapassagens, no âmbito dos concursos de docentes, que tenham carácter oportunista ou injusto, portanto, que deem estabilidade ao sistema.

O nosso compromisso é a esse nível e os peticionários, da minha parte, da parte da Representação Parlamentar do PPM, podem contar com uma intervenção

nessa matéria, que irá ocorrer, provavelmente, no mês de maio, quando aqui for discutido o diploma referente aos concursos de docentes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, saudar os peticionários e as peticionárias e dizer o seguinte relativamente à pretensão apresentada a esta Casa.

Não querendo ser como São Tomé, ver para crer, registo que, na opinião quer dos dois sindicatos representativos da classe, quer do SPRA, quer do SDPA, esta matéria, de uma errada interpretação de um artigo que penalizava objetivamente alguns professores, ao contrário do que acontecia em circunstâncias idênticas, por exemplo, no continente, esta má interpretação, dizem os sindicatos, será corrigida no novo regulamento de concurso de professores que virá aqui. Aliás, esta correção é reconhecida pelo próprio Sr. Secretário Regional, em sede de Comissão, aquando da audição.

Sendo assim, cá estaremos para ver e para crer, esperaremos, uma vez que os representantes da classe docente também me parecem tranquilos relativamente a esta matéria. Portanto, quem é o Bloco de Esquerda para inquirir aquilo que os representantes da classe estão tranquilos e estão cientes e convencidos que têm a resolução do problema.

Cá estaremos em maio ou em junho para ver até que ponto é que este contentamento se mantém, para ver até que ponto é que, na realidade, o Governo Regional, nomeadamente a Secretaria Regional da Educação e Cultura resolveu o problema ou não e darmos, nessa altura, o nosso contributo, através de propostas ou de concordância ou de discordância.

De qualquer maneira, do nosso ponto de vista, a pretensão apresentada faz todo o sentido, tem toda a justiça, porque a justiça não se pode fazer com meras

interpretações. Um artigo que é interpretado de uma maneira no continente e de outra completamente diferente, o mesmo artigo, na RAA, e com isso penaliza centenas de docentes, alguma coisa está errada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, está então encerrado este ponto. Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18h45.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Presidente: ... [Corte na gravação]

Eram 18 horas 50 minutos.

Vamos analisar agora o ponto 4 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Regime dos requerimentos parlamentares”. Este projeto de DLR foi apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Os tempos utilizados foram os aprovados pela Conferência de Líderes, no âmbito do processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma apresentação breve do diploma, até porque o mesmo não mereceu uma discussão muito intensa no âmbito da Comissão, apenas o Bloco de Esquerda entendeu colocar algumas dúvidas, os restantes partidos não exteriorizaram nenhuma discordância nem exteriorizaram nenhuma dúvida em

relação ao texto, em relação à iniciativa, portanto, nesse sentido, obviamente, vou aqui referenciar aqueles que são os pontos fundamentais.

A questão tem a ver, na perspetiva da Representação Parlamentar do PPM, com a melhoria da eficácia dos requerimentos parlamentares. Nós entendemos que a diminuição do prazo de resposta por parte do Governo Regional é um elemento importante na melhoria do processo de obtenção de informação por parte dos deputados; essa informação é fundamental também para o processo legislativo. É evidente, e eu faço isso muitas vezes e também vejo, obviamente, todos os outros grupos e representações parlamentares também o fazem, recolhem informação que é essencial para a elaboração das iniciativas legislativas.

Nós entendemos é que este processo deve ter maior celeridade. O atual quadro legal data da década de 80, entretanto, os sistemas estão informatizados, há uma muito maior rapidez na circulação e na disponibilização de informação e, portanto, é fundamental que estes novos meios sejam colocados ao serviço do Parlamento e que o Parlamento não tenha obrigatoriamente que estagnar do ponto de vista daquela que é a sua produtividade, mantendo um mecanismo ineficaz. Aliás, para evitar qualquer equívoco, que eu já vi referenciado algumas vezes, eu quero dizer que a frase que eu pronunciei no âmbito de uma conferência de imprensa que realizei, há poucos dias, foi a seguinte: O Governo Regional e o Partido Socialista não querem alterar o sistema de fiscalização mais ineficaz e preguiçoso da Europa. O sistema de fiscalização mais ineficaz e preguiçoso da Europa! Portanto, foi assim e é assim que está escrito.

Deputado André Bradford (PS): Não foi bem assim! O Parlamento era preguiçoso!

O Orador: Neste contexto, é evidente que temos que melhorar os nossos mecanismos de fiscalização.

Eu dei-me ao cuidado de verificar e comparar com o que está a acontecer noutros sistemas parlamentares e verifiquei que na Assembleia da República o

prazo de resposta é de 30 dias; verifiquei que o prazo de resposta na maior parte das comunidades autónomas espanholas, nos parlamentos das comunidades autónomas espanholas o que estabelece a lei ou o Regimento respetivo é um prazo de resposta de 20 dias; no caso das Canárias é de 30 dias.

Também verifiquei o que é que acontece um pouco por toda a Europa,...

Deputado André Bradford (PS): As Canárias são toda a Europa!

O Orador: ... e, portanto, estes prazos, o prazo que nós temos é, de facto, o prazo mais alargado em termos de situações que eu pude verificar em termos de sistemas parlamentares europeus.

Depois, eu penso que é importante, e a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda colocou-me essa questão no âmbito da Comissão, o facto de acelerar a diminuição do prazo para 30 dias, que permite que o processo legislativo possa melhorar, se possa incrementar e também tive o cuidado de verificar o que é que está a ser feito ao nível de outros parlamentos para garantir que o Governo responde mesmo. O Governo pode não responder.

A questão é a seguinte. O que existe é a penalização política. Portanto, há o princípio de separação de poderes e, portanto, os tribunais, aqui, não têm qualquer tipo de intervenção e não devem ter e não podem ter. A questão é: o Governo não responde e o que pode existir é um conjunto de mecanismos de penalização política em que o Governo sai penalizado por não responder.

Na Assembleia da República, o que se estabeleceu foi que o Governo, quando não consegue cumprir os 30 dias, é obrigado a explicar, a justificar por que é que está atrasado no âmbito da resposta. Eu penso que é uma boa medida e por isso adotei esta medida para esta proposta.

Também contemplo aqui outra proposta, que é no sentido de um departamento do Governo que soma um atraso de resposta a três requerimentos, o que se prevê é que esse grupo ou essa representação parlamentar possam, então,

realizar uma interpelação também a esse respeito. Portanto, o Governo aqui também sai penalizado.

Depois, existem outros mecanismos também de penalização, nomeadamente da publicidade, do incumprimento por parte do Governo.

Portanto, há aqui diversos mecanismos.

Há também a transformação, e isso já existe no âmbito do nosso sistema atual, da pergunta escrita não respondida em pergunta oral. Isso, em alguns parlamentos, é automático. Por exemplo, nas Canárias é automático, não há que pedir à Presidência do Parlamento; portanto, a partir do momento em que se supera o prazo de resposta, automaticamente essa pergunta escrita transforma-se em pergunta oral.

Deputado André Bradford (PS): Deve ser nas Canárias e em toda a Europa!

O Orador: Aqui, o sistema adotado é quase equivalente, portanto, mantém-se o atual sistema, só que o artigo 7.º, ou seja, o n.º 5 do artigo 7.º, estabelece, blinda uma possível intervenção da Presidente do Parlamento, como aconteceu na legislatura anterior, no sentido de impedir uma interpretação (queria utilizar uma palavra para não provocar aqui um incidente) menos exata do Regimento. Tendo em conta estes condicionalismos, eu também fiz, e é a última parte da minha exposição inicial, um trabalho de investigação sobre o trabalho realizado por outros parlamentos.

Na última legislatura, o Parlamento dos Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Está escondido! Teve de procurar!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, inscreva-se! Se quer, depois, discutir, estou completamente disponível!

... apresentou 625 requerimentos; no Parlamento das Canárias, apresentaram-se 12268 requerimentos, na última legislatura; no Parlamento das Ilhas Baleares, apresentaram-se 21510 requerimentos; e na Assembleia da República, 24202 requerimentos.

O Parlamento dos Açores tem 57 deputados, o das Canárias 60, o Parlamento das Baleares 59, a Assembleia da República 230, o que dá uma média de praticamente (eu tenho muitos outros exemplos aqui para apresentar, mas apresentei os dos arquipélagos, dos parlamentos que também têm uma natureza insular) de 11 requerimentos por deputado, no Parlamento dos Açores; 204 requerimentos por deputado no Parlamento das Canárias; 364 requerimentos no Parlamento das Baleares, por deputado; e 105 requerimentos no âmbito da Assembleia da República.

Eu penso que, eu tive sempre o cuidado de não fazer as contas, sou eu que apresento muito ou os outros que apresentam pouco, da parte do PPM, nunca fiz nenhuma contabilidade.

Para mim, o que existe aqui é um sentido de tentar melhorar, realmente, os trabalhos, aumentar a intensidade dos trabalhos, neste âmbito, utilizando este mecanismo, que eu penso que é necessário, e esta, eu penso que é a melhor forma de fiscalizar de forma mais eficaz o Governo Regional e combater também a abstenção, apresentando um maior número de situações e de aspirações e pedidos de informação, que a população deseja, realmente, ver debatido, que deseja conhecer e isso só se pode obter com um aumento da intensidade de trabalho.

Para terminar, percebo que o atual mecanismo, estabelecendo um período de 60 dias, é ineficaz, é algo ineficaz e, portanto, evidentemente, o Governo aqui tem um período de 60 dias para responder, nas Baleares tem 20 dias, portanto, tem um terço desse tempo. Portanto, esta diferença em relação à flexibilidade com que se responde às perguntas e à rapidez com que se responde às perguntas que os parlamentares apresentam ao Governo Regional, é evidente que também diminui a eficácia do requerimento e talvez por isso ele não é tão utilizado no nosso Parlamento.

Termino aqui esta primeira exposição, estou disponível para explicar e para responder às questões que entenderem colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Mais uma clara demonstração do comportamento do Governo perante assuntos de importância para a democracia açoriana.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Supostamente, devia ser o Governo a primeiro intervir a seguir à apresentação do diploma, porque é o Governo diretamente visado pelo diploma e, assim, permitiria o debate fluir com mais sentido democrático, que é o que deve ter nesta Casa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os requerimentos parlamentares são, efetivamente, isso mesmo está refletido no nosso sítio da internet da Assembleia Regional, meios de fiscalização política que os deputados têm ao dispor na sua relação com o Governo Regional. Esses meios de fiscalização política são as perguntas ao Governo, as interpelações, como tivemos, hoje, uma, esta manhã, os relatórios de interesse regional, os requerimentos, que é o que estamos a tratar, e os debates de urgência.

Deputado Francisco Coelho (PS): E os requerimentos, Sr. Deputado?

O Orador: E, sobre esta matéria, ficou também claro, por aquilo que assistimos, esta manhã, e por, certamente, aquilo que estamos a assistir neste final de dia, que se trata de dar consequência a um conceito muito caro aos regimes democráticos, o conceito de transparência.

O conceito de transparência reflete, necessariamente, o relacionamento não só dos governos com os parlamentos, mas, essencialmente, a necessidade de trazer para a esfera pública aquilo que é a atuação dos governos enquanto exercem o seu mandato.

O PSD tem tentado dar contributos para que a transparência da ação governativa nos Açores seja, efetivamente, um dado que venha ao encontro daquilo que são as exigências da nossa democracia. Noutras alturas, nestes tempos, por exemplo, gostaríamos de ter, nos Açores, uma espécie de unidade técnica de apoio orçamental, mas o Governo e o Partido Socialista não o desejam. Quer dizer, na República, elogiam-na às vezes; nos Açores, não a desejam numa forma ou num formato que, efetivamente, assegure transparência.

Mas o PSD também, já no passado, fez trabalho político sobre esta matéria, sobre a matéria dos requerimentos e da forma como o Governo responde ou não responde aos requerimentos parlamentares.

Sobre este conceito de transparência, permitam-me que cite o Professor Doutor Colaço Antunes, Professor Catedrático da Universidade do Porto, quando diz que “uma administração opaca infantiliza, uma administração transparente esclarece e tranquiliza”. Pois, o que temos nos Açores é uma constante infantilização do debate político por parte do Partido Socialista...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... e por parte do Governo Regional.

Mas o PSD tem um histórico nesta matéria...

Deputado Francisco Coelho (PS): Negro!

O Orador: ... relativamente aos requerimentos e esse histórico vem de 2006, quando apresentamos, nesta Casa, um projeto de DLR, efetivamente, para agilizar, para diminuir prazos e para trazer mais transparência ao debate político. Naturalmente, o Partido Socialista chumbou este projeto de DLR de 2006.

Curiosamente, ou talvez não, quem, na Comissão, em nome do Governo Regional, em 2006, defendeu o chumbo desta iniciativa é quem agora é Presidente do Governo Regional, ou seja, o Dr. Vasco Cordeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Por isso, não nos admira que a doutrina socialista, nos Açores, dos últimos dez anos, não tenha mudado e se mantenha com a necessidade de infantilizar o processo democrático no que diz respeito à transparência, na expressão do Professor Colaço Antunes.

Mas dizia o Dr. Vasco Cordeiro, enquanto Secretário Regional da Presidência, como justificação para chumbar a iniciativa legislativa do PSD, dizia o governante, e cito o relatório, que “Uma eventual aprovação da iniciativa legislativa teria como consequência que o Governo Regional não tivesse possibilidade...”

(Apartes do Deputado André Bradford)

O Orador: Oh, Sr. Deputado Bradford, ouça!

Deputado André Bradford (PS): Estou a falar de transparência!

O Orador: Ouça, porque a infantilização do debate democrático é o que tem levado à falta de transparência. Ouça, que lhe faz bem!

Dizia o Dr. Vasco Cordeiro (eu vou repetir para V. Ex.^a, que lhe sucedeu no cargo e, certamente, seguiu a doutrina, não tenha dúvidas sobre o que dizia o Dr. Vasco Cordeiro) que a aprovação de uma iniciativa deste género teria como

consequência, e cito, “que o Governo Regional não tivesse possibilidade de cumprir os prazos legais ou, cumprindo-os, não respondesse com profundidade e fundamentação devidas”.

Ora, um Governo Regional que, relativamente aos requerimentos do Partido Social Democrata Açores, responde fora do prazo legal, a mais de 50% desses requerimentos, aos que responde, naturalmente, não pode querer que a justificação para reduzir prazos seja a não resposta no prazo legal, porque, efetivamente, o que acontece é que o Governo Regional, no que diz respeito ao PSD, responde sempre tarde e a más horas, isto é, quando responde.

Mas queria ainda, para concluir esta primeira intervenção, dizer que há exemplos que não podem deixar de ser salientados no que diz respeito às faltas ao dever democrático de responder aos deputados por parte do Governo Regional do Partido Socialista. Uma simples busca no *site* da Assembleia Regional relativamente a requerimentos sem resposta dá-nos 175 requerimentos das últimas legislaturas. Não me perguntem porquê, porque eu limito-me a fazer a busca e ter os resultados, mas começa... **Deputado André Bradford (PS):** No *site* do PSD há zero vídeos do Congresso!

O Orador: ... as respostas na sexta legislatura e eu acho até curioso que em 175 requerimentos sem resposta, apenas cinco são do Partido Socialista. Ou seja, além de não responder à oposição, ainda consegue, aqui ou ali, não responder ao próprio partido que suporta o Governo,...

Deputado André Bradford (PS): Já viu!

O Orador: ... certamente, como diriam alguns deputados, são respostas de trás da porta ou respostas por detrás de alguma cortina ou em alguma conversa mais privada que gostam de ter com os Srs. Membros do Governo, coisa que naturalmente e democraticamente, ou não, a oposição não consegue.

Mas eu gostava de dar alguns exemplos, alguns exemplos que talvez respondam ao porquê da falta de fiscalização política nos Açores levar à infantilização do

processo democrático ou da transparência do processo democrático. Por exemplo, mais recente, ou não tão recente como isso, em 15 de julho de 2016, já com este Presidente de Governo, o PSD pediu esclarecimentos sobre a pernoita de um avião da SATA na ilha do Faial.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o que é isso tem haver com o diploma dos requerimentos?

O Orador: Tem a ver com os senhores alguma coisa terão a esconder, porque ainda não responderam a este requerimento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em 13 de março de 2013, o PSD fez um requerimento com o título...

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor perdeu na Graciosa e ainda não percebeu porquê!

O Orador: ... “SCUT de São Miguel e via Vitorino Nemésio”.

Por que é que o Partido Socialista está tão incomodado, eu não sei, eu não sei por que é que está tão incomodado, Sr. Deputado Francisco Coelho;...

Deputado Francisco Coelho (PS): É por causa da infantilização!

O Orador: ... se calhar, a pernoita do avião no Faial não justificada ou não explicada traz-lhe alguns engulhos. Não sei se será isso, mas, se for, V. Ex.^a esclarecerá.

Mas, a 13 de março de 2013, ou seja, há mais de três anos, há quase quatro anos, o Partido Social Democrata fez um requerimento pedindo esclarecimentos sobre o processo da SCUT de São Miguel e da via Vitorino Nemésio. Por que é que não responderam a este requerimento? Há alguma coisa a esconder? Alguma dúvida sobre o dever de responderem a um assunto tão importante, que

penhora a região em muitos milhões de euros? Só uma destas obras são mais de 20 e tal milhões de euros por ano.

Portanto, era bom esclarecer. Isto é a democracia a funcionar, são os deputados a quererem fiscalizar e é os senhores a não permitirem que o Governo fale.

Por exemplo, em 2 de julho de 2012, o PSD fez um requerimento procurando esclarecimentos sobre cargos públicos, nomeadamente dizendo respeito esse requerimento a nomeações políticas de pessoas que, depois de nomeados politicamente, entraram para os quadros da administração regional. Por que é que até hoje não há resposta a este requerimento? O que é que têm a esconder? O que é que o Governo Regional do Partido Socialista tem a esconder, para, nos últimos cinco anos, ou, perdão, para, nos últimos quatro anos e meio, não dar resposta a um requerimento sobre nomeações políticas de pessoas que, depois, transitaram para os quadros da administração regional? Gostaríamos de saber, até porque o caso das nomeações políticas está cada vez mais atual,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é falso! Se quisessem saber já sabiam!

O Orador: ... nomeadamente quando se nomeiam pessoas para cargos que, efetivamente,...

Presidente: Sr. Deputado! Sr. Deputado, agradeço que não saia do âmbito da matéria que está a ser discutida!

O Orador: ... não demonstram ter currículo necessário.

Vou terminar...

Oh, Sra. Presidente, eu estou a citar requerimentos, se me permite. Mas eu vou fazer os possíveis para dar seguimento à sua orientação.

Queria ainda salientar, relativamente a matérias que importava democraticamente responderem aos requerimentos...

Deputado Francisco Coelho (PS): E porque não transformaram isso em pergunta oral ao Governo?!

Deputado André Bradford (PS): Sabemos que está a citar requerimentos de 2003!

O Orador: ... como arma de fiscalização política dos deputados eleitos diretamente pelo povo dos Açores, que, por exemplo, em 2005, há mais de 11 anos, o PSD fez um requerimento para questionar o Governo sobre os custos com as assessorias externas no âmbito da concessão rodoviária do regime SCUT na ilha de São Miguel. Quem é que não respondeu a este requerimento?

Deputado André Bradford (PS): Quem é que aprovou esse regime?

(Risos da Câmara)

O Orador: Quem é que deixou de esclarecer os açorianos sobre...

Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado pode não querer ouvir, incomoda-o o facto do seu Governo esconder dos açorianos informação relevante, questionada pelos deputados democraticamente eleitos,...

Deputado André Bradford (PS): A infantilização do debate político!

O Orador: ... está no seu direito, mas vai ter que ouvir, tenha paciência, vai ter que ouvir!

Isto tudo para demonstrar que, relativamente a assuntos da mais elevada importância para os Açores, para a governação dos Açores, o Governo Regional oculta deliberadamente informação aos deputados e quando confrontado com isso o que diz é nada, não temos tempo.

Há uma expressão do dramaturgo Bernard Shaw que reflete muito bem aquilo que não sendo a vossa atitude no caso da não resposta a requerimentos, ou seja, que digam que não respondem porque não têm nada a temer, mas, efetivamente, não respondem, mas esta expressão penso que reflete muito bem aquilo que se vai passando nos Açores nesta matéria. Dizia Bernard Shaw: “A democracia, muitas vezes, significa o poder de uma maioria incompetente”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Contente (PS): “O silêncio é a mais perfeita expressão do desprezo!”

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Algumas breves palavras para declarar desde já a nossa concordância e apoio a esta iniciativa e também depois para colocar alguns aspectos que consideramos como muito importantes.

A primeira questão que queremos destacar, poderá parecer apenas formal, mas tem na realidade um significado político importantíssimo, que tem sido demasiadas vezes esquecido ou ignorado.

Trata-se do artigo 82º do nosso Estatuto Político-Administrativo que determina que “*O Governo Regional é politicamente responsável perante a Assembleia Legislativa*”. Isto significa que, ao contrário do que acontece, por exemplo, com o Governo da República, o nosso sistema autonómico é um sistema parlamentar. É-o neste sentido da responsabilidade política, como também o é na competência legislativa, que está, como se sabe, reservada à Assembleia, restando ao Governo apenas competências regulamentares e executivas.

Não é por acaso que este aspecto da nossa Autonomia tem sido demasiadas vezes esquecido. Existe uma intenção deliberada, por parte da maioria que tem governado esta Região, de esvaziar ou subvalorizar o mais possível as

competências deste Parlamento, em especial das que respeitam ao seu papel de fiscalização da acção governativa.

São mais que muitos os episódios de decisões e opções do Governo Regional tomadas basicamente em segredo e sem possibilidades de serem escrutinadas, em tempo útil, pelo Parlamento. Consideramos que é decisivo para o bom funcionamento da Democracia Açoriana que essa prática seja alterada.

Neste contexto, os requerimentos assumem uma grande importância. São um instrumento privilegiado para obtermos as informações e os esclarecimentos que nos permitam exercer o nosso mandato e efectivamente fiscalizar a acção do Governo Regional.

Os Requerimentos também nos permitem sinalizar problemas locais, o que não quer dizer pequenos, sentidos pelas populações, aos quais deve ser dada resposta e, assim, contribuir positivamente para a acção do próprio Governo.

No entanto, infelizmente, a maior parte das vezes não é assim que o Governo regional entende os requerimentos apresentados pelos partidos da oposição, reagindo por vezes como se de graves ataques políticos se tratassem, respondendo muitas vezes tarde e da forma mais lacónica possível. Isto quando não decide mesmo adiar a resposta, ir a correr resolver o problema apresentado, para a seguir responder que o problema não existe!

Talvez seja justamente para não incomodar esta sensibilidade exagerada do Governo que o Grupo Parlamentar do PS não utiliza esta figura regimental. Nunca o fez nesta legislatura e fê-lo apenas quatro vezes na legislatura anterior. Isto faz-nos pensar que ou os Deputados do PS têm acesso a outras fontes de informação governamentais que estão vedadas às restantes bancadas, o que seria pelo menos ilegítimo, ou então não têm qualquer interesse ou preocupação com o acompanhamento da actividade governamental, o que seria certamente lamentável.

Assim, consideramos fundamental que o Governo e a maioria mudem de atitude e parem de considerar os requerimentos da oposição como graves afrontas políticas e passem a encará-los como que são realmente: Uma competência dos Deputados, um mecanismo insubstituível da Democracia Açoriana, uma parte do normal funcionamento da governação da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Já aqui ouvimos falar sobre várias coisas, mas há uma que é absoluta e que o Governo tem que respeitar e chama-se respeito institucional pelo órgão fiscalizador da ação governativa e quem fiscaliza a ação governativa é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e um dos instrumentos é exatamente o requerimento.

Mas além da resposta tarde e a más horas, mas pior que a resposta tarde e a más horas, muitas vezes, é a não resposta ou então é a resposta a brincar com os deputados ou então é uma resposta, pura e simplesmente, apetezia, enfim, um insulto de resposta a seguir. Porque nessa falta de qualidade e de seriedade política e intelectual nas respostas por parte do Governo, na maior parte das vezes em que não responde, ou que responde, é porque além das que não responde tem as que responde, mas das que responde, muitas destas são de fraqueza ou são de uma elevada desonestidade política e intelectual. Eu vou dar um exemplo.

Fizemos, recentemente, um requerimento, que foi respondido com celeridade, dentro do prazo, não há queixas. Quanto ao prazo, não há queixas. Quanto ao teor da resposta. Então, perguntávamos ao Governo se tem o Governo Regional conhecimento da intenção da TAP de encerrar a sua loja comercial em Angra do Heroísmo. Resposta do douto Secretário: “O Governo Regional não recebeu

qualquer comunicação por parte da TAP [tinha mais quatro perguntas] sobre a alegada intenção de encerrar a loja comercial em Angra do Heroísmo. Segunda. As respostas seguintes ficam sem efeito tendo em conta a resposta ao quesito um”. Isto é de uma seriedade...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Porque as respostas às perguntas seguintes têm a ver com a resposta afirmativa ao quesito da primeira!

O Orador: Mas eu vou dizer-lhe as perguntas quais são, Sr. Secretário! Eu vou dizer-lhe quais são as perguntas!

Deputado André Bradford (*PS*): Se os senhores não tivessem privatizado a TAP!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ui!

O Orador: Podia ficar prejudicada...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor queria privatizar a TAP!

Deputado André Bradford (*PS*): Eu? Não!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sim, sim! Tem aqui um artigo!

(Risos)

O Orador: Oh, Paulo Estêvão! O artigo para cá! Vamos embora! Artigo para cá!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre alguns deputados da Câmara)

O Orador: Sra. Presidente, se o Sr. Deputado André Bradford e o Sr. Secretário da Presidência me deixarem, eu gostaria de continuar a minha intervenção.

Nós não temos muitos requerimentos não respondidos, mas temos, por exemplo, dois, que consideramos de capital importância, por exemplo, um requerimento sobre os financiamentos às juntas de freguesia, feito a 07/01/2016. Até hoje, nunca responderam, nunca tivemos resposta. Um outro requerimento feito sobre o entreposto frigorífico de Velas, até hoje, não tivemos resposta, feito em maio de 2016. Portanto, pior, eu insisto, pior do que a não resposta é a resposta que o Governo, às vezes, dá.

Mas há aqui uma outra coisa que é preciso referir e denunciar aqui dentro. Oh, Sr. Deputado Bruto da Costa, eu não sei como é que se admira daqueles Srs. Deputados não fazerem requerimentos! Eles não precisam, porque eles telefonam para o Gabinete do Secretário respetivo e mandam-lhes os dados todos; chegamos aqui ao Plano e Orçamento e todos eles sabem quantas consultas, quantas cirurgias, quanto isto, quanto aquilo, que não está publicado em sítio nenhum,...

Deputado André Bradford (PS): Está!

O Orador: ... mas posso dar-lhe vários exemplos, das capturas, disto, de peixe, das toneladas, disto, daquilo...

Deputado André Bradford (PS): São dados públicos!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): De dados que não são públicos não têm exemplos!

O Orador: Não, não, Sr. Deputado! Já, uma vez, aqui falei e há dados que não são públicos e os senhores têm informação privilegiada sobre as empresas públicas que nós não temos. Por isso, não fazem requerimentos, porque os senhores têm informação privilegiada que vos é dada pelos membros do Governo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa questão é essencial!

O Orador: ... numa falta de respeito pela oposição...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É verdade!

O Orador: ... e, por isso, a oposição não joga com as mesmas armas que os senhores.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É verdade, sim, senhor!

O Orador: E isso não é democracia. A democracia, Sr. Deputado, é o Governo tratar todos com igualdade aqui dentro e o PS não aparecer aqui com números que mais ninguém tem a não ser o membro do Governo. E isso é facilmente provável e comprovável. Isso não há dúvida nenhuma. E o Sr. Deputado Bradford sabe disso tão bem ou melhor do que eu (tão bem ou melhor do que eu!).

Portanto, em resumo, eu não percebo por que é que o Governo... O Governo não tem tempo, com as assessorias todas que tem? O GaCS, quando é preciso insultar um partido da oposição, responde no minuto a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: No minuto a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O GaCS responde primeiro aos requerimentos!

O Orador: O Gabinete de Apoio! Agora, tínhamos que mudar o nome!

Mas, no minuto a seguir.

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh, Sr. Deputado Bradford, já é a segunda vez...

Deputado Francisco Coelho (PS): O KGIAB já era assim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Eu acho que sobre o K...

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço-vos algum silêncio!

O Orador: Eu sobre o KGB não me posso pronunciar, Sr. Deputado Francisco Coelho.

(Risos)

Deputado Francisco Coelho (PS): Sobre o KGIAB também, se calhar, não se pode!

O Orador: Não posso, Sr. Deputado! Olhe que está enganado! No KGIAB fomos, talvez, mais queridos...

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

O Orador: ... do que o Partido Socialista, Sr. Deputado. Mas está bem lembrado!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Agora, é o KGIAGaCS! Pronto! Agora, talvez não seja K, talvez seja uma coisa por P, enfim, começada por P, não? Mas pronto! Da investigação que faz, eu não vou entrar, Sra. Presidente, tem toda a razão, em diálogo nessa matéria.

De maneira que, Sr. Secretário Regional, eu pedia-lhe alguns esclarecimentos, se V. Ex.^a tiver a bondade de nos dar, nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP)**: É para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, foi solicitado um intervalo regimental. Considerando o nosso horário, regressamos amanhã, às 10 horas.

Eram 19 horas e 29 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa Toste
Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel
Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias – 25/XI-AR - n.º 380/XIII/2.^a (PAN)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 26;

Assunto: Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias – 26/XI-AR - n.º 381/XIII/2.^a (PAN)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 26;

Assunto: Previne e combate o assédio no local de trabalho (12.^a alteração ao Código do Trabalho e 5.^a alteração ao Código do Processo do Trabalho – 27/XI-AR - n.º 375/XIII/2.^a (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 26;

Assunto: Reforça a tutela contra os atos de assédio no âmbito das relações de trabalho – 28/XI-AR - n.º 378/XIII/2.^a (PAN)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 26;

Assunto: Procede à descentralização para os municípios e entidades intermunicipais e nas freguesias no âmbito da educação, saúde, ação social, gestão territorial, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar – 29/XI-AR - n.º 383/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Alterações ao Pagamento Especial por Conta (alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro) – 34/XI-AR - n.º 384/XIII/2.^a (CDS-PP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: 1.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março, prorroga os efeitos para 2017 da medida excecional de apoio ao emprego através da redução

da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora e altera a fonte de financiamento – 35/XI-AR - n.º 385/XIII/2.ª (CDS-PP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Redução da Taxa de IRC (Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro) – 36/XI-AR - n.º 387/XIII/2.ª (CDS-PP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Estabelece mecanismos de alerta do património imobiliário do Estado devoluto e em ruína e permite a sua utilização pelas autarquias locais (sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto) – 40/XI-AR - n.º 395/XIII/2.ª (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 10.

2 - Propostas de Lei:

Assunto: Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor

público empresarial e das empresas cotadas em bolsa – n.º 24/XI-AR - n.º 52/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 08;

Assunto: Transpõe a Diretiva n.º 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços – n.º 33/XI-AR - n.º 55/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 – n.º 37/XI-AR - n.º 57/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 22;

Assunto: Apoio extraordinário à habitação a todas as famílias afetadas pelos incêndios de agosto de 2016 na Região Autónoma da Madeira – n.º 41/XI-AR - n.º 60/XIII/2.^a (ALRAM)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 28.

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que permitam a simplificação do procedimento de reembolso do subsídio social de mobilidade - n.º 23/XI-AR - n.º 618/XIII/2.^a (PS)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 08;

Assunto: Recomenda ao Governo que proceda à reorganização e Prestação de Serviços de Atendimento da Administração Pública – 30/XI-AR - n.º 628/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que dê continuidade ao processo de concretização da descentralização no âmbito da saúde, educação e cultura através da celebração de contratos interadministrativos – 31/XI-AR - n.º 629/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que proceda à criação de Centros de Serviços Partilhados e Valor Acrescentado ao nível das entidades intermunicipais – 32/XI-AR - n.º 630/XIII/2.ª (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017-MF - (Reg. DL 23/2017) - n.º 13/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 01 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 24.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que Adapta o Sistema Fiscal Nacional à Região Autónoma dos Açores – n.º 2/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores – G2A – n.º 3/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 23.

6 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Criação do Canal Parlamento/Açores – 12/XI](#)

Proveniência: CDS-PP e PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 02;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para melhorar as acessibilidades, divulgação, promoção e apoio ao carnaval da ilha Graciosa – 13/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 02 – 03

Comissão: Assuntos Sociais (em colaboração com as Comissões de Economia e Política Geral)

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 09.

7 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017 – 1/XI](#)

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2017 – 01 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 09.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Banda Larga FLW](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 20

Referência: 54.04.08 – N.º 63/XI;

Assunto: [Inspeções Automóveis](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23

Referência: 54.04.08 – N.º 64/XI;

Assunto: [Proposta enviada ao Governo da República para a criação do Azores Business Center](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 65/XI;

Assunto: [Porto da Horta](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.04.07 – N.º 66/XI;

Assunto: [Conclusão das obras de recuperação das Termas do Carapacho](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.03.04 – N.º 67/XI;

Assunto: [Execução da Resolução que aprovou a criação de um Atlas do Património Imaterial Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.07.00 – N.º 68/XI;

Assunto: [Construído depósito de entulho junto do Caldeirão do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.07.09 – N.º 69/XI;

Assunto: [Pessoal afeto e custos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.07.00 – N.º 70/XI;

Assunto: [Empreitadas da EBI de Capelas, Ginetes e Arrifes](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.06.02 – N.º 71/XI;

Assunto: [Extraordinário aumento do número de beneficiários açorianos do Rendimento Social de Inserção](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25

Referência: 54.07.00 – N.º 72/XI;

Assunto: [Requalificação da Estrada Leste na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 73/XI;

Assunto: [Aplicação de produtos fitofarmacêuticos na ilha do Pico](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26

Referência: 54.04.06 – N.º 74/XI;

Assunto: [Igualdade de tratamento – Danos causados numa viatura de uma funcionária por araucária da Biblioteca e Arquivo da Horta em dezembro de 2015](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26

Referência: 54.03.07 – N.º 75/XI;

Assunto: [Funcionamento das viaturas de Suporte Imediato de Vida \(SIV\) nas ilhas do Pico e do Faial](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 27

Referência: 54.04.00 – N.º 76/XI;

Assunto: [Execução do Programa Açores PO2020 pelas Autarquias](#)

Autor: Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 77/XI;

Assunto: [O colapso do sistema educativo em São Miguel](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.07.02 – N.º 78/XI;

Assunto: [Desabamento de estrada na ilha das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 79/XI;

Assunto: [Exemplo de precariedade em empresa privada beneficiada com apoios públicos-2](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 80/XI;

Assunto: [Derrocadas na freguesia da Fajãzinha - Obras de recuperação](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Referência: 54.04.08 – N.º 81/XI;

Assunto: [Abaixo-assinado dos trabalhadores do Hospital do Divino Espírito Santo](#)

Autores: Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Referência: 54.01.02 – N.º 82/XI;

Assunto: [2.ª fase da Variante à Cidade da Horta](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.04.07 – N.º 83/XI;

Assunto: [Estrada do Lajedo das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 84/XI;

Assunto: [Quadros regionais de ilha efetivamente providos](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 85/XI;

Assunto: [Execução do projeto Green Island - Corvo Sustentável](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 86/XI;

Assunto: [Património Imóvel da Região Autónoma dos Açores 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 87/XI;

Assunto: [Contratos de arrendamento](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 88/XI;

Assunto: [Estrada da Fazenda nas Lajes das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 89/XI;

Assunto: [Fiscalização e Regulação da Inspeção Regional de Saúde](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 90/XI;

Assunto: [Estivadores das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 03

Referência: 54.04.08 – N.º 91/XI;

Assunto: [Reforma Antecipada para agricultores](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel,
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 03

Referência: 54.01.00 – N.º 92/XI;

Assunto: [Central Hidroelétrica na Ribeira Grande, na Freguesia da Fajãzinha, no concelho das Lajes das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06

Referência: 54.04.08 – N.º 93/XI;

Assunto: [Material de intervenção cirúrgica no Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06

Referência: 54.03.07 – N.º 94/XI;

Assunto: [Raio-X no Aeroporto do Corvo](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 07

Referência: 54.04.09 – N.º 95/XI;

Assunto: [Tanque de salmoura nas Lajes das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 96/XI;

Assunto: [Porto de Ponta Delgada, no concelho de Santa Cruz das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 97/XI;

Assunto: [Incerteza na extensificação da produção pecuária nos Açores](#)

Autores: António Almeida, António Pedroso, Bruno Belo, João Bruto da Costa, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Marco Costa e Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 98/XI;

Assunto: [Incineradora do Matadouro das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 99/XI.

9 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Escola Básica Integrada de Capelas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 19

Referência: 54.06.02 – N.º 29/XI;

Assunto: [Dados estatísticos do Setor da Educação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 47/XI;

Assunto: [Avaria de equipamento na RIAC da Calheta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23

Referência: 54.03.05 – N.º 51/XI;

Assunto: [Património imóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.07.00 – N.º 10/XI;

Assunto: [Exemplo de precariedade em empresa privada beneficiada com apoios públicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 33/XI;

Assunto: [Transporte escolar Calheta do Nesquim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.06.06 – N.º 45/XI;

Assunto: [Danos causados por araucária na Biblioteca e Arquivo Regional da Horta – assunção de responsabilidades](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.03.07 – N.º 50/XI;

Assunto: [Segurança Social – Trabalhadores independentes e pequenos produtores agrícolas das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 58/XI;

Assunto: [Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 27

Referência: 54.01.07 – N.º 40/XI;

Assunto: [Programas ocupacionais no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 27

Referência: 54.04.02 – N.º 42/XI;

Assunto: [Inspeções automóveis](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 27

Referência: 54.04.08 – N.º 64/XI;

Assunto: [Encerramento da representação \(Loja\) comercial da TAP em Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.01.03 – N.º 60/XI;

Assunto: [Construído depósito de entulho junto do Caldeirão do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 69/XI;

Assunto: [Irregularidades no funcionamento do centro de processamento de resíduos de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Referência: 54.03.01 – N.º 21/XI;

Assunto: [Integração nos Quadros da Administração Pública Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 5/XI;

Assunto: [Escola Básica e Secundária das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.04.08 – N.º 49/XI;

Assunto: [Projeto de arquitetura para remodelação e beneficiação da casa do médico no Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 55/XI;

Assunto: [Investimentos no Hospital do Divino Espírito Santo – Remodelação e ampliação das obras no serviço de urgência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.03.02 – N.º 57/XI;

Assunto: [Apagão Eletrónico do Governo Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 62/XI;

Assunto: [Ramal do Mosteiro na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 07

Referência: 54.04.08 – N.º 16/XI;

Assunto: [Aumento do Porto Comercial de São Jorge e construção da gare de passageiros](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 07

Referência: 54.01.05 – N.º 59/XI;

Assunto: [Frota Automóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 9/XI;

Assunto: [Lixeira de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 17/XI;

Assunto: [Cancelamento de cirurgias por alegada falta de “material”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08

Referência: 54.01.03 – N.º 54/XI.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico à atenção da Presidência da ALRAA, sobre “Manifesto contra a incineradora de São Miguel”, assinado por um conjunto de 100 cidadãos

Proveniência: José Manuel N. Azevedo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 19;

Assunto: Ofício a provocar uma Interpeção ao Governo Regional a respeito do Sistema Educativo Regional

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23;

Assunto: Ofício a solicitar que perguntas com resposta escrita sejam transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exclusivamente referentes ao requerimento n.º 5/XI – “Integração nos quadros da Administração Pública Regional”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 24;

Assunto: Envio de um exemplar da publicação Situação Socioeconómica 2015

Proveniência: Rui von Amn, Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30;

Assunto: Ofício a solicitar que perguntas com resposta escrita sejam transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exclusivamente referentes ao requerimento n.º 9/XI – “Frota automóvel da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30;

Assunto: Ofício de 26 de janeiro de 2017 da CAPF a enviar a Ata da reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Manuela Proença, Presidente do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01;

Assunto: Ofício de 2 de fevereiro de 2017 a enviar os anexos do requerimento n.º 73/XI – “Requalificação da Estrada Leste na ilha do Corvo”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02;

Assunto: Ofício a comunicar a intenção de transformar em pergunta com resposta oral, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na próxima reunião plenária, o Requerimento n.º 16/XI – “Ramal do Mosteiro na ilha das Flores”

Proveniência: João Paulo Corvelo, Deputado do PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar a intenção de transformar em pergunta com resposta oral, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na próxima reunião plenária, o Requerimento n.º 17/XI – “Lixeira de Santa Cruz das Flores”

Proveniência: João Paulo Corvelo, Deputado do PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de uma Interpelação ao Governo Regional sobre Mar e Economia Azul

Proveniência: Artur Lima, Deputado do CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08.

11- Relatórios:

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Altera o Regime de Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar Ambiente, transpondo a Diretiva \(UE\) 2015/1480 - MA”](#) – Reg. DL 475/2016 - n.º 11/XI-OGP

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos - MA”](#) – Reg. DL 495/2016 - n.º 12/XI-OGP

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 23;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 366/XIII/2.ª \(PS\) - “Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao](#)

[nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público](#)” - n.º 17/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 25;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 369/XIII/2.ª \(PAN\) - “Altera o Código do Trabalho, consagrando a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório](#)” - n.º 18/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 604/XIII/2.ª \(PSD\) - “Negociação em sede de Concertação Social de princípios orientadores para uma legislação específica, de forma a definir quais os feriados obrigatórios a serem observados na segunda-feira subsequente](#)” - n.º 19/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Arnaldo Branco Raposo Amaral](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Carlos Emanuel Rego Silva](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado César Leandro Costa Toste](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria da Graça Oliveira Silva](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Jaime Luís Melo Vieira](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João Luís Bruto da Costa Machado da Costa](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Carlos Correia Garcia](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Miguel António Moniz da Costa](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Mónica Gomes Oliveira Rocha](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Ricardo Bettencourt Ramalho](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Susana Maria Goulart Pereira da Costa](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 1/XI, que aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 371/XIII/2.ª \(PS\), que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio em contexto laboral no setor privado e na Administração Pública](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 380/XIII/2.ª \(PAN\), que altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 375/XIII/2.ª \(PCP\), que previne e combate o assédio no local de trabalho \(12.ª alteração ao Código do Trabalho e 5.ª alteração ao Código do Processo do Trabalho\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 378/XIII/2.ª \(PAN\), que reforça a tutela contra os atos de assédio no âmbito das relações de trabalho](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 18/X – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao Ano Económico de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 07;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Regime dos Requerimentos Parlamentares](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 09.

Assunto: [Projeto de Lei n.º 381/XIII/2.ª \(PAN\) - “Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias” - n.º 26/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 01 – 26;

Assunto: [Iniciativa Europeia \[COM\(2016710\) - “Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017 - Realizar uma Europa que protege, capacita e defende”, e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se” - n.º 8/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores - Ano Económico de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 07;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 370/XIII/2.ª \(BE\) – “Reposição do direito a um mínimo de 25 dias de férias na função pública majorado, em função da idade, até aos 28 dias”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 49/XIII/2.ª \(GOV\) – “Aprova a Lei da Saúde Pública”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Petição n.º 46/X – “Maria Eugénia” - Barco Escola dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 08;

Assunto: [Petição n.º 49/X – “Implicação indevida dos diplomas de mestrado na graduação profissional do concurso de pessoal docente”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10.

Assunto: [Ante-Período Legislativo de fevereiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 02 – 06;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017 - MF”](#) – Reg. DL 23/2017 - n.º 13/XI-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 01 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 618/XIII/2.ª \(PS\) - “Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que permitam a simplificação do procedimento de reembolso do subsídio social de mobilidade”](#) - n.º 23/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01.

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 6, 7, 8 e 9

A Redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*